

RELATÓRIO SEMESTRAL DE PROGRESSO DO PROGRAMA E SUAS AÇÕES

PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL



Fevereiro, 2025

João Pessoa – PB



ORGANISMO FINANCIADOR	Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
MUTUÁRIO	Prefeitura Municipal de João Pessoa Cícero Lucena Prefeito
ORGANISMO EXECUTOR	Prefeitura Municipal de João Pessoa
UNIDADE EXECUTORA DO PROGRAMA – UEP	Antônio Elizeu de Medeiros Coordenador Geral do Programa Vitor Cavalcante de Souza Valério Coordenador Executivo do Programa João Victor Dantas Assessor jurídico Mayara Santos Assessor jurídico Rejane Negreiros Assessora de Comunicação Mariana Moura Fontenelete de Brito Assessora Técnica - Coordenação Geral Guilherme Monteiro dos Guimarães Assessor Técnico – Coordenação Geral Joseuma de Souza Barbosa Coordenador de Fortalecimento da Gestão Pública Bruno Reis Crispim Coordenador de Tecnologia da Informação Juliane Sousa de Ataíde Coordenação de Aspectos Ambientais Joelma Medeiros Coordenação de Aspectos Sociais Caio Mario Silva e Silva Coordenação de Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade Ana Paula Cavalcanti Donato Coordenação do Centro de Cooperação da Cidade



Juliana de Oliveira Medeiros

Coordenadora Administrativa e Financeira

Vinicius Eduardo Mendes de Menezes

Assessor Técnico - Administrativo e Financeiro

Vandeivi Amâncio

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ana Cláudia Martins

Assessora Técnica – Comissão Especial de Licitação

Lista de Figuras

Figura 1 - Localização Geográfica João Pessoa	17
Figura 2 - Regiões de Atuação do Programa	18
Figura 3 - Complexo Beira Rio	19
Figura 4 - Marcos do Programa.....	20
Figura 5 - EAP - Estrutura Analítica do Programa.....	21
Figura 6 - EAP Componente I.1.....	23
Figura 7 - EAP Componente I.2.....	24
Figura 8 – Organograma	25
Figura 9 - Reunião Comitê Gestor	26
Figura 10 – Quadro de Custos do Programa, em milhares de dólares (US\$)	28
Figura 11 - Fluxo de Caixa até 31/12/2024	33
Figura 12 - Consulta pública as partes interessadas do PDEC do CCC.....	41
Figura 13 – Inauguração das exposições no Hotel Globo	42
Figura 14 - Avanços agosto/2024.....	43
Figura 15 - Avanços outubro/2024	43
Figura 16 - Avanços dezembro/2024	44
Figura 17 - Atividades Colinas de Gramame	48
Figura 18 - Região de Implantação do Residencial Colinas de Gramame	49
Figura 19 - Residencial Colinas de Gramame.....	49
Figura 20 - Avanço infraestrutura entorno Saturnino de Brito	51
Figura 21 - Região de Implantação do Residencial Saturnino de Brito	52
Figura 22 - Residencial Saturnino de Brito	52
Figura 23 - Mecanismo de Sistema de Queixas CH São José.....	54
Figura 24 - Região de Implantação do Residencial Novo São José	55
Figura 25 - Residencial Novo São José.....	55
Figura 26 - Inauguração da UBS Vista Alegre / Cadastramento no PAA	57
Figura 27 - Certificação do Curso de Costura Industrial / Certificação do Curso de Eletricista Predial	57
Figura 28 - Região de Implantação do Residencial Vista Alegre.....	58
Figura 29 - Residencial Vista Alegre.....	58



Figura 30 - Avanço das obras no CBR no Terreno 1, dezembro/2024.....	61
Figura 31 – Avanço das obras no CBR no Terreno 2, dezembro/2024	62
Figura 32 – Avanço das obras no CBR no Terreno 3, dezembro/2024	62
Figura 33 - Topografia do Vila Santa Clara	63
Figura 34 - Participantes nas reuniões dos Comitês Temáticos – jan/22 a nov/24.....	69
Figura 35 - Proporção de atendimentos por tipo de instância participativa (N=1430).....	70
Figura 36 - Reuniões do Comitê de Acompanhamento de Obras	70
Figura 37 - Categorização das queixas 1	72
Figura 38 - Categorização das queixas 2	73
Figura 39 - Atendimento às Queixas	73
Figura 40 - Famílias por Conjunto Habitacional.....	74
Figura 41 - Reunião com o Comitê de Lideranças.....	74
Figura 42 - Distribuição dos moradores.....	75
Figura 43 - Controle de Ocupação	77
Figura 44 - Quantitativo por comunidade e por infração.....	78
Figura 45 - Curso Pintor de Obras.....	78
Figura 46 - Cursos de Capacitação.....	79
Figura 47 - Curso Manicure e Pedicure	79
Figura 48 - Atendimento nos ELOS.....	80
Figura 49 - Entrega Regularização Fundiária.....	83
Figura 50 - Construção de muro de gabião e vala de drenagem perimetral do lixiviado	84
Figura 51 - Execução das vias internas do Parque Socioambiental do Roger.....	84
Figura 52 - Execução das vias internas do parque socioambiental do Roger	85
Figura 53 - Reuniões com a CAGEPA sobre a ETL do Parque socioambiental do Roger	86
Figura 54 - Reunião durante a missão do BID com as propostas para o modelo de gestão do Parque do Roger	86
Figura 55 - Reuniões de Alinhamento sobre Gestão do Parque Socioambiental do Roger ...	87
Figura 56 - Visitas e reuniões realizadas com a Supervisora de Obras.....	93
Figura 57 - Processos erosivos solucionados nas obras do Terreno 3.....	95
Figura 58 - Formação da Comissão de Acompanhamento Permanente – CAP	97
Figura 59 - Panfleto 3A.....	98
Figura 60 - Atividades com a Comunidade.....	99



Figura 61 - Curso no Trabalho Social	99
Figura 62 - Atendimento catadores	100
Figura 63 - Execução do Diagnóstico e Monitoramento ambiental do Rio Jaguaribe.....	121
Figura 64 - Reunião do Comitê Gestor do Programa.....	124
Figura 65 - Exemplo de postagens nas redes sociais	124
Figura 66 - Evento para a imprensa sobre o Programa João Pessoa Sustentável	125
Figura 67 - Entrevista para o programa Correio Debate	125
Figura 68 - Plano de Comunicação referente ao Parque Socioambiental do Roger	126
Figura 69 - Regularização Fundiária.....	126
Figura 70 - Acordos da Revisão Anterior - Parte 1	128
Figura 71 - Acordos da Revisão Anterior - Parte 2.....	128
Figura 72 - Acordos da última Revisão de Carteira - Parte 1.....	129
Figura 73 - Acordos da última Revisão de Carteira - Parte 2.....	129



Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Desembolso (2024)	29
Gráfico 2 - Desembolso Acumulado	29
Gráfico 3 - Execução Financeira (2024)	30
Gráfico 4 - Execução Financeira (2024) – Componente I.1	30
Gráfico 5 - Execução Financeira (2024) – Componente I.2	31
Gráfico 6 - Execução Financeira (2024) – Componente II	31
Gráfico 7 - Execução Financeira Acumulada (BID)	32
Gráfico 8 - Execução Financeira Acumulada (PMJP)	32

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Plano Diretor Municipal atualizado	34
Tabela 2 - Serviço para atualização e revisão do Plano Diretor Municipal	36
Tabela 3 - Plano de economia de Baixo Carbono elaborado	36
Tabela 4 - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática	37
Tabela 5 - Plano Municipal de redução de riscos	37
Tabela 6 - Serviço de elaboração do Plano de Risco e Desastre	38
Tabela 7 - Consultor Individual de apoio à Defesa Civil	39
Tabela 8 - Centro de Cooperação da Cidade – CCC	39
Tabela 9 - Construção da Edificação.	44
Tabela 10 - CCC Consolidado	45
Tabela 11 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame	47
Tabela 12 - Conjunto Habitacional Colinas de Gramame	48
Tabela 13 - Saturnino de Brito	50
Tabela 14 - Saturnino de Brito (habitação + infraestrutura)	51
Tabela 15 - Conjunto Habitacional São José com Infraestrutura	52
Tabela 16 - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura	54
Tabela 17 - Implantação do Residencial Vista Alegre	56
Tabela 18 - Implantação do Residencial Vista Alegre	57
Tabela 19 - Urbanização integrada de áreas subnormais do Complexo Beira Rio	59
Tabela 20 - Obras de construção das 565 Unidades habitacionais	64
Tabela 21 - Obras de Contenção no Complexo Beira Rio	64
Tabela 22 - Obras de Implantação do Parque Linear no CBR	65
Tabela 23 - Obras de Construção do Vila Santa Clara	65
Tabela 24 - Consultor individual para elaboração de proposta de Proposta de Viabilidade	66
Tabela 25 - Obras de Construção do Galpão de Reciclagem no terreno 2 do CBR	66
Tabela 26 - Reassentamento e atividades sociais	67
Tabela 27 - Contratação de Empresa Especializada para Implantação do PDC no CBR	81
Tabela 28 – Aquisição de Imóveis / Indenizações do CBR	82
Tabela 29 - Regularização Fundiária	82
Tabela 30 - Recuperação do Antigo Lixão do Roger	83



Tabela 31 - Projeto e execução das Obras do Parque Socioambiental do Roger 2º Etapa	90
Tabela 32 - Contratação de Empresa Especializada para Trabalho Social	91
Tabela 33 - Monitoramentos	101
Tabela 34 - Planta PGV atualizada	103
Tabela 35 - Serviço para atualização da Planta Genérica de Valores - PGV	103
Tabela 36 - Novo sistema de administração tributária	104
Tabela 37 - Solução Integrada de Gestão Tributária	104
Tabela 38 - Data Center	105
Tabela 39 - Secretarias com plano de reestruturação	106
Tabela 40 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA)	107
Tabela 41 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Gestão Governamental	107
Tabela 42 - Aquisição de equipamento para o setor de veterinária do Zooparque	108
Tabela 43 - Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque	108
Tabela 44 - Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque	108
Tabela 45 - Aquisição e implementação de passivos POL	109
Tabela 46 - Escola de Governo EAD	109
Tabela 47 - Consultoria para Escola de Governo e o Plano de Capacitação do Município	110
Tabela 48 - Sistema de Gestão financeira e contábil	110
Tabela 49 - Sistema de atuação da Defesa Civil	111
Tabela 50 - Aquisição de equipamentos para Defesa Civil 3º Etapa	111
Tabela 51 - Serviços de melhoria organizacional do sistema de atuação da Defesa Civil	112
Tabela 52 - Infraestrutura física de TI aperfeiçoada	113
Tabela 53 - Sistema de Serviços de monitoramento e segurança para implantação de um firewall na PMJP	113
Tabela 54 - Consultor para elaboração do Plano Diretor de Informática	113
Tabela 55 - Apoio ao Gerenciamento do Programa (GERENCIADORA)	115
Tabela 56 - Apoio ao Gerenciamento PJ Financeiro	116
Tabela 57 - Apoio ao Gerenciamento do Programa Financeiro (SISTEMA FINANCEIRO)	116
Tabela 58 - Consultores individuais	117
Tabela 59 - Consultor Individual para realizar a avaliação intermediária do Programa	117
Tabela 60 - Equipe local	117
Tabela 61 - Equipe Local da Unidade Executora do Programa	118



Tabela 62 – Supervisão de Obras	118
Tabela 63 - Consultoria em Supervisão de Obras e Serviços de Engenharia	119
Tabela 64 - Programa de Mitigação de Acúmulo de Lixo e Sedimentos no Rio Jaguaribe	120
Tabela 65 - Consultoria para Elaboração do Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe	122
Tabela 66 - Programa de Controle de vetores de doenças	123
Tabela 67 - Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças	123

Lista de Abreviaturas

APP	Áreas de Preservação Permanente
AAS/PGAS	Avaliação Ambiental e Social / Plano de Gestão Ambiental e Social
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAU-PB	Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba
CB	Corpo de Bombeiros
CBR	Complexo Beira Rio
CCC	Centro de Cooperação da Cidade
CEL	Comissão Especial de Licitação
CGM	Controladoria Geral do Município
CGP	Comitê de Gestão do Programa
CH	Conjunto Habitacional
COPAD	Comissão Permanente de Avaliação e Desapropriação
COVID-19	Novo Coronavírus
CREA-PB	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba
EAD	Ensino à Distância
ELO'S	Escritórios Locais de Gestão
ETP	Estudo Técnico Preliminar
HIS	Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LPI	Licitação Pública Internacional
LPN	Licitação Pública Nacional
MGAS	Marco de Gestão Ambiental e Social
PDT	Plano de Desenvolvimento do Território



PERR	Plano Executivo de Reassentamento e Relocalização
PGM	Procuradoria Geral do Município
PGV	Planta Genérica de Valores
PM	Polícia Militar
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
PPA	Planos Plurianuais
PRAD	Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
PRF	Polícia Rodoviária Federal
SBQC	Seleção Baseada na Qualidade e Custo
SDP	Solicitação de Propostas
SEAD	Secretaria de Administração
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
SEDURB	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEFIN	Secretaria de Finanças
SEMAM	Secretaria de Meio Ambiente
SEM HAB	Secretaria Municipal de Habitação Social
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SIGEF	Sistema de Gestão Financeira
TdR	Termo de Referência
TI	Tecnologia da Informação
UEP	Unidade Executora do Programa
ZEP2	Zona Especial de Preservação dos Grandes Verdes



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. DESCRIÇÃO GERAL DO PROGRAMA	20
2.1. OBJETIVO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL.....	21
2.2. DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES DE INVESTIMENTO	21
2.2.1. COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE.....	22
2.2.2. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	23
2.3. ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA	24
3. ASPECTOS FINANCEIROS DO PROGRAMA	28
3.1. DO DESEMBOLSO	28
3.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA	29
3.3. SALDO EM CAIXA	32
4. COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE.....	34

4.1. SUBCOMPONENTE I.1.1 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO URBANA	34
4.1.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	34
4.1.2. PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA.....	36
4.1.3. PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS.....	37
4.1.4. CENTRO DE COOPERAÇÃO DA CIDADE	39
4.2. SUBCOMPONENTE I.1.2 – FINANCIAMENTO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS INTEGRAIS PARA FAMÍLIAS VULNERÁVEIS	47
4.2.1. CONJUNTO HABITACIONAL COLINAS DE GRAMAME.....	47
4.2.2. CONJUNTO HABITACIONAL SATURNINO DE BRITO	50
4.2.3. CONJUNTO HABITACIONAL SÃO JOSÉ E INFRAESTRUTURA	52
4.2.4. IMPLANTAÇÃO DO RESIDENCIAL VISTA ALEGRE.....	56
4.3. SUBCOMPONENTE I.1.3 – MELHORAMENTO DO HABITAT EM ASSENTAMENTOS IRREGULARES VULNERÁVEIS.....	59
4.3.1. URBANIZAÇÃO DE ÁREAS SUBNORMAIS NO COMPLEXO BEIRA RIO	59
4.3.2. REASSENTAMENTO E ATIVIDADES SOCIAIS	67
4.3.3. RECUPERAÇÃO DO ANTIGO LIXÃO DO ROGER.....	83
4.4. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL DAS OBRAS	92
4.4.1. PROGRAMA DE DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS PARA O GERENCIAMENTO AMBIENTAL DAS OBRAS.....	94
4.4.2. PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL DAS OBRAS (PCAO)	94
4.4.3. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E GESTÃO DE QUEIXAS.....	96
4.4.4. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA	98
4.4.5. PROGRAMA DE READEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	100
4.4.6. PROGRAMA DE MONITORAMENTO AMBIENTAL	100
4.4.7. PROGRAMA DE CONTROLE E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS ECONÔMICOS TEMPORÁRIOS E SERVIÇOS	101

4.4.8. MECANISMOS DE CONSULTA SIGNIFICATIVA.....	102
5. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	103
<hr/>	
5.1. SUBCOMPONENTE I.2.1 – MELHORAMENTO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA.....	103
5.1.1. PLANTA GENÉRICA DE VALORES	103
5.1.2. NOVO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	104
5.1.3. DATA CENTER.....	105
5.2. SUBCOMPONENTE I.2.2 – MELHORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	106
5.2.1. SECRETARIAS COM PLANO DE REESTRUTURAÇÃO.....	106
5.2.2. ESCOLA DE GOVERNO EAD (ENSINO À DISTÂNCIA).....	109
5.2.3. SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL.....	110
5.2.4. SISTEMA DE ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL.....	111
5.2.5. INFRAESTRUTURA FÍSICA DE TI APERFEIÇOADA.....	113
5.2.6. MONITORAMENTO E SEGURANÇA PARA IMPLANTAÇÃO DE FIREWALL ...	113
6. COMPONENTE II – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	115
<hr/>	
6.1. SUBCOMPONENTE II.1 – UEP E AUDITORIA	115
6.1.1. APOIO AO GERENCIAMENTO DO PROGRAMA	115
6.1.2. APOIO AO GERENCIAMENTO PJ FINANCEIRO.....	116
6.1.3. CONSULTORES INDIVIDUAIS	117
6.1.4. EQUIPE LOCAL	117
6.1.5. SUPERVISÃO DE OBRAS.....	118
6.2. SUBCOMPONENTE II.3 – PROGRAMA DO MGAS.....	120
6.2.1. INTERVENÇÕES NO RIO JAGUARIBE	120
6.2.2. PROGRAMA DE CONTROLE DE VETORES DE DOENÇAS	123
7. COMUNICAÇÃO	124
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO PROGRAMA.....	127



1. INTRODUÇÃO

O município de João Pessoa é uma cidade de médio porte, capital do Estado da Paraíba, localizada na Região Nordeste do Brasil. João Pessoa trata-se do principal centro econômico, financeiro e cultural do Estado da Paraíba. Entre 2000 e 2010, o município apresentou um crescimento populacional expressivo, com um crescimento de 21% na década de 2000. Seus dados de espaço geográfico e populacional são representados pelas seguintes características, especificações e a Figura 1:

- No litoral paraibano, ou seja, região leste do Estado;
- Ocupa uma extensão territorial de 210.044Km² (estimativa IBGE, 2019);
- 825.796 habitantes no Município de João Pessoa (estimativa IBGE, 2021);
- Possui densidade demográfica de 3.421,28 habitantes/Km² (estimativa IBGE, 2010);
- 1.099.360 habitantes na Região Metropolitana (estimativa IBGE, 2018);
- IDH Município de João Pessoa = 0,763 – Superior ao IDH Paraíba = 0,658 (PNUD,2005).

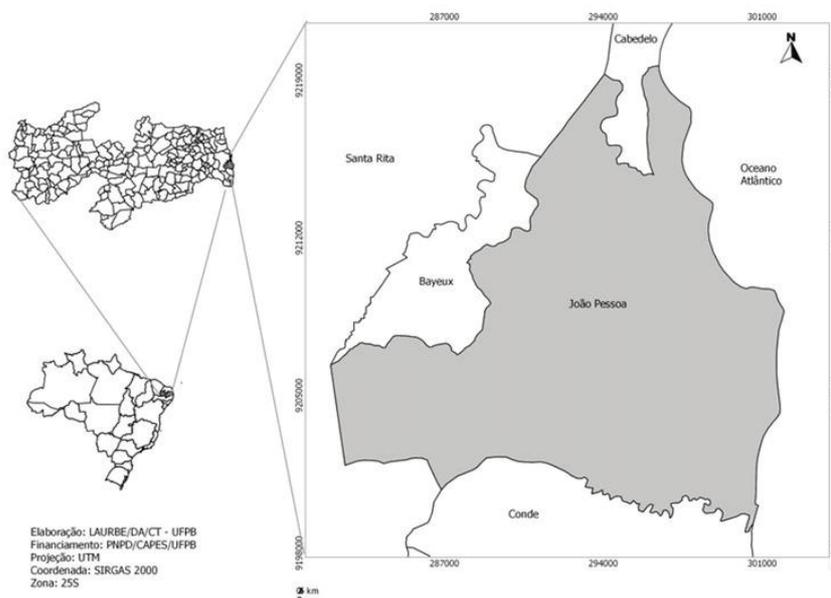


Figura 1 - Localização Geográfica João Pessoa

Fonte: Batista (2019).

O BID, através do Programa “Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis” (ICES), contemplou a cidade de João Pessoa por meio do Plano de Ação João Pessoa Sustentável, realizado com a colaboração da CAIXA, Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (FADUROE), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), e a Prefeitura Municipal de

João Pessoa (PMJP), em um processo participativo desenvolvido entre junho de 2013 e junho de 2014.

A ICES visou integrar a sustentabilidade ambiental e fiscal, o desenvolvimento urbano e a governança; além de promover o apoio a ações que proporcionem serviços básicos e garantam a proteção ao meio ambiente, bem como níveis adequados de qualidade de vida e emprego. Como resultado da aplicação da ICES em João Pessoa, uma das prioridades do município identificadas foi desenvolver mecanismos para diminuir a desigualdade urbana observada na cidade e desempenhar um papel mais relevante no ordenamento do território.

O Programa possui o objetivo geral de promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa, por meio da melhoria urbana, econômica e da gestão municipal. A Figura 2 apresenta regiões na cidade de João Pessoa onde o Programa atua para levar o Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável. Como também, pode ser observado na Figura 3 a região do Complexo Beira Rio, onde comunidades serão contempladas pelas ações de desenvolvimento do programa.

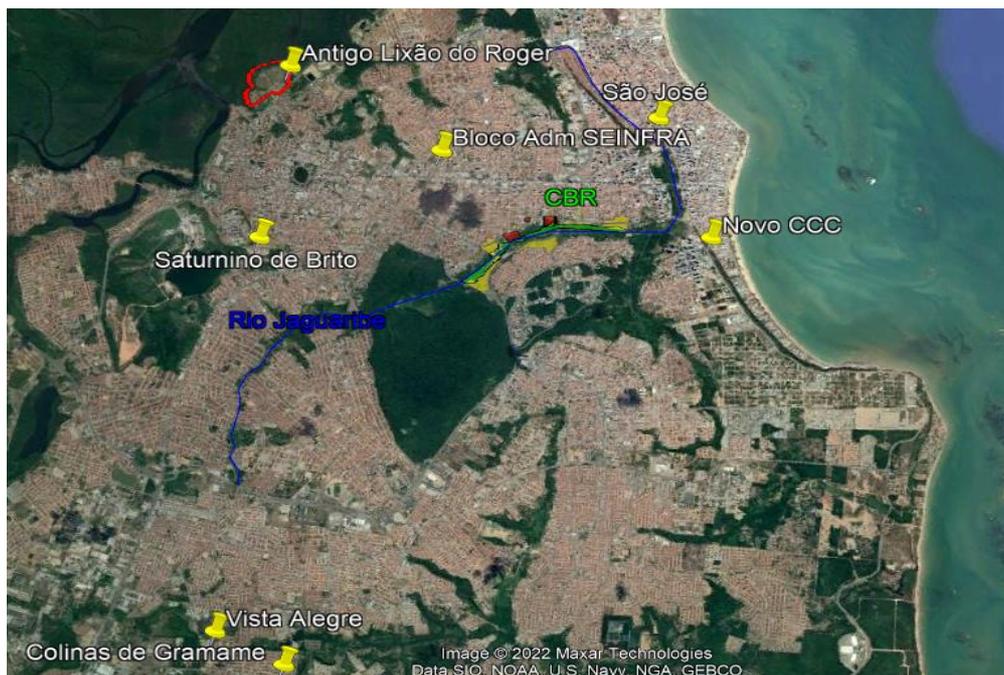


Figura 2 - Regiões de Atuação do Programa

Fonte: Google Earth (2022).



Figura 3 - Complexo Beira Rio
Fonte: Consorcio Engeconsult/Tecgeo (2022)

2. DESCRIÇÃO GERAL DO PROGRAMA

A Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID assinaram contrato de empréstimo nº 4444/OC-BR. BRL 1421 – João Pessoa em 20/12/2018 referente ao Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do município de João Pessoa.

O contrato assinado é uma operação de crédito externo que foi autorizado pelo Senado Federal, através da Resolução nº 29/2018.

- Data de aprovação pela diretoria do Banco: 13/12/2017
- Data de assinatura do contrato: 20/12/2018
- Data de elegibilidade para o 1º desembolso: 19/12/2019
- Data do primeiro desembolso: 15/01/2020
- Fim do prazo de execução do contrato: 20/06/2024
- Fim do prazo de execução do contrato com 1º Aditivo: 20/06/2026
- **Prazo de execução (com aditivo): 90 meses**



Figura 4 - Marcos do Programa

Fonte: Instituto Aquila (2023)

2.1. OBJETIVO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL

Os objetivos do programa João Pessoa Sustentável são:

Objetivo Geral:	<ul style="list-style-type: none">• Promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa por meio da melhoria urbana, econômica e de gestão municipal
Objetivos Específicos:	<ul style="list-style-type: none">• fortalecer os instrumentos de planejamento e gestão urbana;• incrementar o acesso a conjuntos habitacionais de interesse social, infraestrutura e equipamentos urbanos de qualidade para famílias vulneráveis;• melhorar a qualidade de vida em assentamentos informais a partir da mitigação de riscos socioambientais e da melhoria do habitat em projetos com potencial de replicação; e• incrementar a eficiência da gestão dos recursos fiscais municipais por meio do fortalecimento dos procedimentos administrativos, capacitação e modernização de equipamentos tecnológicos.

2.2. DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES DE INVESTIMENTO

O Programa João Pessoa sustentável está dividido em dois componentes, conforme apresentado na Figura 5:

- Componente de Investimento;
- Componente de Gestão e Administração do Programa, com atividades ligadas à administração, monitoramento, auditoria e avaliação do programa.

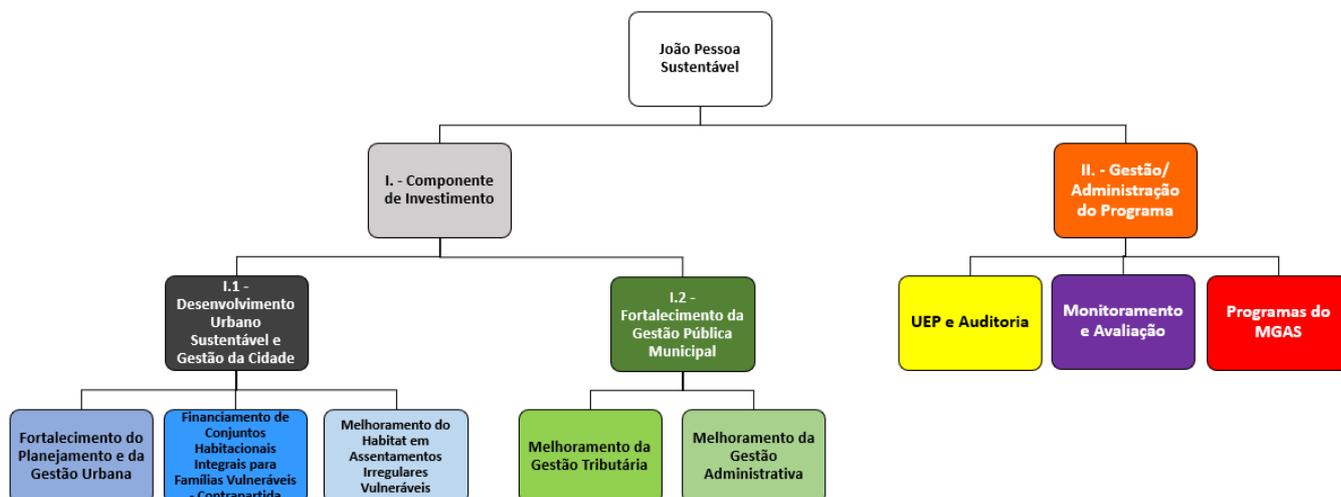


Figura 5 - EAP - Estrutura Analítica do Programa
Fonte: Instituto Aquila (2021)

Para atingir os objetivos do Programa, o componente de Investimento está dividido nos componentes:

- I.1 Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade e
- I.2 Fortalecimento da Gestão Pública Municipal, a seguir identificados e descritos.

2.2.1.COMONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE

O Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade, apresentado na Figura 6, apoia a diminuição das desigualdades urbanas e o planejamento para a modernização da gestão urbana. Financia:

- (i) Elaboração dos projetos básicos e executivos de urbanização integrada de áreas subnormais nos Complexos Beira Rio - CBR;
- (ii) Infraestrutura urbana como redes de esgoto, de drenagem, pavimentação de vias e construção de equipamentos públicos e de lazer no Complexo Beira Rio - CBR;
- (iv) Atividades e obras visando a recuperação do antigo lixão do Roger;
- (iv) Construção de aproximadamente 2.949 unidades habitacionais para população de baixa renda;
- (v) Reassentamento de cerca de 840 famílias do Complexo Beira Rio - CBR com a devida regulamentação fundiária;
- (vi) Melhoria dos instrumentos de gestão e planejamento urbano e ambiental;
- (vii) Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos a Desastres Naturais;
- (viii) Plano Municipal de Descarbonização e Adaptação Climática;
- (ix) Plano de Ação para Desenvolvimento Econômico das comunidades da Região do Complexo Beira Rio - CBR, e
- (x) Implantação do Centro de Cooperação da Cidade (CCC), contemplando o atendimento integrado a emergências, situações de risco, segurança pública e mobilidade.

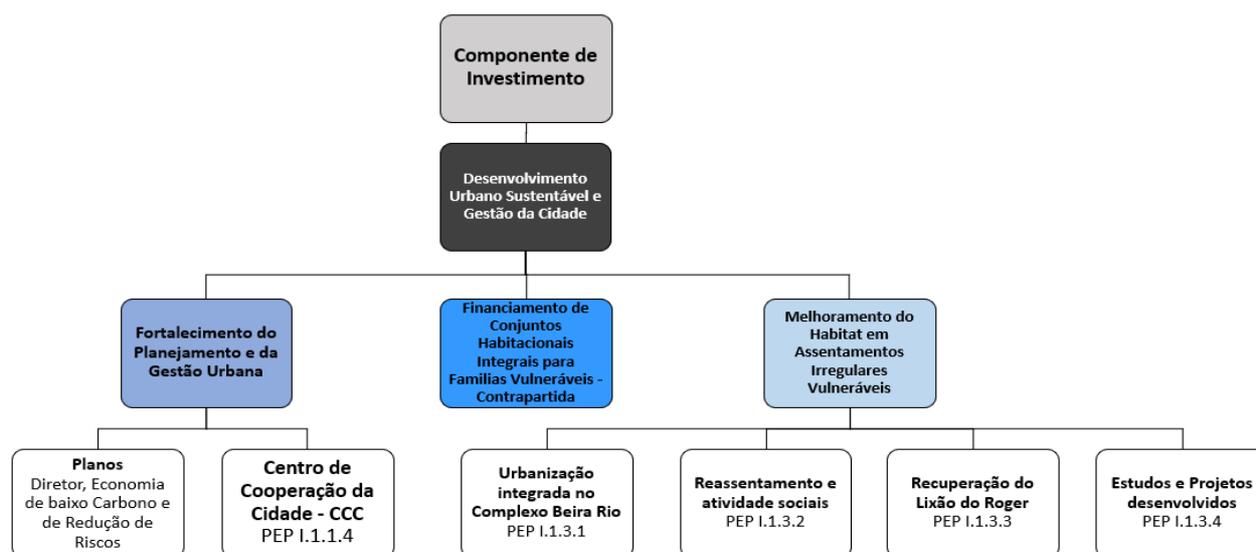


Figura 6 - EAP Componente I.1
Fonte: Instituto Aquila (2021)

2.2.2. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

O Componente I.2, apresentado na Figura 7, financia as seguintes ações:

- Reestruturação organizacional das secretarias envolvidas;
- Atualização da planta genérica de valores;
- Implantação do novo modelo de gestão dos contribuintes;
- Implantação do novo modelo de cobrança;
- Desenvolvimento de um novo sistema de administração tributária;
- Implantação do modelo de gestão do patrimônio municipal;
- Implantação da escola de governo;
- Implantação do novo modelo de gestão de compras;
- Implantação do programa de educação fiscal;
- Implantação do novo modelo de inteligência fiscal;
- Virtualização dos processos administrativos por meio do processo eletrônico;
- Implantação do modelo de gestão financeira e contábil;
- Redefinição do modelo de assistência social do município;
- Melhoria do modelo de atuação da Defesa Civil;
- Aperfeiçoamento da infraestrutura física e de tecnologia da informação, e
- Implantação do Data Center em uma Sala Segura, certificada e com padrões de segurança internacionais.

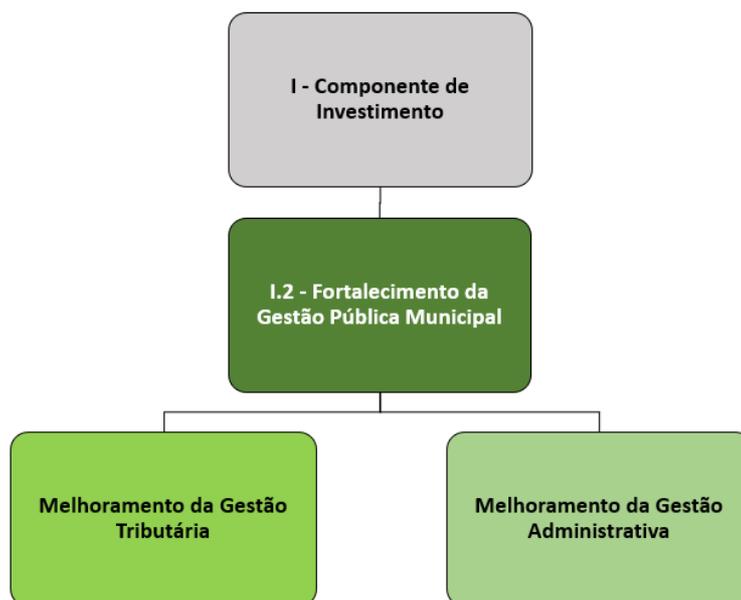


Figura 7 - EAP Componente I.2

Fonte: Instituto Aquila (2021)

2.3. ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA

O Órgão Executor do Programa é o Município de João Pessoa, por meio da Unidade Executora de Programa (UEP), criada pelo Medida Provisória 67/2018, convertida na Lei de nº 13.676/2018, publicada no Semanário Oficial do Município de 23 a 29 /12/2018, Edição Extra. Para a articulação institucional foi criado o Comitê de Gestão do Programa (CGP), com competência e atribuições de aconselhamento e acompanhamento.

Para as ações relacionadas com a comunicação social do Programa, a UEP conta com o apoio da Secretaria de Comunicação Social que tem por missão levar a informação ao cidadão, de forma completa, transparente e democrática.

A execução do Programa está, portanto, centralizada no Gabinete do Prefeito Municipal que, por intermédio da Unidade Executora do Programa (UEP), tem a responsabilidade de planejar e realizar a gestão técnica, administrativa e fiduciária, bem como o monitoramento e a avaliação do Programa, com base em sua Matriz de Resultados.

Os desembolsos do empréstimo ingressam em conta específica em nome do Programa na Secretaria de Finanças (SEFIN).

Para atuar durante o prazo da execução do Programa, foi criada a Comissão Especial de Licitações (CEL), específica para as licitações no âmbito do Gabinete do Prefeito, onde está vinculada a UEP. A CEL possui a finalidade de realizar todos os processos de seleção e contratação de consultorias, de aquisição de bens e serviços comuns e, em especial, da contratação de obras, realizados com recursos do financiamento.

A UEP está sendo apoiada por uma empresa de consultoria que lhe dá suporte no

A estrutura administrativa do programa é composta pelos seguintes membros:

- Prefeito de João Pessoa - Desempenha função de articulação político-institucional,
- Coordenador Geral da Unidade Executora de Programa (UEP) - Desempenha a função de execução da operação crédito;
- Comitê Gestor do Programa (CGP) - Responsável por discutir assuntos relevantes, solucionar possíveis dificuldades e informar ao Prefeito sobre aspectos chave do Programa, além disso, será a instância encarregada pela aprovação dos projetos do componente Projetos Estratégicos;
- Coordenação das ações - Secretarias e órgãos responsáveis pelas ações do programa em seu respectivo âmbito de competência;
- Comissão Especial de Licitação (CEL) - Responsável pela execução dos processos licitatórios do programa; e
- Membros da UEP, que são: Assessor Jurídico, Assessor de Comunicação, Assessoria Técnica, Coordenador de Tecnologia da Informação, Coordenador Administrativo e Financeiro, Coordenador do Centro de Cooperação da Cidade, Coordenador Geral, Coordenador Executivo, Coordenador de Desenvolvimento Urbano Sustentável, Coordenador de Fortalecimento da Gestão Pública, Coordenador de Aspectos Sociais, Coordenadora de Aspectos Ambientais e a Equipe da Gerenciadora.

O CGP, presidido pelo Prefeito Municipal e auxiliado pelo Coordenador Geral da Unidade Executora do Programa (UEP), tem como membros efetivos, além do Prefeito, os titulares dos seguintes Órgãos e Entidades da Administração Indireta da PMJP e outros órgãos estaduais e federais.

A última reunião do Comitê Gestor ocorreu no mês de novembro de 2024, como apresentado na Figura 09 a seguir.



Figura 9 - Reunião Comitê Gestor
Fonte: Instituto Aquila (2024)

PMJP

- ✓Secretaria de Infraestrutura
- ✓Secretaria da Receita
- ✓Secretaria Habitação Social
- ✓Secretaria de Desenvolvimento Urbano
- ✓Secretaria de Desenvolvimento Social
- ✓Secretaria de Finanças
- ✓Secretaria de Planejamento
- ✓Secretaria de Administração
- ✓Secretaria de Meio Ambiente
- ✓Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania
- ✓Coordenadoria Proteção e Defesa Civil
- ✓Procuradoria-Geral do Município
- ✓Controladoria Geral do Município
- ✓Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana
- ✓Empresa Municipal de Limpeza Urbana

Outros órgãos da esfera estadual e federal

- ✓Serviço de Atendimento Móvel de Urgência Outros Órgãos e Entidades do Estado da Paraíba e do Governo Federal
- ✓Polícia Rodoviária Federal (PRF)
- ✓Polícia Militar (PM)
- ✓Corpo de Bombeiros (CB)

3. ASPECTOS FINANCEIROS DO PROGRAMA

De acordo com o Plano de Financiamento, do Anexo Único do Contrato de Empréstimo N° 4444/OC-BR, a partir do Instrumento de Alteração Contratual N° 1, assinado em 09/02/2023, o custo e financiamento total do Programa João Pessoa Sustentável passou a ser de US\$ 159,4 milhões, sendo US\$ 100 milhões financiados pelo BID e US\$ 59,4 milhões em contrapartida da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

A Figura 10 abaixo, apresenta a distribuição desses recursos entre seus componentes, e ainda, distingue aqueles que são advindos do empréstimo BID e dos provenientes da contrapartida da Prefeitura. Importante destacar, que o componente de investimento representa a maior parte do programa, no intuito de fomentar o desenvolvimento das demandas municipais, políticas públicas e o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Componentes/Subcomponentes	Banco	Contrapartida Local	Total
Componentes de Investimento	89.966	57.477	147.443
Componente I. Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade	65.111	57.477	122.588
Componente II. Fortalecimento da Gestão Pública Municipal	24.855	0	24.855
Gestão Administrativa do Programa	10.034	1.923	11.957
UEP e Auditoria	7.653	1.923	9.576
Monitoramento e Avaliação	469	0	469
Programas do MGAS	1.912	0	1.912
Total	100.000	59.400	159.400

Figura 10 – Quadro de Custos do Programa, em milhares de dólares (US\$)

Fonte: Instrumento de Alteração Contratual N° 1 – Contrato de Empréstimo N° 4444/OC-BR

3.1. DO DESEMBOLSO

Sobre o indicador de desembolso, recursos solicitados ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pontua-se que este vem evoluindo ao longo dos anos e ao final de 2024 superou a meta prevista em 8%.

De acordo com o prognóstico de desembolso enviado em fevereiro/2024, a previsão total para o ano era de US\$ 25,5 milhões. Contudo, o acumulado de 2024 totalizou US\$ 27,5 (Gráfico 1). Com isso, o indicador alcançou o patamar de US\$ 57,0 milhões no acumulado (Gráfico 2), conforme é demonstrado a seguir:



Gráfico 1 - Desembolso (2024)

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2024)

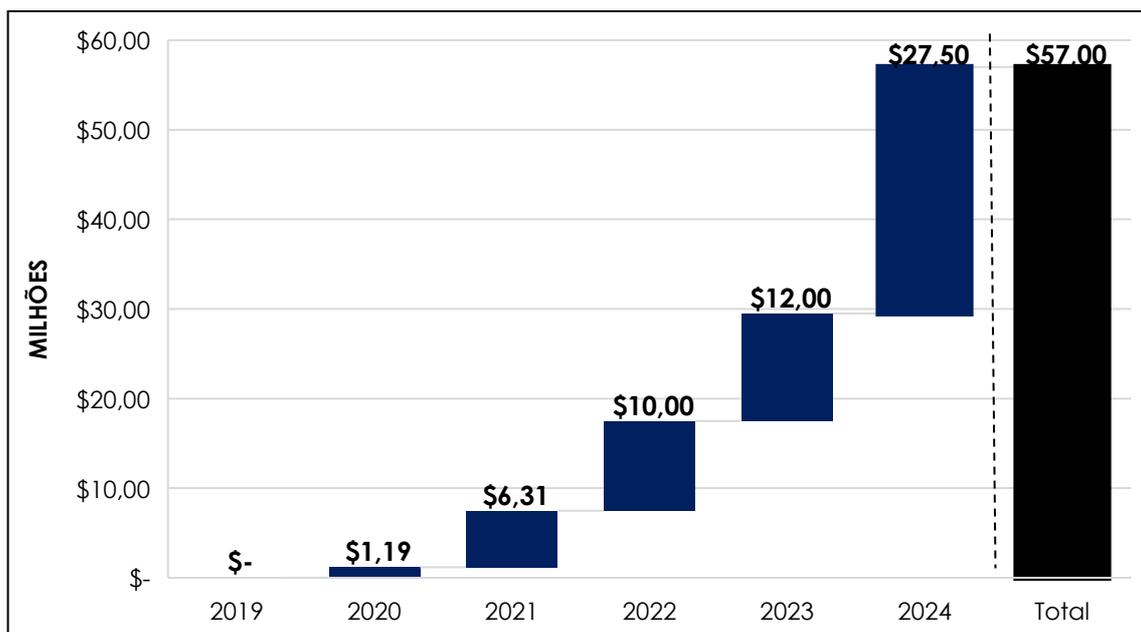


Gráfico 2 - Desembolso Acumulado

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2024)

3.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA

Com relação as metas de 2024 pactuadas no relatório PMR Financeiro, é possível constatar que a execução financeira do corrente ano cumpriu 78% do planejado, somando-se às duas fontes orçamentárias, conforme demonstrado no Gráfico 3 abaixo.

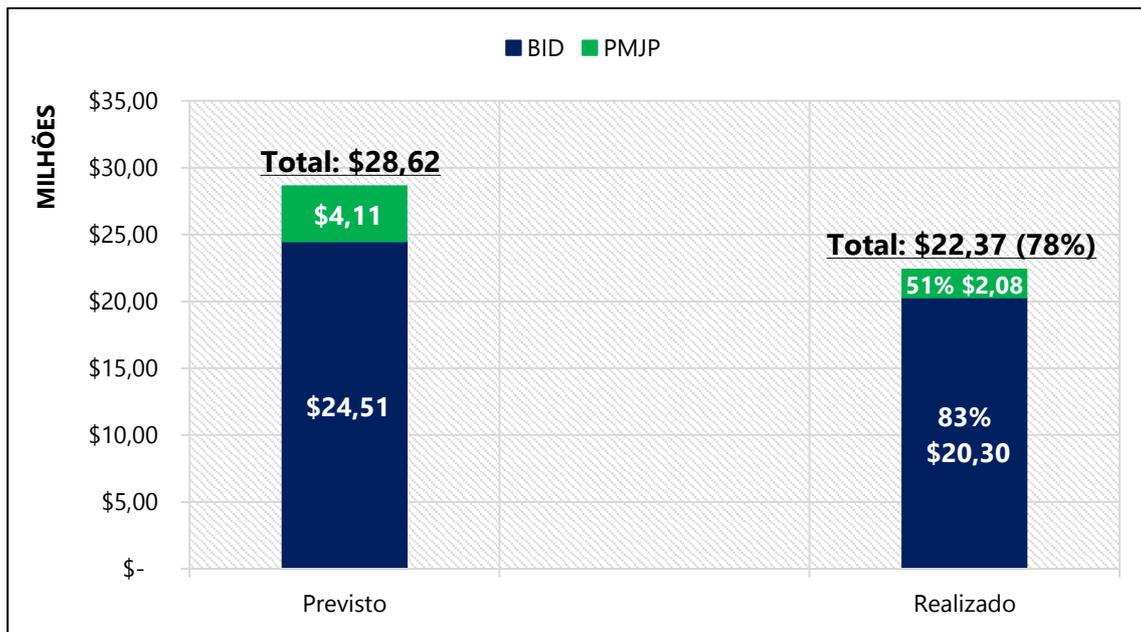


Gráfico 3 - Execução Financeira (2024)

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2024)

Desdobrando o resultado da execução financeira por componente, falaremos sobre os Componentes I.1, I.2 e II.

O Componente I.1 cumpriu 80% da meta prevista para o ano de 2024, representando 86% de êxito com recurso BID e 43% da meta de contrapartida (PMJP), dados estes disponíveis no Gráfico 4.

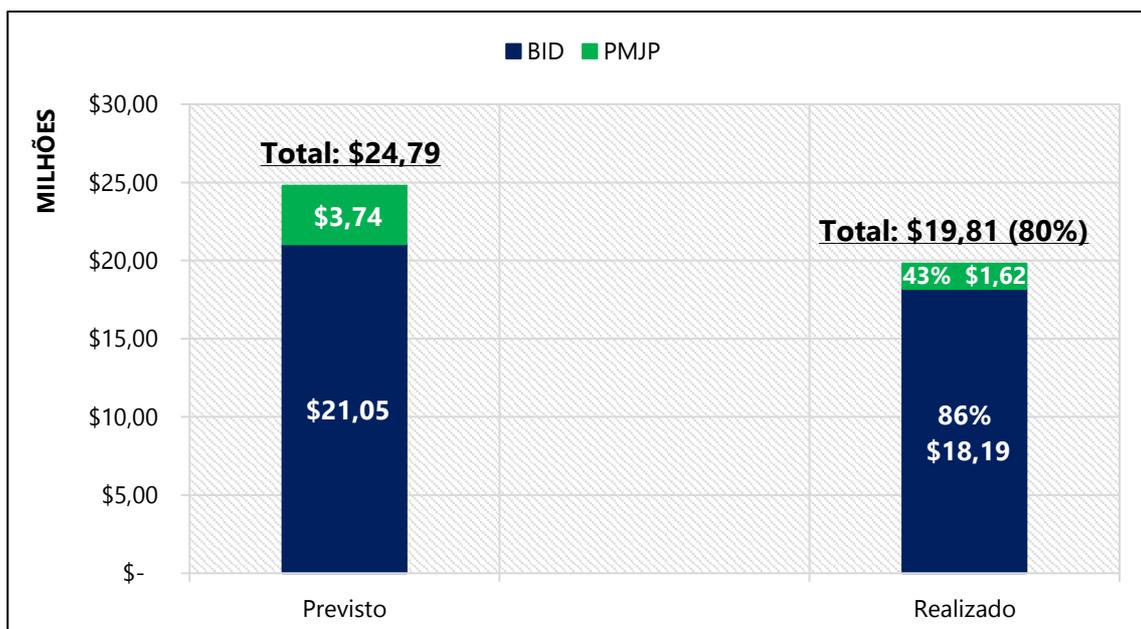


Gráfico 4 - Execução Financeira (2024) – Componente I.1

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2024)

No componente I.2, de acordo com o Gráfico 5, a execução financeira teve um

desempenho de 62% no período. Este componente não possui recurso de contrapartida (PMJP).

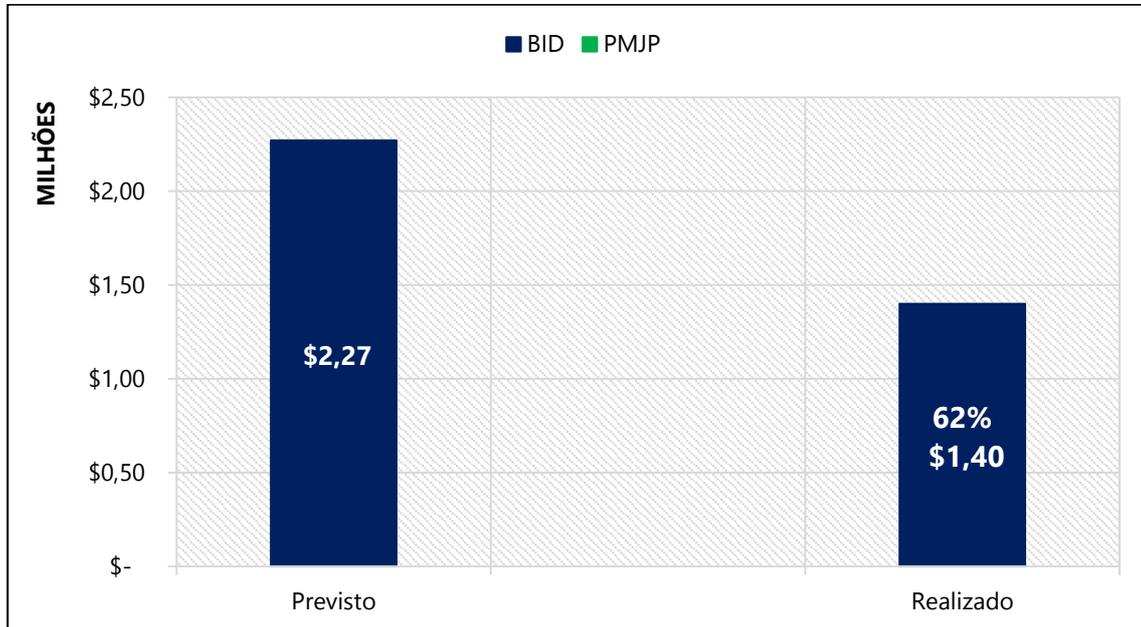


Gráfico 5 - Execução Financeira (2024) – Componente I.2
Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2024)

Já em relação ao componente II, nota-se (Gráfico 6) que em 2024, foi executada 75% da meta financeira prevista para o ano, sendo 60% de recurso BID e superando em 22% a meta de contrapartida (PMJP).

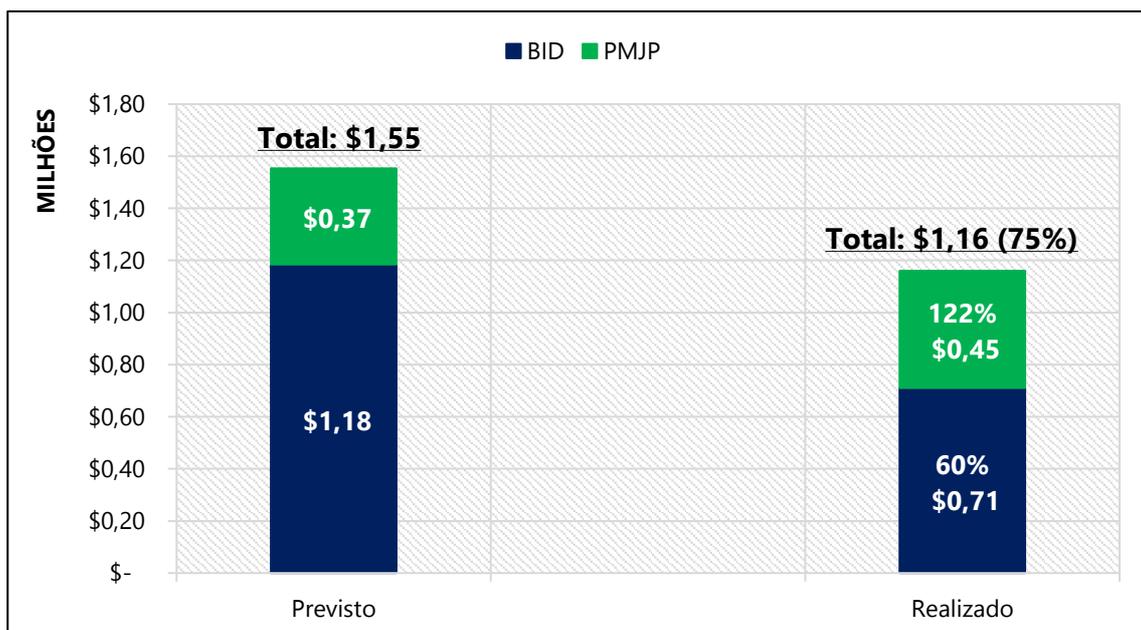


Gráfico 6 - Execução Financeira (2024) – Componente II
Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2024)

Por fim, a seguir é demonstrada a execução financeira acumulada do ano de 2019 a 2024, por fonte de recurso BID (Gráfico 7) e recurso PMJP (Gráfico 8).

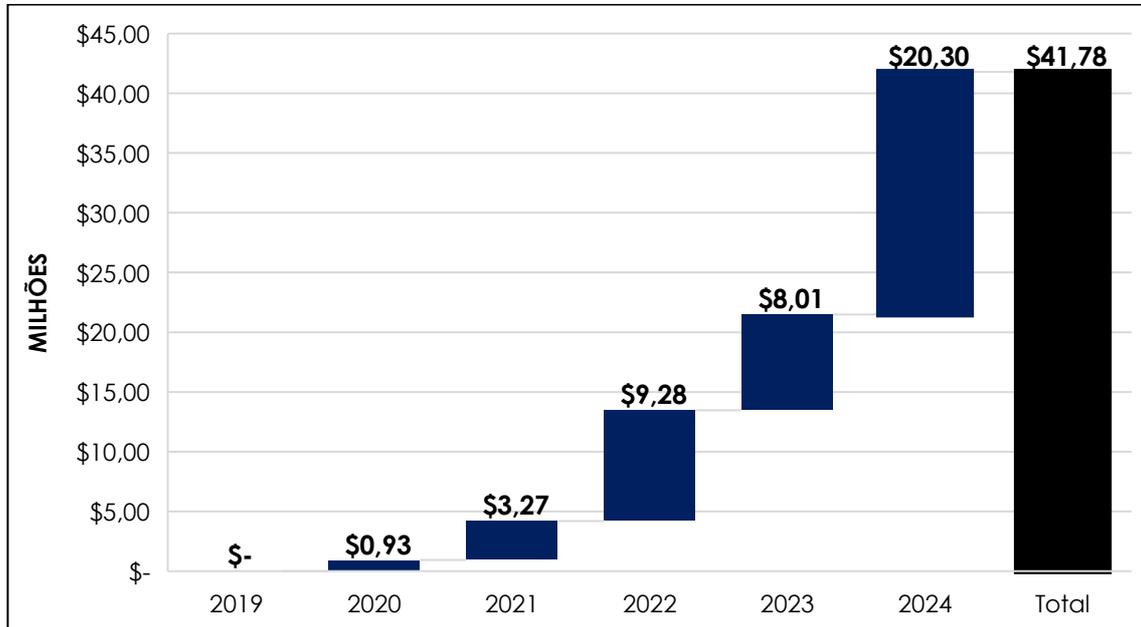


Gráfico 7 - Execução Financeira Acumulada (BID)
Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2024)

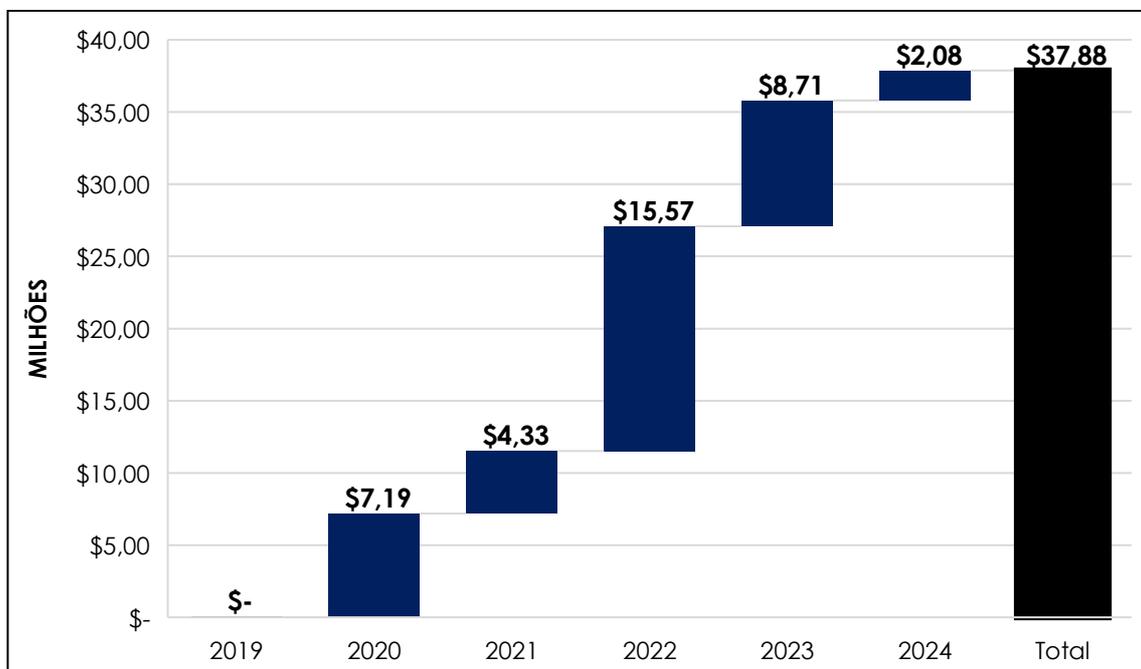


Gráfico 8 - Execução Financeira Acumulada (PMJP)
Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2024)

3.3. SALDO EM CAIXA

Considerando as solicitações de desembolso e a execução financeira, ao final do ano

de 2024 o saldo em caixa totalizou, aproximadamente, US\$ 15,22 milhões, conforme apresentado na Figura 11. Acrescenta-se que, o saldo objetiva atender a execução financeira para o primeiro semestre de 2025.



Figura 11 - Fluxo de Caixa até 31/12/2024
Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2024)

4. COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE

Neste capítulo é apresentado detalhes do Componente I.1 e seu respectivo avanço no último semestre.

Este componente tem como objetivo fortalecer o planejamento e a gestão urbana, apoiar a redução do déficit habitacional municipal e melhorar os assentamentos irregulares vulneráveis com intervenções integrais.

Este componente foi estruturado em três subcomponentes, os itens estão organizados segundo ordem do Plano de Execução Plurianual (PEP).

4.1. SUBCOMPONENTE I.1.1 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO URBANA

São financiadas as seguintes atividades:

- (i) revisão do plano diretor municipal;
- (ii) Plano de descarbonização e adaptação climática;
- (iii) elaboração do plano municipal de redução de riscos a desastres naturais; e
- (iv) implementação do Centro de Cooperação da Cidade (CCC) contemplando a integração institucional e tecnológica para situações de emergência, risco de desastres naturais, segurança pública e mobilidade.

4.1.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Tabela 1 - Plano Diretor Municipal atualizado

Produto - Plano Diretor Municipal	
Valor Previsto Total do Produto	US\$ 670.720,76
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa visa definir objetivos, orientações e propostas de intervenção para o desenvolvimento municipal, observando o contido no Estatuto da Cidade, com destaque para o artigo 2º, principalmente nas seguintes diretrizes gerais:

- (i) Garantia do direito à cidade sustentável;
- (ii) Gestão democrática;
- (iii) Planejamento do desenvolvimento da cidade;
- (iv) Ordenação e controle do uso do solo;
- (v) Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas.

Além disso esses serviços incluirão também:

- (i) Compatibilizar a legislação territorial urbana às demais legislações vigentes;
- (ii) Revisar o Plano Diretor de João Pessoa;
- (iii) Revisar e (re)definir o macrozoneamento e o zoneamento de todo o território municipal;
- (iv) Pautar as propostas de ordenamento territorial;
- (v) Elaborar minutas de anteprojetos de leis de revisão dos instrumentos jurídicos vinculados ao planejamento territorial, em especial a lei de Parcelamento do Solo, lei de Condomínio, Código de Obras e Edificação, Código de Posturas, Código Ambiental lei do Sistema Viário, lei do Perímetro Urbano, lei de Uso e Ocupação do Solo e demais leis específicas dos instrumentos de política urbana, integrando-as ao Plano Diretor.

No 2º semestre de 2022 todas as 6 Minutas¹ previstas na PMR foram entregues pelo fornecedor, conforme prazo estipulado no indicador de Metas do Programa.

O Plano Diretor foi aprovado na Câmara Municipal na data de 21 de dezembro de 2023, tendo poucas emendas por parte da casa legislativa, seguindo para sanção pelo poder Executivo. Em janeiro de 2024 foi realizada a publicação da revisão do Plano Diretor.

A seguir podem ser observados mais alguns dos avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção.

¹ <http://pdjp.com.br/>

Tabela 2 - Serviço para atualização e revisão do Plano Diretor Municipal

I.1.1.1.1 -Serviço para atualização e revisão do Plano Diretor Municipal e legislações complementares	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 664.000,00
Valor Contratado	US\$ 663.150,34
Status	Concluído no 2º semestre de 2023
Valor Executado	US\$ 663.150,34
Avanço	
Em abril/2024 ocorreu a publicação da Lei complementar sobre zoneamento e ocupação do solo do município.	
Dificuldades	
Aprovação da Lei na câmara de vereadores de alguns instrumentos complementares.	
Ação para a Dificuldade	
Monitoramento dos avanços e audiências na Câmara para aprovação da Revisão do Plano Diretor.	

4.1.2. PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

Tabela 3 - Plano de economia de Baixo Carbono elaborado

Produto - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 347.443,63
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Este plano tem como objetivo definir o roteiro de descarbonização da economia, e vinculá-lo a objetivos socioeconômicos como criação de empregos, inovação e melhoria da qualidade de vida, ao mesmo tempo que subsidia iniciativas visando maximizar a adaptação e resiliência do município frente às mudanças climáticas.

A elaboração do Plano de Descarbonização e Adaptação Climática, compreenderá todo limite territorial do município. Deverá, como principal base estratégica para o planejamento

de ações de mitigação e adaptação, observar os inventários de emissão de GEE já desenvolvidos pela Prefeitura de João Pessoa e estudos realizados. Deverá, ainda, observar outros planos, leis de resíduos sólidos, marco regulatório de saneamento, estratégias ou dispositivos inerentes ao tema da mudança climática distribuídos pelos entes federativos, além de dados primários obtidos através de levantamentos em campo, e observando as diretrizes do Plano Diretor do Município.

Em junho de 2023 a Prefeitura de João Pessoa apresentou que finalizou o projeto de construção do seu Plano de Ação Climática (PAC). O documento, elaborado de forma participativa, aponta 37 medidas de adaptação e mitigação para alcançar o objetivo de neutralizar as emissões líquidas de carbono da cidade até 2050.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 4 - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática

I.1.1.2.1 - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 347.443,63
Valor Contratado	US\$ 347.443,63
Status	Concluído no 2º semestre de 2023
Valor Executado	US\$ 347.443,63
Avanço	
Envio para Câmara de Vereadores, aguardando aprovação.	
Dificuldades	
Aprovação na Câmara.	
Ação para a Dificuldade	
Alinhamento junto a SEGOV para agilizar a aprovação.	

4.1.3. PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS

Tabela 5 - Plano Municipal de redução de riscos

Produto - Plano Municipal de redução de riscos	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 194.387,93
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Este plano é imprescindível para a segurança das pessoas que passarão a habitar e frequentar esses espaços que serão feitos pelo Programa, pois como João Pessoa é um município antigo e algumas áreas já sofreram diversos tipos de ações tanto do tempo, quanto antrópicas, elas podem colocar em risco as pessoas, por vários motivos como: instabilidade do solo, áreas suscetíveis à inundações e alagamentos, estruturas não adequadas aos locais e também para prever reações emergenciais a algum desastre que venha a ocorrer em proporções maiores, como em períodos de retorno, assim evitando mortes e acidentes.

Em 2023 foi realizada a contratação de uma empresa para construção, implantação e suporte de ferramenta web, do tipo portal com webmapping, para gerenciamento de riscos e desastres da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PB), juntamente com versão para aplicativo móvel.

Em maio/2024 foi solicitado o aditivo de execução contratual da implantação da ferramenta por mais 8 meses para que o tempo de execução contratual também comporte os prazos de suporte da ferramenta.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 6 - Serviço de elaboração do Plano de Risco e Desastre

I.1.1.3.2 - Construção, Implantação e Suporte de ferramenta web, para gerenciamento de riscos e desastres	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 106.425,00
Valor Contratado	US\$ 45.723,01
Status	Contrato em Execução
Valor Executado	US\$ 36.483,31
Avanço	
O avanço nas consolidações dos formulários para cadastro na ferramenta, que está em sua fase final da criação, para posterior capacitação com a equipe técnica que a irá manter em operação.	
Dificuldades	
Interlocução com equipe de TI e aprovação dos formulários junto a Defesa Civil	
Ação para a Dificuldade	
Reuniões de pontos de controle para resolver melhor as interferências.	

Tabela 7 - Consultor Individual de apoio à Defesa Civil

I.1.1.3.3 - Consultor Individual de apoio à Defesa Civil	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 71.200,00
Valor Contratado	US\$ 69.477,21
Status	Contrato Concluído
Valor Executado	US\$ 69.477,21
Avanço	
O consultor apoiou a implantação dos últimos ajustes da ferramenta, sendo peça crucial nesse acompanhamento. Contrato concluído no final do semestre.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

4.1.4.CENTRO DE COOPERAÇÃO DA CIDADE

Tabela 8 - Centro de Cooperação da Cidade – CCC

Produto - Centro de Cooperação da Cidade – CCC	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.077.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID/PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O CCC visa prover uma solução integrada para os desafios urbanos existentes, sendo um indutor de transformação no manejo e utilização de informações em prol do processo decisório da gestão da cidade de João Pessoa. A implementação do CCC é o componente responsável pela melhoria das respostas da Prefeitura as demandas de serviços que geram grandes impactos no cotidiano da população de João Pessoa. O CCC atuará com foco nos seguintes eixos:

- Mobilidade Urbana,
- Atendimento de Urgência (SAMU), Segurança,
- Defesa Civil,

- Gestão Pública Moderna e
- Meio Ambiente, outros serão incluídos progressivamente.

O CCC deverá captar, processar, armazenar, disponibilizar as informações e demandas de serviços da cidade de João Pessoa, das instituições públicas e de parceiros, vinte e quatro horas por dia nos sete dias da semana, permitindo a cooperação entre instituições, a interação com cidadãos e a prestação de serviços públicos.

O Centro de Cooperação da Cidade – CCC será implantado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável, e fará uso de um prédio público já construído, localizado na Avenida João Cirilo da Silva, N° 850, no bairro Altiplano Cabo Branco. Para essa implantação, ocorrerá adequação do espaço para comportar a estrutura técnico-operacional do Centro. O referido prédio localiza-se em terreno com área verde, e a condição de preservação dos elementos arbóreos será mantida.

Em 23 de março de 2023 assinado o contrato com a empresa vencedora, a Empresa GERATRIX CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS E INSTALAÇÕES LTDA, CNPJ nº 07.223.818/0001-12, no valor total de R\$ 6.544.817,12 (seis milhões quinhentos e quarenta e quatro mil oitocentos de dezessete reais e doze centavos).

Todavia, a emissão da primeira ordem de serviço, assinada em 26/07/2023 e publicada em 23/08/2023, estava condicionalmente atrelada à prévia aprovação pelo BID de um Plano de Deslocamento Econômico Cultural – PDEC elaborado em favor do Celeiro Espaço Criativo, devido às especificidades e às características das atividades econômicas e culturais desenvolvidas no local. A aprovação do PDEC ocorreu em julho de 2023 e, em seguida, foi emitida a Ordem de Serviço, ainda em julho de 2023. Após a aprovação do PDEC, foi realizada a consulta significativa em 9 de agosto de 2023, o evento contou com a participação de artistas, artesãos e servidores do Celeiro Espaço Criativo, pode ser observado na Figura 12 a seguir.



Figura 12 - Consulta pública as partes interessadas do PDEC do CCC
Fonte: PMJP, (2023).

O Plano de Deslocamento Econômico e Cultural é um item de grande importância, e precede o início das obras do CCC, uma vez que o local escolhido pela gestão do município após a desistência da construção no Centro Administrativo Municipal – CAM, foi o Celeiro Cultural, que está situado no bairro do Altiplano em João Pessoa. O prédio do Celeiro Espaço Criativo está sob a administração da Secretaria de Educação do município, e tem como objetivo e vocação o desenvolvimento das capacidades de artesãos e artistas do município. As visitas realizadas ao Celeiro identificaram a necessidade de uma ação de deslocamento com garantias da continuidade das atividades no momento de transição, com o compromisso de prover local adequado para transferir as atividades então realizadas no espaço do Celeiro. Em acordo firmado entre a Gestão Municipal e a Secretaria de Educação, ficou decidido que o local que iria acolher o grupo que ocupa o prédio do Celeiro seria a Estação das Artes, outro prédio público que está sob administração do município, mas que se encontra em reforma.

Enquanto não é possível realizar o deslocamento dos artesãos e dos artistas para a Estação das Artes e para a continuidade das obras no Celeiro, foi necessário realizar uma mudança provisória para o Hotel Globo no Centro Histórico de João Pessoa. Em janeiro de 2024 ocorreu a mudança e em fevereiro a inauguração das exposições, conforme pode ser observado na Figura 13 a seguir.



Figura 13 – Inauguração das exposições no Hotel Globo
Fonte: PMJP, (2024).

A obra do Centro de Cooperação da Cidade trata-se de uma requalificação onde funcionava o antigo Celeiro Cultural de João Pessoa. O prédio é localizado na Avenida João Cirilo da Silva, N° 850, no bairro Altiplano Cabo Branco. Para essa implantação, ocorrerá adequação do espaço para comportar a estrutura técnico-operacional do Centro. O referido prédio localiza-se em terreno com área verde, e a condição de preservação dos elementos arbóreos será mantida. Inicialmente a intervenção estava prevista para ser feita em 8 meses, no entanto, em decorrência do atraso da elaboração do projeto executivo que é de responsabilidade do empreiteiro, a obra apresenta hoje um atraso de 10 meses.

Abaixo podem ser observados alguns dos avanços nas obras do CCC ao longo do último semestre, nas Figuras 14, 15 e 16.



Figura 14 - Avanços agosto/2024
Fonte: PMJP, (2024).



Figura 15 - Avanços outubro/2024
Fonte: PMJP, (2024).

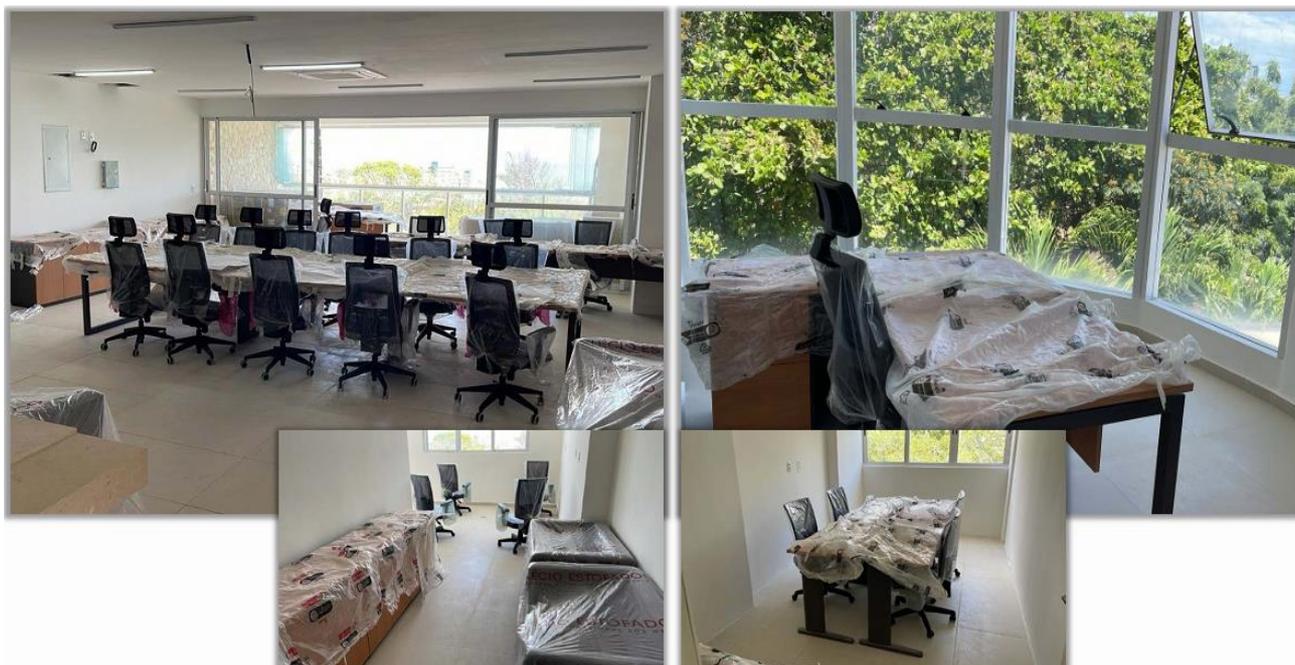


Figura 16 - Avanços dezembro/2024

Fonte: PMJP, (2024).

A obra está seguindo com ritmo lento, ao final do 2º semestre de 2024 a obra apresentou conclusão de 58%. O avanço da obra no semestre foi prejudicado por falta de serviços não contemplados em planilha, porém, atualmente já está sendo sanado por meio de aditivo.

Neste segundo semestre de 2024 seguiu em andamento as tratativas para o processo de contratação do CCC Consolidado. O CCC Consolidado trata-se de uma contratação para o fornecimento de bens como: equipamentos tecnológicos, mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de monitoramento e alertas, equipamentos de comunicação, aquisição de softwares monitoramento urbano, controle semaforico, a implantação dos diversos atores municipais como: SAMU, SEMOB, SEMUSB e a integração e cooperação de todos estes com empresas, organizações sociais e parcerias. Para desenvolver soluções conjuntas para problemas locais, promovendo uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção segundo os itens do Plano de Aquisições.

Tabela 9 - Construção da Edificação.

I.1.1.4.1.1 - Construção da Edificação (obras e infraestrutura).	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.400.00,00
Valor Contratado	US\$ 1.297.853,98
Status	Contrato em Execução
Valor Executado	US\$ 891.417,26

Avanço
<p>Conforme registro apresentado abaixo, a empresa aguarda prosseguimento com o processo de reajuste e aditivo de serviços para normalizar a execução dos serviços</p> <p>Etapa 01 - Gerador / Subestação, etapa 02 - Escada/Caixa d'água etapa 03 - Mezanino. Na etapa 01 Gerador/subestação -Em processo da instalação do gerador / subestação. Na Etapa 02 - Escada/caixa d'água -Falta impermeabilização da caixa d'água, falta revestimento e pintura parede da escada. Etapa 03 - Mezanino – Falta confecção e instalação de esquadrias, revestimento de paredes wc, bancada em granito, instalação de forro drywall.</p> <p>Esses serviços foram prejudicados por quantidades insuficientes na planilha licitada, assim como serviços necessários e não contemplados em planilha e que foram permitidos através do 1º aditivo de serviços.</p>
Dificuldades
<p>Em 19/11/2024 - A Empresa contratada GERATRIX solicita 2ª aditivo de serviços alegando itens com quantidades insuficientes. Portanto perante essa necessidade de análise da planilha, prazo para concluir a obra necessitará de alteração ao contrato que se encerrará em dezembro de 2024.</p> <p>Em 23/12/2024 – A obra não foi concluída. O prazo de conclusão da obra vencerá em 23/12/2024, portanto houve necessidade de solicitar alteração contratual com vigência de execução para 23/04/2025 e vigência contratual para 23/07/2025.</p> <p>O termo aditivo nº 04 ao contrato 02.007/2023-UEP/SEGGOV, conforme justificativas técnicas e fatos supervenientes registradas no processo 20.986/2023 e ofício 18.088/2024, os prazos de execução e vigência do contrato ficaram acrescidos em 6 meses, conforme data Execução: 23/04/2025 Vigência Contratual: 23/07/2024</p>
Ação para a Dificuldade
<p>As ações necessárias estão sendo providenciadas com a UEP com a análise documental relativo ao 2ª aditivo de serviços para que com a possível alteração contratual de serviços seja retomada a execução dos serviços pleiteados pela GERATRIX, retomando assim o atendimento do cronograma para termino da obra em abril 2025.</p>

Tabela 10 - CCC Consolidado

I.1.1.4.2.9 - Aquisição de Solução Consolidada para o CCC	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 9.681.532,95
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2025
Valor Executado	US\$ -

Avanço

Com a abertura da Fase Competitiva em abril através da modalidade de Licitação Pública Internacional, o certame recebeu diversos pedidos de impugnação, que os mesmos foram respondidos a tempo para a continuidade do certame, e dentre estes pedidos, um mandado de segurança. Para o mandado de segurança foi elaborado uma resposta com apoio do Consultor, do advogado da UEP - João Vitor e da Gerenciadora, e, em seguida encaminhada ao Procurador da PMJP.

Dificuldades

O processo esteve em análise na procuradoria da PMJP durante todo o segundo semestre de 2024, na segunda quinzena de dezembro de 2024 obteve-se uma decisão favorável pela continuidade do certame.

Ação para a Dificuldade

Para a continuidade do certame os próximos passos definidos foram:

- Comunicação interna para o BID informando a decisão favorável pela continuidade do certame;
- Elaboração de Nova CONSULTA DE PREÇOS;
- Adequação da Linha do PA e Aprovação do Orçamento;
- Adequação do Edital;
- PUBLICAÇÃO DE EDITAL, com abertura do Prazo para recebimento de propostas.

4.2. SUBCOMPONENTE 1.1.2 – FINANCIAMENTO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS INTEGRAIS PARA FAMÍLIAS VULNERÁVEIS

São financiados com recursos de Contrapartida Local a construção de cerca de 2.300 (duas mil e trezentas) habitações para aproximadamente 11.500 (onze mil e quinhentas) pessoas de baixa renda nos Conjuntos Habitacionais: Colinas de Gramame, São José, Saturnino de Brito e Vista Alegre. Também, são financiadas obras de infraestrutura básica e/ou equipamentos urbanos priorizados conforme os critérios estabelecidos no Regulamento Operativo do Programa (ROP) e em consistência com as políticas de salvaguardas do Banco.

4.2.1. CONJUNTO HABITACIONAL COLINAS DE GRAMAME

Tabela 11 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame

Produto - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame	
Valor Reconhecido	US\$ 3.889.840,20
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Residencial Colinas de Gramame, instalado na Rua Projetada, no bairro de Gramame, Loteamento Colinas do Sul, possui área de 14.137,65m² (quatorze mil cento e trinta e sete metros quadrados) e oferece um total de 432 (quatrocentos e trinta e duas) unidades habitacionais.

O Colinas de Gramame enfrenta, além da dificuldade na gestão dos resíduos domésticos, como é comum em diversos conjuntos habitacionais de interesse social, dificuldade essa identificada no Plano de Ação elaborado pela UEP, na tentativa de solucionar esta dificuldade, a UEP planeja ação integrada como ocorrido em outros conjuntos habitacionais como ação corretiva e deverá implementar com as secretarias uma ação estruturada para melhoria da gestão a médio e longo prazo.

Para todos os quatro Conjuntos de Contrapartida foi elaborado um Plano de Ação contendo o rol de prioridades, que contou com a participação dos Técnicos Sociais dos quatro habitacionais. O Plano traz uma série de ações que devem ser realizadas pela gestão municipal através das secretarias para atendimento das salvaguardas ambientais e sociais nos Conjuntos Habitacionais.

O Trabalho Técnico Social – TTS desenvolvido no pós-ocupação do Residencial Colinas de Gramame, por meio do Programa Casa Verde e Amarela, em convênio com Caixa Econômica Federal, faz parte das atividades relacionadas aos conjuntos habitacionais de contrapartida no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável.

No segundo semestre de 2024 as atividades presenciais permaneceram sem avanços, apenas as atividades que já fazem parte da rotina do Residencial. Desse modo, apresentaremos a seguir algumas das ações desempenhadas pelo município nos Conjuntos Habitacionais-CH de contrapartida do Programa João Pessoa Sustentável e também algumas estratégias próprias da equipe do TTS.

Ênfase na macro ação **Educação Patrimonial e Ambiental** nas atividades de Educação para Saúde houve a continuidade das práticas esportivas de forma presencial com os grupos de mulheres, idosos e crianças no Residencial Colinas de Gramame, no salão de festa do residencial.



Figura 17 - Atividades Colinas de Gramame

Fonte: PMJP, (2024)

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 12 - Conjunto Habitacional Colinas de Gramame

I.1.2.1 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 3.889.840,20
Valor Reconhecido	US\$ 3.889.840,20 (reconhecimento realizado em junho/2021)
Status	Concluído

Avanço
- Manutenção das atividades de Educação para a Saúde, através de atividades físicas junto aos moradores do Residencial
Dificuldades
Distância do Posto de Saúde.
Ação para a Dificuldade
Não se aplica.



Figura 18 - Região de Implantação do Residencial Colinas de Gramame
Fonte: Google (2021)



Figura 19 - Residencial Colinas de Gramame
Fonte: PMJP (2020)

4.2.2. CONJUNTO HABITACIONAL SATURNINO DE BRITO

Tabela 13 - Saturnino de Brito

Produto - Saturnino de Brito	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 15.312.500,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Conjunto Habitacional Saturnino de Brito foi instalado próximo a áreas degradadas, parte destas áreas estão dentro do terreno do habitacional e outra parte na Comunidade Renascer, limítrofe ao Conjunto. Para favorecer a recuperação ambiental de três áreas específicas, a SEMAM elaborou um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), este vem sendo executado pelas secretarias municipais desde o segundo trimestre de 2022.

Para todos os quatro Conjuntos de Contrapartida foi elaborado um Plano de Ação contendo o rol de prioridades, que contou com a participação dos Técnicos Sociais dos quatro habitacionais. O Plano traz uma série de ações que devem ser realizadas pela gestão municipal através das secretarias para atendimento das salvaguardas ambientais e sociais nos Conjuntos Habitacionais.

O acesso às políticas sociais é uma das importantes ações que diminuem situações de extrema vulnerabilidade social entre os moradores do Saturnino de Brito. Para permitir o acesso às políticas assistenciais é necessário que o cidadão tenha o NIS – n.º de Inscrição Social e para isso o CRC vem fazendo um trabalho junto às famílias do Residencial e Comunidade Renascer.

No período de referência, foram mantidos os avanços na obra de infraestrutura entre o Residencial Saturnino de Brito e Renascer 1, com toda parte de esgotamento sanitário já concluído, ruas foram calçadas, a zeladoria é realizada regulamente, foram realizadas várias ações que vão de encontro aos anseios da comunidade, nas áreas de saúde, lazer, educação, cursos profissionalizantes, via parcerias com instituições governamentais e não governamentais.

nesse período. Todos os serviços foram executados de acordo com os projetos aprovados na prefeitura e seguindo rigorosamente a especificação técnica, memorial descritivo.

Ligação de esgoto



Figura 20 - Avanço infraestrutura entorno Saturnino de Brito

Fonte: PMJP (2024)

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 14 - Saturnino de Brito (habitação + infraestrutura)

I.1.2.2 - Saturnino de Brito (habitação + infraestrutura)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 8.524.136,10
Valor Reconhecido	US\$ 8.524.136,10 (reconhecimento realizado em junho/2022)
Status	Concluído
Avanço	
- Calçamento de ruas - Obras de infraestrutura no entorno do Residencial	
Dificuldades	
Segurança pública	
Ação para a Dificuldade	
Diálogos constantes em busca de soluções viáveis	



Figura 21 - Região de Implantação do Residencial Saturnino de Brito

Fonte: Google, (2021)



Figura 22 - Residencial Saturnino de Brito

Fonte: PMJP (2020)

4.2.3. CONJUNTO HABITACIONAL SÃO JOSÉ E INFRAESTRUTURA

Tabela 15 - Conjunto Habitacional São José com Infraestrutura

Produto - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura	
Valor Reconhecido	US\$ 6.807.582,59
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Conjunto Habitacional São José oferece 336 (trezentos e trinta e seis) unidades habitacionais distribuídas em 11 blocos e acarreta melhoria de condições de habitação das famílias beneficiadas.

Para todos os quatro Conjuntos de Contrapartida foi elaborado um Plano de Ação contendo o rol de prioridades, que contou com a participação dos Técnicos Sociais dos quatro habitacionais. O Plano traz uma série de ações que devem ser realizadas pela gestão municipal através das secretarias para atendimento das salvaguardas ambientais e sociais nos Conjuntos Habitacionais.

O Trabalho Social – TTS desenvolvido no pós-ocupação do Residencial São José, acompanhado por meio do PAC- Programa de Aceleração do Crescimento em convênio com Caixa Econômica Federal - CEF, faz parte dos conjuntos habitacionais de contrapartida, no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável. Este conjunto foi entregue aos usuários em dezembro de 2018 e teve contrapartida reconhecida no primeiro semestre de 2020. No plano de ação foram identificadas necessidades relativas a um plano de ação para melhoria da atividade dos comércios, cobertura nos espaços destinados aos veículos e fechamento da rua.

Durante o segundo semestre de 2024, o CH permanece utilizando o sistema de queixas, vinculado ao aplicativo João Pessoa na Palma da Mão, onde a ideia é o próprio morador acompanhar suas demandas, o que vem inviabilizando os registros das demandas por parte da equipe técnica. Entretanto, essa dinâmica favorece a sustentabilidade e autogestão das demandas dos moradores do Residencial, o que é um ponto muito positivo. De uma maneira geral, as questões relativas a políticas públicas como: zeladoria, mobilidade, infraestrutura, serviços essenciais, benefícios eventuais, meio ambiente, entre outros são acionados diretamente pelo aplicativo.

Com relação à questão dos comerciantes, ainda é mantida a mesma situação, que, apesar de novas atualizações realizadas por equipe técnica, permanece sem a regularização da situação de construção dos boxes comerciais.



Figura 23 - Mecanismo de Sistema de Queixas CH São José

Fonte: PMJP, (2024)

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 16 - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura

I.1.2.3 - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 6.807.582,59
Valor Reconhecido	US\$ 6.807.582,59 (reconhecimento realizado em fevereiro/2020)
Status	Concluído
Avanço	
Não se aplica	

Dificuldades

Mantido diálogo com a SEDURB para tratar sobre os comércios no residencial.

Ação para a Dificuldade

Alinhamento com as secretarias responsáveis para ajustes relativos aos comércios.



Figura 24 - Região de Implantação do Residencial Novo São José

Fonte: Google, (2021)



Figura 25 - Residencial Novo São José

Fonte: PMJP (2020)

4.2.4. IMPLANTAÇÃO DO RESIDENCIAL VISTA ALEGRE

Tabela 17 - Implantação do Residencial Vista Alegre

Produto - Implantação do Residencial Vista Alegre	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.377.441,10
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A construção do Residencial Vista Alegre contribuiu para a redução do déficit habitacional no município de João Pessoa, ofereceu um total de 2016 unidades habitacionais, distribuídas em onze condomínios denominados Vista Alegre I até o Vista Alegre XI, sendo 1827 unidades habitacionais convencionais e 189 unidades habitacionais para Portadores de Necessidades Especiais – PNE.

No segundo semestre de 2024 as atividades presenciais ocorreram de maneira normal na Secretaria Municipal de Habitação-SEM HAB. Desse modo, apresentaremos a seguir algumas das ações desempenhadas pelo município nos Conjuntos Habitacionais-CH de contrapartida do Programa João Pessoa Sustentável e também algumas estratégias próprias da equipe do TTS.

Na macro ação **Mobilização, Organização e Fortalecimento Social-MOFS** nas atividades de Avaliação e Planejamento demos continuidade às reuniões de equipe de forma presencial. As reuniões trataram da continuidade das atividades presenciais na secretaria, da reestruturação da equipe, bem como do encaminhamento das demandas apresentadas através do Sistema de Reclamações e Queixas-SRQ. Foram realizados também, contatos informais permanentes durante todo o período com os beneficiários e instituições a fim de encaminhar e dar resolutividade as demandas, simplificando e acelerando os processos demandados ao TTS do CH Vista Alegre.

Ainda durante este período foi realizado o cadastramento do PAA, que atendeu aos moradores do residencial, como forma de atendimento a demandas e, ao mesmo tempo, inclusão dos mesmos na política social de segurança alimentar e nutricional. Nessa mesma macroação também foi realizada a entrega da Unidade Básica de Saúde – UBS para a população do território, o que é considerado um indicador importante na resolução de problemas de acesso a saúde dos mesmos.

Na macro ação **Educação Patrimonial e Ambiental**, nas atividades de Educação para Saúde houve a continuidade das práticas esportivas de forma presencial com os grupos de mulheres, idosos e crianças no Residencial Vista Alegre, em ambiente aberto.

Na macro ação de **Empreendedorismo e desenvolvimento socioeconômico**, na atividade de Acompanhamento dos cursos profissionalizantes, foi realizada a cerimônia de certificação de mais uma turma do Curso de Eletricista Predial, nessa atividade participaram 13 concluintes do curso de Eletricista Predial. Além desse curso, houve a certificação de uma turma de Costura Industrial, que certificou 15 mulheres do território.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção.



Figura 26 - Inauguração da UBS Vista Alegre / Cadastramento no PAA



Figura 27 - Certificação do Curso de Costura Industrial / Certificação do Curso de Eletricista Predial

Tabela 18 - Implantação do Residencial Vista Alegre

I.1.2.4 - Implantação do Residencial Vista Alegre	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.377.441,10
Valor Reconhecido	US\$ 13.943.331,10 (US\$ 7.258.813,79 reconhecido em maio/2023)
Status	Concluído

Avanço
- Manutenção da Zeladoria no residencial Vista Alegre - Certificação dos cursos de Eletricista Predial e de Costura Industrial - Cadastramento da população do residencial no Programa de Aquisição Alimentar – PAA - Entrega da UBS para o Residencial Vista Alegre
Dificuldades
- Controle de Ocupação – construções irregulares não mapeadas
Ação para a Dificuldade
Contato com equipes de fiscalização da SEDURB



Figura 28 - Região de Implantação do Residencial Vista Alegre
Fonte: Google, (2021)



Figura 29 - Residencial Vista Alegre
Fonte: PMJP (2020)

4.3. SUBCOMPONENTE I.1.3 – MELHORAMENTO DO HABITAT EM ASSENTAMENTOS IRREGULARES VULNERÁVEIS

Será financiado o reassentamento involuntário de famílias em situação de risco em assentamentos irregulares do Complexo Beira Rio (CBR), selecionados pela situação de vulnerabilidade. No CBR serão financiadas, entre outras, as seguintes atividades:

- (i) projeto urbanístico integral da área;
- (ii) reassentamento de aproximadamente 840 (oitocentos e quarenta) famílias que vivem em zonas de risco, incluindo desapropriação de áreas para construção de cerca de 747 (setecentos e quarenta e sete) habitações;
- (iii) implementação de obras de infraestrutura e/ou equipamento urbano em áreas selecionadas;
- (iv) elaboração e implementação de um plano de acompanhamento socioeconômico para as famílias beneficiadas, incluindo a criação de um Escritório Local de Gestão (ELO); e
- (v) regularização cadastral e titulação de propriedades.

Em relação ao Complexo Via Férrea (CVF), com o Pleito de alteração do Contrato de Empréstimo, foram retirados os itens (i) e (ii) que estão abaixo em **negrito**, para ser realizado apenas o item (iii), os itens podem ser observados abaixo:

- (i) o projeto urbanístico integral da área;
- (ii) seleção de obras essenciais para prover serviços de infraestrutura básica e/ou equipamento urbano; e
- (iii) recuperação socioambiental do Antigo Lixão do Roger.

4.3.1. URBANIZAÇÃO DE ÁREAS SUBNORMAIS NO COMPLEXO BEIRA RIO

Tabela 19 - Urbanização integrada de áreas subnormais do Complexo Beira Rio

Produto - Urbanização integrada de áreas subnormais no Complexo Beira Rio	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 57.242.954,87
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID/PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Complexo Beira Rio – CBR é composto por oito (08) comunidades:

- Brasília de Palha;
- Cafofo/Liberdade;
- Miramar;
- Tito Silva;
- Padre Hildon Bandeira;
- Vila Tambauzinho;
- Santa Clara; e
- São Rafael.

Essas Comunidades estão inseridas nos Bairros:

- Expedicionários;
- Torre;
- Miramar;
- Tambauzinho; e
- Castelo Branco.

No Complexo Beira Rio há centenas de famílias morando em situação de risco. A área de intervenção caracteriza-se por notável irregularidade fundiária, com a existência de invasões de propriedades privadas e públicas (terras de domínio da União e do Município) e outras provenientes de doação, e ocupação de áreas sujeitas à inundação, inseridas em Áreas de Preservação Permanente – APP e Zona Especial de Preservação dos Grandes Verdes – ZEP2.

Em 2022 a Prefeitura Municipal de João Pessoa firmou um convênio junto à CAGEPA especificando as mútuas responsabilidades na execução das obras de esgotamento sanitário e sua futura operação e manutenção.

O Complexo Beira Rio trata-se de um projeto audacioso, onde serão construídas unidades habitacionais, equipamentos públicos, parque linear e intervenções de infraestrutura nas comunidades com serviços de pavimentação, contenção de encostas, drenagens, esgotamento sanitário, iluminação pública e outros projetos em paralelo para atender às demandas sociais da região.

No início de 2023 ocorreu o término da licitação para as Obras nos 3 (três) Lotes para os habitacionais no CBR, com Ordens de Serviços emitidas em maio/2023, para as empresas:

- Lote 01: a vencedora foi a CONSTRUTORA LITORAL LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 02.909.693/0001-65, com proposta no valor total de R\$ 16.767.306,72 (dezesseis milhões setecentos e sessenta e sete mil trezentos e seis reais e setenta e dois centavos). A empresa será responsável pela construção do

Conjunto Habitacional no Terreno 01, com três blocos de uso misto, com total de sete pavimentos, totalizando 106 (cento e seis) unidades habitacionais, 03 (três) unidades comerciais e 01 (um) salão para reuniões e eventos condominiais.

- Lotes 02 e 03: a vencedora foi a UCHÔA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 02.909.693/0001-65, com proposta no valor total de R\$ 99.433.630,58 (noventa e nove milhões quatrocentos e trinta e três mil seiscentos e sessenta reais e cinquenta e oito centavos). A empresa será responsável pela construção dos conjuntos Habitacionais e equipamentos comunitários nos Terrenos 02 e 03 do CBR, com um total de 24 (vinte e quatro) blocos de uso misto, com 341 (trezentos e quarenta e uma) unidades habitacionais, 13 (treze) unidades comerciais e 04 (quatro) salas para reuniões e eventos condominiais.

As obras no terreno 01 obteve ao fim do segundo semestre de 2024 um avanço de 55% das obras, para as obras do terreno 02 o avanço alcançou 71% e no terreno 03 de 70%. Alguns dos blocos habitacionais já estão na fase das instalações prediais e de revestimento cerâmico. Abaixo podem ser observados alguns registros dos avanços das obras no final do semestre, nas Figuras 30, 31 e 32:



Figura 30 - Avanço das obras no CBR no Terreno 1, dezembro/2024
Fonte: PMJP, (2024).



Figura 31 – Avanço das obras no CBR no Terreno 2, dezembro/2024
Fonte: PMJP, (2024).



Figura 32 – Avanço das obras no CBR no Terreno 3, dezembro/2024
Fonte: PMJP, (2024).

Atualmente não existem obras de infraestrutura em andamento no Complexo Beira Rio. Após os conflitos nos certames lançados para as obras de infraestrutura no CBR no 1º semestre de 2024, foram analisados os processos das obras de infra e as alterações necessárias aos projetos do Parque Linear, que foram solicitados ajustes pela Secretaria de Meio Ambiente. As obras estavam separadas para proporcionar competitividade e eficiência pública, porém, o objetivo esperado não foi alcançado. Assim, visando cumprir o cronograma

de execução do Programa e atender as demandas da SEMAM de alterar os projetos, onde a redução poderia inviabilizar a competitividade do pleito, em razão da significativa redução de escopo, as obras de infraestrutura e do Parque Linear serão agrupadas em um único certame, com a necessidade de alteração dos projetos do Parque Linear, a licitação será feita na modalidade semi-integrada, método em que o vencedor deverá elaborar os projetos executivos e poderá realizar os ajustes solicitados pela SEMAM.

Com relação as Obras de Contenção, no primeiro semestre de 2023 o DNIT solicitou à prefeitura por meio do Ofício Nº 63370/2023/SRE – PB a autorização para execução de Contenções do Km-19 da BR-230/PB na Comunidade Santa Clara. Em dezembro/2023 o DNIT deu Ordem de Serviço para o início das obras, que tem previsão de finalização para o primeiro semestre de 2025.

Para as outras obras de contenção a serem feitas no CBR, na comunidade Miramar e Santa Clara, em agosto foi emitida a Ordem de Serviço para início das atividades para a empresa vencedora, a DAUD EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 18.318.752/0001-60, com proposta no valor total de R\$ 3.106.017,34 (três milhões, cento e seis mil e dezessete reais e trinta e quatro centavos).

No mês de setembro foi obtido o acesso ao terreno onde será construído o Conjunto Vila Santa Clara, em novembro os dados da sondagem e topografia foram entregues para que fosse iniciada a elaboração dos projetos que serão base para o edital de contratação das obras. A Figura 33 a seguir apresenta os profissionais em realização da topografia e o modelo de como será o Conjunto habitacional.



Figura 33 - Topografia do Vila Santa Clara
Fonte: PMJP, (2024).

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 por cada entrega desta intervenção.

Tabela 20 - Obras de construção das 565 Unidades habitacionais

I.1.3.1.2.1 - Obras de construção das 747 Unidades habitacionais e dos equipamentos comunitários no CBR	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 23.941.993,78
Valor Contratado	US\$ 23.032.351,53
Status	Contrato em execução
Valor Executado	US\$ 14.504.653,00
Avanço	
A obra encontra-se em pleno vapor, com mais de 60% já concluído, tendo sua previsão de entrega final para o segundo semestre de 2025. Alguns serviços não contemplados nos projetos foram aditivados como a exemplo da drenagem no terreno 2 e 3, e o forro em gesso nos dois terrenos	
Dificuldades	
Falta de mão de obra para os serviços de fachada no Terreno 1.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

Tabela 21 - Obras de Contenção no Complexo Beira Rio

I.1.3.1.1.2.1 - Obras de Contenção no Complexo Beira Rio.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.880.000,00
Valor Contratado	US\$ 586.041,01
Status	Contrato em Execução
Valor Executado	US\$ 42.088,04
Avanço	
As obras de contenção estão em execução tendo sua conclusão prevista para o início do segundo semestre de 2025. No último semestre foi executada a parte de instalação de canteiro e limpeza da área.	
Dificuldades	
A dificuldade encontrada foi de cunho social, concernente a habitações que interferiam nas obras por serem adjacentes a encosta do miramar. E liberação de frente de obra na Barreira da Comunidade Santa Clara,	

Ação para a Dificuldade

Foi realizado um levantamento dos quantitativos de unidade e a interferência que cada uma sofreria, daí será providenciado aluguel temporário para as famílias até que a sua casa seja liberada, em relação a encosta do miramar. Com relação ao Santa Clara, está já em elaboração o plano de demolição dos imóveis, que já estão no PERR do programa para liberar frente de obra.

Tabela 22 - Obras de Implantação do Parque Linear no CBR

I.1.3.1.1.2.4 - Obras de Implantação do Parque Linear no CBR.

Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 20.884.945,98
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2025
Valor Executado	US\$ -
Avanço	
Afim de garantir uma maior robustez, e tendo em vista que a solução tem unicidade com as obras de infraestrutura nas 8 comunidades será feito em uma única aquisição.	
Dificuldades	
A licença ambiental reduziu em cerca de 70% a área do parque, necessitando em ajustes de projetos.	
Ação para a Dificuldade	
Licitar em conjunto com INFRA, com lote único e de maneira semi-integrada, para que a vencedora adeque os projetos conforme licença.	

Tabela 23 - Obras de Construção do Vila Santa Clara

I.1.3.1.2.3 - Obras de Construção do Vila Santa Clara.

Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 815.976,86
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2025
Valor Executado	US\$ -
Avanço	
Os projetos básicos em elaboração, o edital está previsto para o primeiro semestre de 2025.	
Dificuldades	
A dificuldade foi o acesso ao terreno para fazer os estudos iniciais.	
Ação para a Dificuldade	
Judicialização com empenho por parte da PMJP que de forma célere providenciou o acesso ao terreno.	

Tabela 24 - Consultor individual para elaboração de proposta de Proposta de Viabilidade

I.1.3.1.1.2.6 - Consultor individual para elaboração de proposta de Proposta de Viabilidade de Implantação de conjunto comercial no lote 3 do Complexo Beira Rio.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 37.000,00
Valor Contratado	US\$ 28.711,61
Status	Contrato Concluído
Valor Executado	US\$ 28.711,61
Avanço	
A consultoria foi concluída em outubro de 2024, tendo como produtos finais minutas conceituais de projeto de lei e de documentos editalícios. Sendo realizado um diagnóstico dos sistemas jurídico-urbanístico e de parcerias incidentes sobre o projeto, bem como, uma proposta de Proposta de modelagem jurídica de parceria.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

Tabela 25 - Obras de Construção do Galpão de Reciclagem no terreno 2 do CBR

I.1.3.1.2.4 - Obras de Construção do Galpão de Reciclagem no terreno 2 do CBR.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 134.375,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto prevista para 2º semestre de 2025
Valor Executado	
Avanço	
Projetos em elaboração pela SEINFRA (Secretaria de Infraestrutura).	
Dificuldades	
Atraso na elaboração dos projetos.	
Ação para a Dificuldade	
Pedidos junto ao Prefeito pela celeridade na elaboração dos projetos, onde a SEINFRA também entregará com o orçamento.	

4.3.2. REASSENTAMENTO E ATIVIDADES SOCIAIS

Tabela 26 - Reassentamento e atividades sociais

Produto - Reassentamento e Atividade Sociais	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 10.334.843,71
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Complexo Beira Rio – CBR é composto por oito (08) comunidades: Brasília de Palha, Cafofo/Liberdade, Miramar, Tito Silva, Padre Hildon Bandeira, Vila Tambauzinho, Santa Clara e São Rafael. Essas Comunidades estão inseridas nos Bairros: Expedicionários, Torre, Miramar, Tambauzinho e Castelo Branco.

No Complexo Beira Rio há centenas de famílias morando em situação de risco. A área de intervenção caracteriza-se por notável irregularidade fundiária, com a existência de ocupações de áreas privadas e públicas (terras de domínio da União e do Município) e outras provenientes de doação, e ocupação de áreas sujeitas à inundação, inseridas em Áreas de Preservação Permanente – APP e Zona Especial de Preservação dos Grandes Verdes – ZEP2.

Em 2021 a Prefeitura de João Pessoa realizou a contratação do Consórcio DEMACAMP – ÂNIMA, em julho/2021 foi dada a Ordem de Serviço para início das suas atividades. O referido Consórcio foi contratado para realizar o Plano de Desenvolvimento Comunitário do CBR, que acompanha e promove as ações de transformações socio-urbanísticas, ambientais e econômicas do Programa no território, com foco nas atividades de reassentamento das famílias atualmente em situação de risco, como também na melhoria geral do bem-estar de toda a população das oito comunidades do CBR.

A equipe do Plano de Desenvolvimento Comunitário – PDC é a responsável pela elaboração de um Banco de Dados com as informações de todas as famílias nas comunidades a serem reassentadas. Este levantamento de dados das famílias foi realizado através das visitas nos domicílios após haverem sido selados e estando na poligonal do projeto e na área de risco onde foram cadastrados:

Todas as pessoas identificadas e cadastradas, dentro do limite de elegibilidade da área de risco, que ocupam os lotes e edificações com indicativo de remoção a partir dos critérios definidos pelo Programa, independentemente de sua condição de regularidade fundiária (regular ou irregular), de sua relação com o imóvel (proprietário, posseiro, ocupantes, locatários);

 Todas as pessoas que tenham suas edificações, independentemente do uso e das condições de ocupação, interditados pela Defesa Civil durante a vigência do Programa, desde que devidamente identificadas e cadastradas pela equipe social;

 Famílias que tenham sido identificadas como convivência involuntária durante o processo de cadastramento.

No período correspondente ao objeto do presente instrumento, ou seja, de julho a dezembro de 2024, o PDC realizou as atividades contínuas constantes no cronograma de execução, a exemplo dos atendimentos nos ELOS, a gestão do Sistema de Queixas e Reclamações, a atualização das adesões às modalidades de reassentamento por comunidade (aquelas onde já foram realizadas as Consultas Públicas), a continuidade dos Comitês temáticos do CBR e Instâncias Participativas (Comitê de Acompanhamento de Obras e visitas de acompanhamento, Comitês de Acompanhamento a Oportunidades de Geração de Trabalho e Renda), mapeamento das medidas compensatórias nas modalidades: reassentamento em conjuntos habitacionais, reposição de moradias adquiridas no mercado imobiliário (Compra Assistida), reassentamento por meio de reposição de atividades econômicas, que são: cômodo adicional, unidades comerciais nos térreos dos conjuntos habitacionais construídos pelo Programa e medida compensatória através da construção do Galpão de materiais recicláveis. Ainda sobre a temática, houve atualização quanto ao reassentamento por meio de compensações financeiras, através de acompanhamento das medidas compensatórias relativas a indenização por reposição de benfeitoria, indenização por reinstalação de atividades econômicas e indenização por encerramento de atividade. Houve também acompanhamento dos alugueis de transição emergencial, do aluguel de transição e o aluguel de reassentamento rotativo durante o período. Outra ação contínua que merece destaque é o Controle de Ocupação, que traz atualização dos números de lotes e cenários de afetação, monitoramento das interdições e demolições. Para além disso, apresentamos as informações pertinentes ao Plano de Desenvolvimento Territorial – PDT, quanto aos cursos profissionalizantes na área da construção civil voltado para mulheres do CBR junto ao SENAI.

Além dos pontos apresentados, a equipe social da Gerenciadora Águila, composta por 4 assistentes sociais, atuando nos 4 ELOS, juntamente com a coordenação social, apresentou um plano de trabalho ousado, cujo objetivo foi garantir outras frentes de acompanhamento às políticas públicas no território, como também o estabelecimento de parcerias consolidadas para sustentabilidade social do território, o que garantiu um trabalho de fortalecimento do Programa nos territórios. Salientamos alguns dos projetos que permanecem sendo executados e que já traz alguns resultados positivos, que são O CBR para ELAS, iniciado com a 1ª certificação das alunas do Curso de Pintor Imobiliário, ocorrida durante o período anterior

a este documento. Sobre o tema, mantivemos diálogo com parceiros potenciais como UNIMED JP, Mirantes, Alpargatas, ONG e construtoras para tratar de temas como capacitação, inserção no mercado de trabalho, ações sociais integrativas, trazendo o diálogo voltado para as necessidades do território e das mulheres do território. Além do CBR para ELAS, também foi iniciado o **Projeto Cuidar de Quem Cuida**, que contou com a parceria da Faculdade Maurício de Nassau, onde a proposta é de tratar do acompanhamento psicológico tanto dos moradores que necessitem, através da divulgação nos ELOS e nos próprios territórios, como também escuta e acompanhamento a quem compõe as equipes das contratadas ou da própria UEP (caso tenham interesse), que atuam diretamente no CBR. Serão apresentados alguns dos resultados dessa primeira etapa, relativa ao atendimento aos moradores. Seguem alguns dos parceiros, além das redes locais, como UBS's, Escolas, CMEIS (CREIs), Associação de moradores,

A seguir, apresentaremos os principais destaques do segundo semestre de 2024 nas atividades relativas ao Complexo Beira Rio, considerando os avanços e os pontos sensíveis do período.

- AVANÇOS

Ao longo do período destacamos alguns avanços, que são: as reuniões do Comitê de Acompanhamento de Obras e demais comitês realizados no período que registraram um total acumulado de 1430 participantes desde 2022, conforme apresentado nos gráficos abaixo pelas Figuras 34 e 35:



Figura 34 - Participantes nas reuniões dos Comitês Temáticos – jan/22 a nov/24

Fonte: PMJP, (2024).

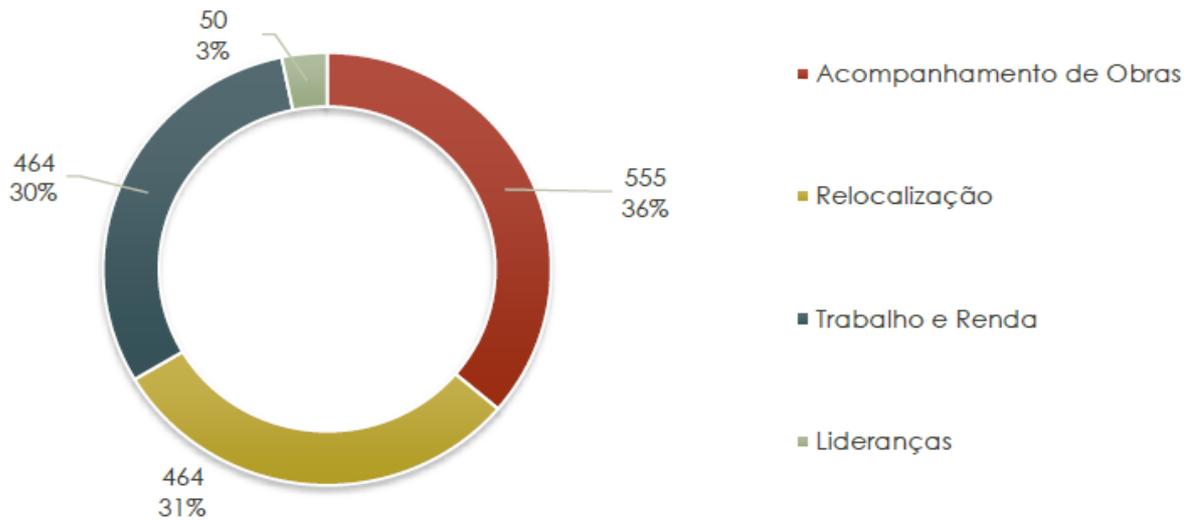


Figura 35 - Proporção de atendimentos por tipo de instância participativa (N=1430).
Fonte: PMJP, (2024).

Ressaltamos a importância do estímulo a participação das referidas instâncias participativas para que a população afetada possa entender melhor as propostas do Programa e garantir sua participação ativa na tomada de decisões. De acordo com os registros mensais apresentados pelo Consórcio Demacamp/GTA-GCA, observamos um crescimento na participação dos moradores, principalmente no Comitê de Acompanhamento a Obra, que, em julho/24, contou com a presença de 35 participantes, e em dezembro/24, contou com a participação de 77 moradores, um crescimento significativo, conforme quadro abaixo na Figura 36:

Nº	DATA	MÊS	REPRESENTAÇÃO COMUNITÁRIA (MORADORES OU LIDERANÇAS)								Nº DE PRESENTES	LOCAL
			CL	BP	PH	VT	MM	TS	SR	SC		
1	19/09/2023	set/23	✓			✓	✓	✓	✓	✓	15	ELO 2
2	23/11/2023	nov/23		✓	✓	✓	✓	✓			11	ELO 2
3	21/12/2023	dez/23			✓	✓	✓	✓	✓	✓	23	ELO 2
4	25/01/2024	jan/24			✓	✓	✓		✓		15	ELO 2
5	21/02/2024	fev/24		✓	✓	✓	✓	✓	✓		60	ELO 2
6	20/03/2024	mar/24	✓		✓	✓	✓	✓	✓		20	ELO 2
7	17/04/2024	abr/24	✓		✓		✓	✓	✓	✓	47	ELO 2
8	29/05/2024	mai/24	✓		✓		✓	✓	✓		34	ELO 2
9	27/06/2024	jun/24	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	33	ELO 2
10	31/07/2024	Jul/24	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	35	ELO 2
11	29/08/2024	Ago/24			✓	✓	✓	✓	✓	✓	46	ELO 2
12	26/09/2024	Set/24	✓		✓		✓	✓		✓	65	ELO 2
13	31/10/2024	Out/24	✓		✓	✓	✓	✓	✓		64	ELO 2
14	19/11/2024	Nov/24			✓				✓		10	ELO 2
15	18/12/2024	Dez/24	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	77	ELO 2

Figura 36 - Reuniões do Comitê de Acompanhamento de Obras
Fonte: PMJP, (2024).

Quanto aos demais comitês, destacamos Comitê de Oportunidades de Geração de Renda, onde foram realizados 7 (sete) encontros com a participação de 79 (setenta e nove) pessoas interessadas no tema.

As atividades cotidianas de atendimento aos moradores foram realizadas nos quatro ELOS e totalizaram, no período, 5.282, sendo 3.599 atendimentos remotos (WhatsApp e telefone), 765 atendimentos individuais, além de 71 visitas domiciliares. Os encontros coletivos dos Comitês e reuniões comunitárias contaram, ao todo, com a participação de 845 moradores (as).

Quanto ao Sistema de Atendimentos, Queixas e Reclamações – SAQR, durante o período de 2024 foi identificado o seguinte cenário: foram contabilizadas 263 queixas, sendo elas abertas por 187 reclamantes/demandantes. Dessas, 128, que equivale a 48,7 %, foram respondidas pelos responsáveis e a devolutiva foi dada ao morador e 135, que equivale a 51,3 %, estão em aberto aguardando a devolutiva por parte do responsável. Todas as queixas devolvidas pelos responsáveis tiveram as respostas informadas aos reclamantes.

Neste período, o Sistema de Queixas e Reclamações, Ocorrências e Sugestões – SQR, contabilizou 131 queixas, sendo elas abertas por 73 reclamantes/demandantes. Dessas, 102, que equivale a 77,9%, foram respondidas pelos responsáveis e a devolutiva foi dada ao morador e 28, que equivale a 21,4%, estão em aberto aguardando a devolutiva por parte do responsável. Todas as queixas devolvidas pelos responsáveis tiveram as respostas informadas aos reclamantes.

No que se refere a finalização da queixa, dentro do quantitativo apresentado, 65 foram solucionadas e 198 ainda não foram solucionadas, que equivalem respectivamente a 24,7% e 75,3%. As referidas demandas compreendem as 8 comunidades que compõem o programa João Pessoa Sustentável e que são divididas entre os quatro ELOS – Escritórios Locais de Orientação. Ressaltamos ainda que estamos realizando em conjunto com a UEP, visitas, atendimentos e processos participativos tendo em vista as demandas em aberto e buscando uma maior resolutividade para os pleitos trazidos pelos moradores das comunidades.

Com o avanço nos processos de diálogo com as comunidades Padre Hildon Bandeira e São Rafael e a realização das Consultas Públicas dessas duas comunidades, durante o mês de setembro tivemos um aumento significativo nas ocorrências, tendo em vista as demandas geradas através dos processos de pós consulta e adesão, entretanto durante o mês de dezembro nossa demanda diminuiu, tendo em vista as festas de final de ano. Vale ressaltar, que temos nessas áreas uma “faixa de monitoramento” que ainda se encontra em discussão, a revisão dos estudos dessas áreas está sendo realizadas pelo Ministério Público e a UEP

aguarda definições para prosseguimento das tratativas juntos aos moradores objeto desse monitoramento.

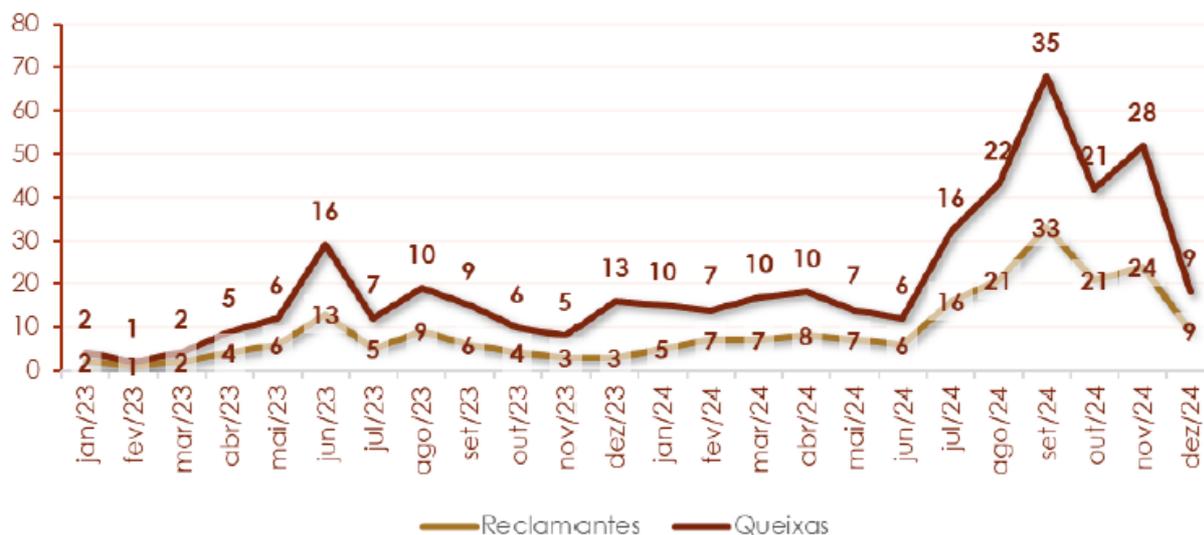


Figura 31 - Evolução das Queixas Fonte: PMJP, (2024).

Fonte: PMJP, (2024).

Comunidades	Qtde Famílias Afetadas	Qtde Reclamantes	Índice de Queixas
Cafofo Liberdade	15	5	33,33%
Brasília de Palha	8	7	87,50%
Padre Hildon	361	82	22,71%
Vila Tambauzinho	14	2	14,29%
Miramar	57	7	12,28%
Tito Silva	218	24	11,01%
São Rafael	303	41	13,53%
Santa Clara	176	19	10,80%
TOTAL	1.152	187	16,23%

Figura 37 - Categorização das queixas 1

Fonte: PMJP, (2024).

Categoria	Qtde de queixas	%
Informações gerais	4	1,52%
Regularização Fundiária	4	1,52%
Projeto de Urbanização	7	2,66%
Risco	8	3,04%
Plano de Demolição	10	3,80%
Zeladoria Urbana	9	3,42%
Aluguel Emergencial	11	4,18%
Processo Participativo	12	4,56%
Atendimento Social	17	6,46%
Conjunto Habitacional	28	10,65%
Área de afetação	31	11,79%
Medida compensatória	43	16,35%
Cadastro	79	30,04%
TOTAL	263	100,00%

Figura 38 - Categorização das queixas 2
Fonte: PMJP, (2024).

A seguir, apresentaremos quadro demonstrativo quanto às queixas respondidas e solucionadas durante o período na Figura 39:

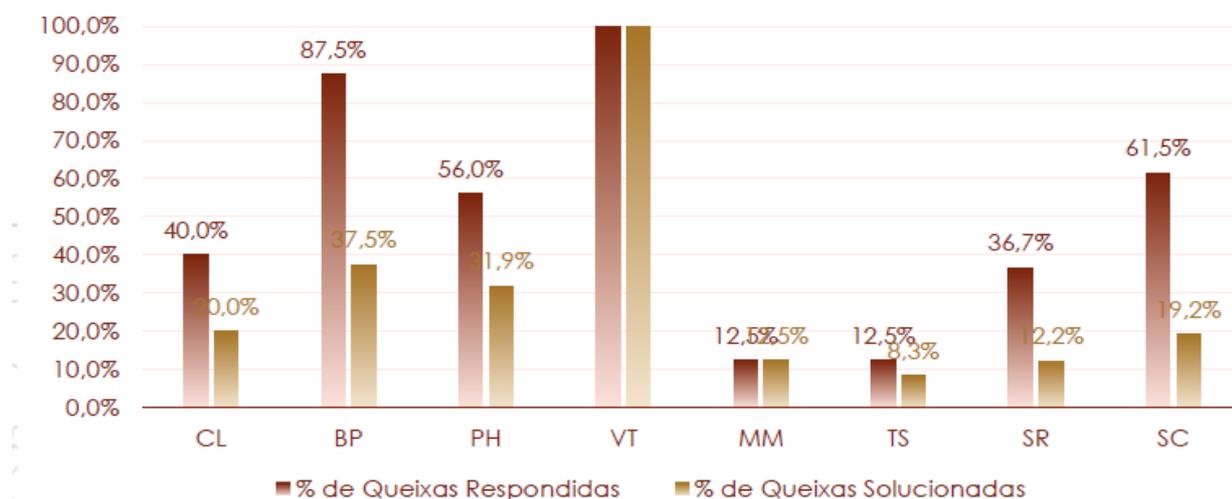


Figura 39 - Atendimento às Queixas
Fonte: PMJP, (2024).

Quanto às medidas compensatórias, sobre o reassentamento em conjuntos habitacionais, onde conta que, das 747 unidades habitacionais que estão sendo construídas, temos o seguinte cenário: foi realizada a distribuição das famílias por conjunto habitacional, conforme segue na Figura 40:

Conjunto Habitacional	Nº de apartamentos	Famílias designadas	Comunidades
1	106	74	CL, VT e MM
2	305	267	TS, SR e Catadores
3	336	274	SR e PH
4	40	46	SC
Total	787	661	CBR

Figura 40 - Famílias por Conjunto Habitacional
Fonte: PMJP, (2024).

Durante o período, em concordância as pautas estabelecidas em comitê com as famílias indicadas aos Conjuntos Habitacionais (Figura 41), o assunto abordado no comitê de acompanhamento de obras foram os critérios de priorização por pavimento dos conjuntos habitacionais. As diretrizes sugeridas para a definição dos pavimentos junto aos moradores, para além da manutenção da relação de vizinhança estabelecida nos Planos Executivos de Reassentamento e Relocalização (PERR's), e outras definições já pactuadas em comitê, sobre os critérios por pavimento foram:

- Pavimento Térreo – Priorizado as famílias que na sua composição possuem PCDs (Física) e/ou Pessoas Super Idosas (80 +);
- Demais Pavimentos – Preferencialmente destinados a famílias compostas por membros mais velhos com menos de 80 anos, obedecendo a uma ordem de prioridade sequencial do pavimento 01 ao 04, de acordo com as faixas etárias;
- Pavimentos menos 01 e 02 – Preferencialmente indicada as famílias com atividades econômicas que receberão cômodo adicional.



Figura 41 - Reunião com o Comitê de Lideranças
Fonte: PMJP, (2024).

Estabelecido os critérios de distribuição dos terrenos por comunidades, a distribuição dos blocos dos conjuntos e os critérios de distribuição por pavimentos, para os grupos de famílias que compartilharam o mesmo pavimento em determinado terreno e bloco, assim como as mesmas necessidades de número de quartos, o critério de desempate será a partir de sorteio, com a aprovação dos moradores, como ilustrado na Figura 42 abaixo:

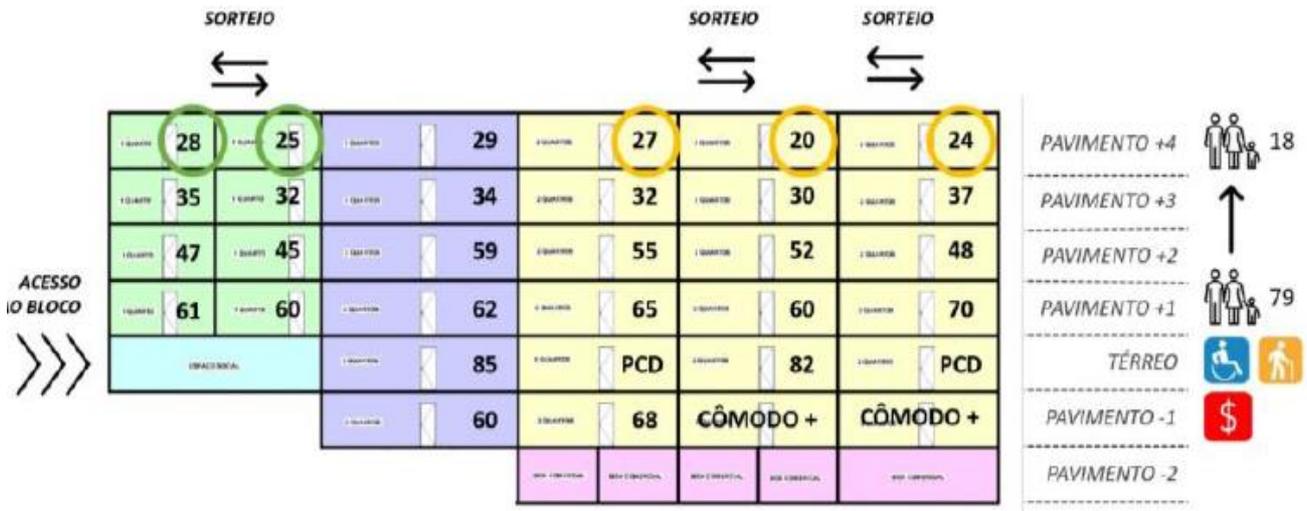


Figura 42 - Distribuição dos moradores
Fonte: PMJP, (2024).

Sobre a reposição de moradias adquiridas no mercado imobiliário (Compra Assistida), das 235 compensações previstas para esta modalidade, foram identificados 189 beneficiários como elegíveis à compra assistida, segundo o critério de priorização definido nos PERR's. Dessas 189, até dezembro de 2024, foram identificadas 56 pendências, assim distribuídas: 22 são recusas à modalidade, 3 são pendências de consulta de CadMut, 9 são CadMut positivos, 3 se recusaram a assinar, 4 estão pendentes de convocação, 2 não compareceram, 2 não foram cadastrados, 5 são impedidos (normas x critérios), 4 infringiram o controle de ocupação e 2 foram excluídos.

Das 133 **famílias que aderiram a modalidade**, 61 já foram reassentadas, 20 já estão com dossiê protocolado no âmbito da PMJP, 24 estão em fase de elaboração de dossiê (pendente documentação ou habitabilidade) e 27 famílias ainda não escolheram ou indicaram imóveis, e, portanto, estão categorizadas como "escolher banco de imóveis".

Sobre o reassentamento por meio de reposição de atividade econômica, foram realizados atendimentos aos comerciantes e catadores de materiais recicláveis do território. Atualmente são 99 comerciantes acompanhados pelo Programa.

Quanto a questão do cômodo adicional, informamos que, durante o período, ou seja, até dezembro de 2024, foram indicadas ao cômodo adicional **36 famílias** que cumprem os critérios estabelecidos acima, dessas, **10 famílias assinaram** o termo de adesão e **18 não**

aderiram à modalidade e 8 aguardam as definições do Ministério Pública (fase 2 de PH e SR).

Neste período, sobre unidades comerciais nos térreos dos conjuntos habitacionais, apresentamos o seguinte cenário: foram indicadas a unidade comercial **35 famílias** que cumprem os critérios estabelecidos acima, dessas, 7 famílias confirmaram pré-adesão, 19 não aderiram à modalidade e 9 aguardam as definições do Ministério Público (2ª fase de SR e PH).

Sobre a compensação relativa aos catadores, até dezembro/24, foram indicadas ao galpão de recicláveis **27 catadores** que cumprem os critérios estabelecidos acima, dessas, 17 famílias assinaram o termo de adesão e 10 não aderiram à modalidade.

Estão previstas a inserção de mais 4 catadores para o galpão para o mês de janeiro de 2025, sendo 1 deles já autorizado pela UEP, 2 deles são novas famílias que tiveram as moradias interditadas a pedido da defesa civil e uma outra família com solicitação de abertura de SAQR – Sistema de Atendimento, Queixas e Reclamações para inserção de membro como catador, pois a época do cadastro o mesmo era menor de idade.

Sobre o tema reassentamento por meio de compensação financeira, quanto a indenização por reposição de benfeitoria, informamos que a equipe do Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC), em acordo com a “base zero” e as posteriores revisões do cenário de afetação (congelamento das afetações) e a matriz de compensações contidas nos Planos Executivos de Reassentamento e Relocalização (PERRs), estima que desses 278 imóveis objetos de Indenizações por Reposição de Benfeitoria (proprietários não-residentes), 259 foram identificados e cadastrados (93%) e os outros 19 não foram identificados, estão com cadastro pendente, ou recusam cadastramento (7%). Dos 19 não-cadastrados, 9 foram convocados via Chamamento Público publicado em Diário Oficial do Município, outros 10 estão agendados ou aguardando agendamento de cadastro.

Sobre morador proprietário, com benfeitorias superiores a R\$ 115.000,00, foram identificados **6** imóveis objetos de indenização por reposição de benfeitoria. Sobre representantes religiosos, na condição de proprietário foram identificados **2** imóveis objetos de indenização por reposição de benfeitoria, relacionados aos representantes religiosos, na condição de proprietário da benfeitoria, ambos na comunidade São Rafael.

Sobre a questão da indenização em dinheiro, nas modalidades de reinstalação de Atividade Econômica como também indenização por encerramento de atividade, a mesma permanece aguardando a publicação do Decreto para prosseguir com sua operacionalização.

O cenário atualizado referente aos aluguéis emergenciais de transição segue. Finalizamos o período com 49 beneficiários de aluguéis emergenciais, assim como a operacionalização do aluguel emergencial - aditivo 2, conta com 16 grupos de pagamento, que seguiram a ordem da organização documental, envio e aprovação dos documentos pela

Comissão de Fiscalização e UEP e 1 beneficiários do rotativo com aluguel de transição.

Quanto ao Controle de Ocupação, segue a atualização. O ano de 2024 finalizou da seguinte forma: dos **1935** lotes existentes no Complexo Beira Rio, **1181** não serão afetados, **11** serão afetados parcialmente e precisarão ser adaptados, e **743** estão com afetação total e passarão pelo processo de reassentamento e realocização, conforme o quadro a seguir na Figura 43, detalhada por comunidade:

Comunidades	Sem afetação	Afetação Parcial	Afetação total	Total
Cafofo Liberdade	39	2	9	50
Brasília de Palha	115	1	6	122
Pe. Hildon Bandeira	130	0	214	344
Vila Tambauzinho	22	1	10	33
Miramar	228	0	32	260
Tito Silva	145 (-4)	0	150 (+4)	295
São Rafael	235	2	217	454
Santa Clara	267	5	105	377
Total	1181	11	743	1935

Figura 43 - Controle de Ocupação
Fonte: PMJP, (2024).

No levantamento desse mês, foram identificadas 100 infrações relacionadas ao Controle de Ocupação, sendo 82 delas de "reocupações e desocupações após cadastro", 8 de "novas construções", e 10 relacionadas a "melhorias e ampliações". A Figura 44 a seguir apresenta o quadro com os quantitativos por comunidade e por tipo de infração, assim como a totalização dos casos.

COMUNIDADE / STATUS	C L	B P	P H	V T	M M	TS	S R	S C	CB R
REOCUPAÇÕES E DESOCUPAÇÕES (A)	2	0	22	1	0	2 2	2 3	12	82
entrada (reocupação em imóvel desocupado)	2	0	4	1	0	2	4	0	13
saída (desocupação de beneficiário cadastrado)	0	0	4	0	0	8	4	3	19
troca (desocupação / reocupação)	0	0	14	0	0	1 2	1 5	9	50
NOVAS CONSTRUÇÕES (B)	1	0	1	0	0	1	5	0	8
MELHORIAS E AMPLIAÇÕES (C)	0	1	3	0	1	1	1	3	10
TOTAL DE CASOS (A + B + C)	3	1	26	1	1	2 4	2 9	15	100

Figura 44 - Quantitativo por comunidade e por infração
Fonte: PMJP, (2024).

Dentro do PDT, com relação às atividades relativas à capacitação profissional, através de cursos profissionalizantes junto ao SENAI, foi finalizada a segunda turma de Pintor de Obras Imobiliárias, que contou com um número pouco expressivo, cerca de 09 concluintes. A seguir, apresentaremos registro das aulas, nas Figuras 45, 46 e 47.



Figura 45 - Curso Pintor de Obras
Fonte: PMJP, (2024).

Ainda sobre a temática de capacitação, durante este período, foram realizadas oficinas de Barbeiro, de Corte e Escova e de Manicure e Pedicure, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social, através da Inclusão Produtiva. As oficinas foram realizadas nos ELOS e teve uma participação tímida, porém, os alunos ficaram satisfeitos.



Figura 46 - Cursos de Capacitação
Fonte: PMJP, (2024).

Durante o período houve uma parceria com o Programa Mulheres Mil, da UFPB, onde foram encaminhadas 45 mulheres inscritas, porém, finalizaram apenas 18. O curso descrito é sobre Manicure e Pedicure.



Figura 47 - Curso Manicure e Pedicure
Fonte: PMJP, (2024)

Essas são algumas iniciativas tratadas durante o período por parte da equipe social do Aquila, na tentativa de garantir a sustentabilidade das propostas junto à comunidade.

Quanto aos atendimentos psicológicos promovidos para atendimento de demandas da própria comunidade, a equipe social estabeleceu parceria com a Faculdade UNINASSAU e apresentou calendário de atendimento para aqueles interessados, onde foi divulgado amplamente nos canais de comunicação dos ELOS, mobilização na comunidade e nos equipamentos do território. A referida atividade foi bem recebida pela comunidade, contando com atendimentos semanais, com frequência de, em média, 15 pessoas por ELO. O semestre

foi finalizado com uma média de 200 moradores atendidos. Seguem registros abaixo na Figura 48.



Figura 48 - Atendimento nos ELOS
Fonte: PMJP, (2024).

- PONTOS SENSÍVEIS

No que diz respeito aos pontos sensíveis ocorridos no período de referência, ou seja, de julho a dezembro de 2024, destacamos a questão da dificuldade referente a impossibilidade de publicação dos decretos de Indenização, de Controle de Ocupação e ajustes no Decreto de Compra Assistida, que tem previsão de publicação apenas para o próximo semestre, considerando, inclusive, o período eleitoral, onde há impedimento legal para o pleito. Além disso, permanece a questão da morosidade na devolutiva do MPF (Ministério Público Federal) quanto às áreas de monitoramento referentes às comunidades de Padre Hildon Bandeira e São Rafael. Além desses, existe um ponto sensível, referente a cronograma de execução por parte da contratada Demacamp GTA-GCA.

Quanto ao primeiro ponto sensível, que se refere às publicações dos Decretos de Indenizações, Controle de Ocupação, como também ajustes quanto ao Decreto de Compra Assistida, os textos permanecem revisados e sem condições de publicação durante o período, pois se tratava de período eleitoral. De acordo com as informações gerais relativas aos elegíveis a indenizações, conforme relatado anteriormente traz um quantitativo robusto a ser compensado. Vale salientar que, inicialmente, estavam previstas 26 compensações, entretanto, após atualização dos dados das comunidades, elevamos a expectativa e, hoje, contabilizamos **191 compensações financeiras**, distribuídos da seguinte forma: indenização por reposição de benfeitoria (atividade econômica), indenização por reinstalação de atividade econômica, indenização por interrupção de atividade, indenização por encerramento de atividade.

Sobre a questão da morosidade na devolutiva do MPF quanto ao estudo das áreas de monitoramento, durante o período do segundo semestre do presente documento, foram

realizadas reuniões com MPF e o professor Jonas, entretanto, os resultados dos estudos não foram conclusivos e, portanto, seguimos com o tema ainda em andamento, sem expectativa de finalização para projeção de execução das segundas etapas das Consultas Públicas das comunidades Padre Hildon e São Rafael. No último semestre foi iniciado um estudo complementar pela empresa IDOM a respeito dos cenários de risco de inundação no CBR.

Embora o Consórcio não tenha entregado com êxito de validação os entregáveis de mudança e pós mudança, foi realizado um plano de ação com as atividades previstas para a etapa de mudança para que não haja descontinuidade dos processos, inclusive com uma frente de pesquisa com a equipe social para atualização dos dados significativos para atendimento da política pública local e o perfil das famílias, entre outras informações que se fazem necessárias para esta etapa. O questionário está sendo elaborado pela equipe social para aplicação junto as famílias que estão destinadas a ocupação do Terreno 1. Além disso, há uma articulação com outras secretarias para elaboração da estrutura do plano de mudança.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 27 - Contratação de Empresa Especializada para Implantação do PDC no CBR

1.1.3.2.1.1 - Contratação de Empresa Especializada para Implantação do Plano de Desenvolvimento Comunitário do CBR	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.500.000,00
Valor Contratado	US\$ 2.250.047,93
Status	Em execução
Valor Executado	US\$ 1.668.543,22
Avanço	
<ul style="list-style-type: none">- Avanços significativos no PDC quanto ao mapeamento de adesões para modalidades de reassentamento;- Identificação de demandas de atividades econômicas para compensações;- Aumento na participação da comunidade nas instâncias participativas.	
Dificuldades	
<ul style="list-style-type: none">- Permanência de pendência quanto a área de monitoramento das comunidades Padre Hildon Bandeira e São Rafael, por parte da inconclusão dos estudos do professor Jonas;- Não entrega dos produtos referentes a mudança e pós mudança por parte da contratada, considerando a iminência do reassentamento do Terreno 1.	
Ação para a Dificuldade	
<ul style="list-style-type: none">- Sobre o tema, o BID sinalizou a equipe sobre diálogo com o IDOM para possibilidade de estudo complementar sobre o tema.- Compatibilizar cronograma técnico social com cronograma de obras, através de antecipação de contratação de técnico por parte da Demacamp na área de especialista no processo de mudança e pós mudança de conjuntos habitacionais de interesse social.	

Tabela 28 – Aquisição de Imóveis / Indenizações do CBR

I.1.3.1.3.1 - Aquisição de Imóveis / Indenizações do CBR	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 6.719.959,64
Valor Contratado	US\$ 1.398.282,14 (Pagamentos realizados até dezembro/2024)
Status	Em Execução
Valor Executado	US\$ 1.398.282,14
Avanço	
- Entrega de 64 unidades de Compra Assistida, 127 pessoas atendidas	
Dificuldades	
- Publicação dos Decretos de Indenização, como também na publicação dos ajustes do Decreto de Compra Assistida devido ao período eleitoral. - Definição dos instrumentos de cessão de uso para Fachadas Ativas.	
Ação para a Dificuldade	
- Após o período eleitoral, ou seja, a partir de janeiro/25, apresentar a minuta ao Secretário Diego Tavares e ao Prefeito para posterior publicação; - Reuniões com PROGEM e Mariana Chiesa, além de assessoria jurídica da SEDURB (responsável pelo acompanhamento de espaços comerciais no município) para proposta de solução.	

Tabela 29 - Regularização Fundiária

I.1.3.2.5.1 - Regularização Fundiária (Elaboração e Execução de Projeto de Regularização Fundiária de 8 comunidades)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 831.000,00
Valor Contratado	US\$ 107.636,36
Status	Contrato em Execução
Valor Executado	US\$ 7.200,88
Avanço	
Serviço em execução com aproximadamente 8%, foram realizados os serviços de investigação cartorial, mobilização comunitária e reuniões, que já foram concluídos. Em dezembro estava prevista a entrega dos 10 primeiros títulos, porém o evento de entrega aconteceu em janeiro/2025. A Figura 49 a seguir apresenta o evento de entrega da quadra realizada a regularização.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	



Figura 49 - Entrega Regularização Fundiária
Fonte: PMJP, (2024).

4.3.3. RECUPERAÇÃO DO ANTIGO LIXÃO DO ROGER

Tabela 30 - Recuperação do Antigo Lixão do Roger

Produto - Recuperação do Antigo Lixão do Roger	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.055.248,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID/PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Antigo Lixão do Roger foi utilizado por aproximadamente 50 (cinquenta) anos como um local de deposição inadequada de resíduos sólidos oriundos da coleta domiciliar e de limpeza urbana de João Pessoa e outras cidades do entorno. O Lixão do Roger foi encerrado em 05 de agosto de 2003, onde foram realizados monitoramentos ambientais que indicaram contaminação das águas subterrâneas advindas do passivo.

Para direcionamento correto quanto às atividades de descontaminação e recuperação ambiental da área, o Projeto de Recuperação do Antigo Lixão do Roger previu também a instalação de um Parque Socioambiental, instituindo um novo uso para a área. A execução será realizada em duas etapas, em contratos distintos: i. 1ª Fase, consistindo nas obras para a recuperação ambiental, que vem sendo realizada pelo Consórcio Cetus-Lomacôn João Pessoa; e ii. 2ª Fase, referente à implantação do Parque, realizada pelo Consórcio Parque Roger Fase II. As intervenções durante o segundo semestre referem-se à 1ª Fase, com a conclusão da implantação da contenção do maciço por muro de gabião (Figura 50); e, para a 2ª Fase, a elaboração dos projetos complementares das edificações do Parque do Roger e início da

instalação das edificações provisórias do canteiro de obras.



Figura 50 - Construção de muro de gabião e vala de drenagem perimetral do lixiviado
Fonte: Consórcio Cetus Lomacon João Pessoa, (2024).

Durante este semestre também tiveram avanços na implantação das vias internas do Parque, conforme indicado nas Figuras 51 e 52, foram executados diversos eixos de pavimentação com respectivas ciclovias e calçadas, contribuindo para a segurança e acessibilidade do Parque.



Figura 51 - Execução das vias internas do Parque Socioambiental do Roger
Fonte: Consórcio Cetus-Lomacon João Pessoa (2024).



Figura 52 - Execução das vias internas do parque socioambiental do Roger
Fonte: Consórcio Cetus Lomacon João Pessoa, (2024).

No entanto, conforme apresentado no relatório anterior, a Cetus-Lomacon apresentou, em junho, a solicitação de prorrogação do prazo de vigência e de execução, embasadas em justificativas técnicas e fatos supervenientes. O aditivo foi aprovado e publicado em julho de 2024, com vigência contratual para junho de 2025.

Em novembro, o consórcio também conseguiu a aprovação dos projetos executivos na concessionária de energia do estado, bem como realizou a demolição do antigo galpão. Estas ações eram consideradas gargalos na implantação da rede de iluminação e das vias internas, que impactou negativamente o cronograma de obras. Ademais, no final do 2º semestre de 2024, o Consórcio manifestou a necessidade de novo aditivo, desta vez de escopo, para contemplar alterações nos quantitativos e incluir novos serviços não contemplados originalmente na planilha contratual. A previsão é que o envio para análise da justificativa técnica seja encaminhado em janeiro de 2025.

As obras no Roger foram visitadas durante a missão de supervisão técnica e de salvaguardas em setembro de 2024. Nesse momento, os especialistas ESG do BID alertaram sobre a urgência da UEP solicitar formalmente à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) a respeito da análise do projeto da Estação de Tratamento de Lixiviados (ETL), bem como para o acompanhamento das obras (escopo da Fase II) e a sua gestão pós-obra. A UEP tem reforçado as ações em reuniões de alinhamento técnico com a CAGEPA (Figura 53), que se voluntariou para acompanhar a execução do projeto e assumir a gestão da ETL; bem como informar antes do início das obras, as necessárias adequações ao projeto. Apesar do envio do Ofício (externo) nº 15.998/2024, em 25 de outubro de 2024, a UEP ainda não recebeu a

resposta formal da Companhia.



Figura 53 - Reuniões com a CAGEPA sobre a ETL do Parque socioambiental do Roger

Fonte: Aquila (2024).

No que se refere ao Plano de Gestão do Parque Socioambiental do Roger, o BID enfatizou o compromisso na apresentação de uma versão atualizada. Inicialmente, o documento foi elaborado em 2023 pela UEP, com apoio da Gerenciadora, para contemplar diretrizes necessárias ao planejamento estratégico e operacional de forma conjunta com os órgãos municipais envolvidos. Assim, durante a missão, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de João Pessoa (SEMAM) comunicou a mudança no modelo de gestão inicialmente proposto, de modo a contemplar a concessão para gestão dos parques municipais (Figura 54).

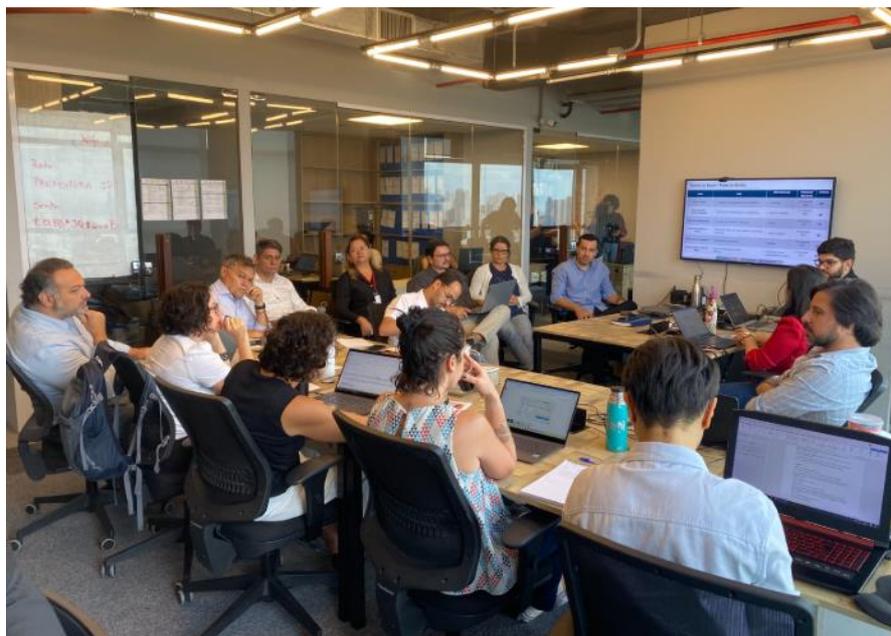


Figura 54 - Reunião durante a missão do BID com as propostas para o modelo de gestão do Parque do Roger

Fonte: Aquila (2024).

Em detrimento da mudança para exploração econômica, será necessário inserir adendo no Contrato de Cessão sob a forma de uso gratuito (Processo SEI nº 19739.165806/2023-41), firmado com a SPU em abril de 2024. A alteração junto ao órgão da União está prevista para 2025, somente após a atualização do Plano de Gestão e minuta de edital do processo de licitação da gestão de parques a ser entregue pela SEMAM. Durante os meses de novembro e dezembro de 2024, a UEP reuniu com a Secretaria de Meio Ambiente e demais órgãos envolvidos na gestão (SEDEST, SEJER e FUNJOPE) para monitorar os avanços relativos ao tema, conforme ilustrado na Figura 55.

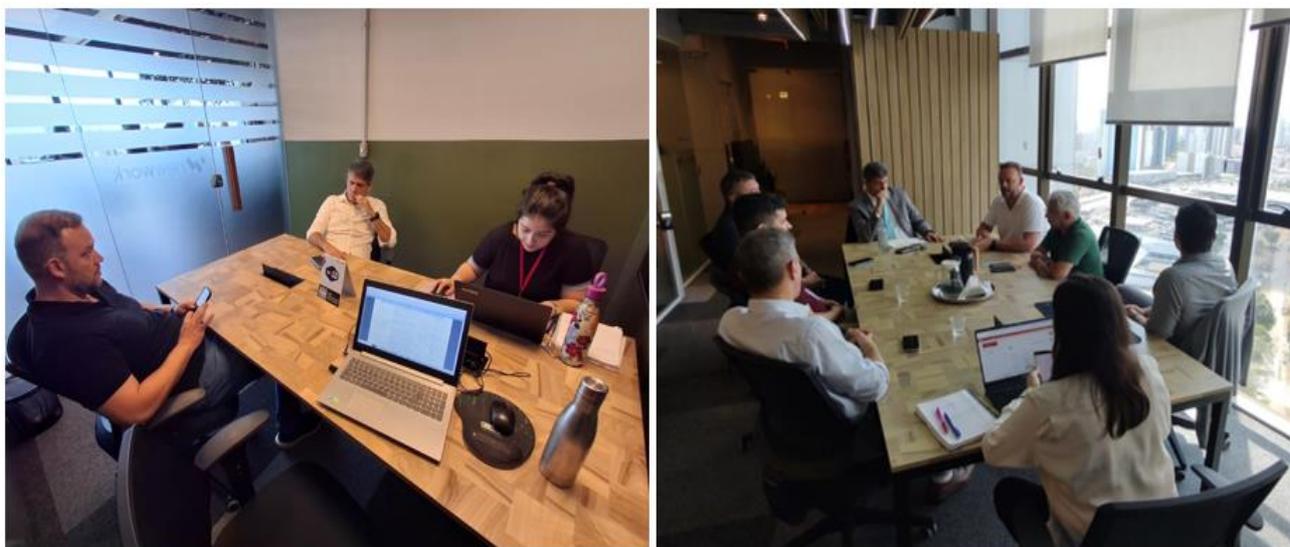


Figura 55 - Reuniões de Alinhamento sobre Gestão do Parque Socioambiental do Roger
Fonte: Aquila (2024).

Em paralelo às Obras de Recuperação do Antigo Lixão do Roger, ocorreu a contratação de uma empresa especializada para execução de serviço de Trabalho Social, onde os serviços se concentram na estruturação das atividades sociais e a execução de 4 (quatro) programas/eixos e suas atividades, descritos a seguir: a) Instalação do escritório local, contratação da equipe, elaboração de diagnóstico socioterritorial, elaboração de plano de trabalho detalhado; b) Programa de Comunicação Social – PCS e Gestão de Queixas; c) Programa de Educação Ambiental e Sanitária – PEAS; d) Programa de Controle e Mitigação de Impactos Econômicos Temporários e Serviços – PCMIETS; e e) Mecanismos de Consulta Significativa.

Desta forma, o Trabalho Social compreende os quatro programas e até momento as atividades sociais estão organizadas e dois programas em funcionamento.

- PLANO DE AÇÃO DOS CATADORES

O Plano de Ação dos Catadores foi dividido em cinco eixos, sendo: o isolamento da área do Antigo Lixão do Roger; o Desenvolvimento e monitoramento de ações de mitigação envolvendo grupos/indivíduos; ampliação da fiscalização irregular de resíduos; demolição do galpão e verificação da situação socioambiental e aplicar mitigações ao depósito de materiais recicláveis vizinho a portaria do Antigo Lixão do Roger.

O isolamento da área do Antigo Lixão do Roger teve uma definição técnica que seria construído uma contenção por muro de gabião a partir do mangue com 2 metros de altura e na parte da frente do Parque foi implantado um gradil de ferro.

No eixo do Desenvolvimento e monitoramento de ações de mitigação envolvendo grupos/indivíduos os catadores envolvidos diretamente no galpão que funcionou na área diretamente afetada foram monitorados (04 catadores do sexo masculino) em ações de atualização das informações cadastrais para acesso aos programas sociais do município e do país e da sua inclusão econômica em novas atividades laborais. Os quatro catadores se integraram em vagas de emprego formal ou preferiram continuar em oportunidades informais de trabalho e puderam ampliar os benefícios sociais à família.

As ações do contrato do Trabalho Social no Roger iniciaram e atividades específicas são desenvolvidas com grupos de catadores da área direta e indiretamente afetadas. Estas reuniões ocorrem mensalmente. Além de reuniões, atendimentos de queixas e reclamações uma ampla ação de capacitações na área de saneamento e meio ambiente está sendo ofertada para toda comunidade.

As ações relacionadas à ampliação da fiscalização de ações irregulares na atividade de reciclagem de resíduos estão motivadas aos aparistas e atravessadores instalados na rua paralela a entrada do futuro Parque Socioambiental do Roger em que se constatou o descarte irregular de resíduos e a ocupação irregular de áreas, provavelmente, destinadas à arruamento que são utilizadas como área privada das empresas. A secretaria responsável pelo ordenamento municipal (SEDURB) foi provocada à fazer fiscalização após as visitas de orientação terem sido realizadas e não terem alcançado o seu objetivo.

No eixo da demolição do Galpão destinado aos catadores, a ação foi finalizada em dezembro de 2024. No momento já não havia atividades laborais nos locais que fora finalizada em dezembro de 2023.

A ação relacionada a aplicação de mitigações ao depósito de materiais recicláveis vizinho a portaria do Antigo Lixão do Roger dependerá se haverá autorização ou não da continuidade do funcionamento. Pelas informações confirmadas, as atividades ocorrem no mesmo local há mais de 20 anos e a área pertence a Companhia Brasileira de Transportes Urbanos. Para haver um deslocamento da atividade em questão deverá haver uma solução de mitigação que não diminua a reprodução da qualidade de vida dos trabalhadores e

empresários envolvidos. A primeira tentativa é que as atividades sejam ordenadas e os comerciantes continuem a atuar no local que estão funcionando.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 35 - Desapropriação/Indenização da área do antigo Lixão do Roger

I.1.3.4.1.2 - Desapropriação/Indenização da área do Antigo Lixão do Roger	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 732.802,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2025
Valor Pago	US\$ -
Avanço	
Em outubro de 2024 foi revogada a liminar concedida nos atos do Mandado de Segurança nº 0858625-11.2023.8.15.2001 para suspender o processo de contratação das obras de recuperação ambiental.	
Em atendimento à da Nota Técnica SEI nº 9937/2024/MGI, da Superintendência do Patrimônio da União (SPU), a UEP obteve o envio documental complementar dos cartórios Eunápio Torres e Carlos Ulysses, em resposta aos Ofícios (externos) nº 12.378/2024 e nº 13.408/2024. Os documentos foram encaminhados pelo Memorando (interno) nº 52.299/2024 (06/09/2024), cujo intuito foi o embasamento da SEPLAN na elaboração do laudo de avaliação da área indenizável.	
Dificuldades	
Morosidade para obter documentação necessária às matrículas e realizar a avaliação do valor das áreas passíveis de indenização das matrículas antigas nº 15.235 e nº 12.048, consideradas pela SPU como áreas passíveis de indenização.	
Ação para a Dificuldade	
Subsidiar a SEPLAN em documentos complementares necessários para a avaliação da área indenizável, com previsão de entrega para janeiro de 2025. Após precificação, validar com a PROGEM as próximas ações.	

Tabela 36 - Obras do Parque Socioambiental e recuperação do Lixão do Roger

I.1.3.3.1.1 - Obras de recuperação do Lixão do Roger (1º Fase)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 5.080.535,39
Valor Contratado	US\$ 4.681.378,92
Status	Em execução
Valor Pago	US\$ 3.626.040,47

Avanço
Execução da contenção por muro de Gabião, execução de diversos eixos de pavimentação com respectivas calçadas e ciclovias. Execução de mureta de concreto para assentamento de vedação (cercamento) definitiva do Parque, início da Escavação das valas de drenagem do biogás.
Dificuldades
Demolição de edificações na área de intervenção e obtenção da aprovação dos projetos executivos da rede elétrica pela concessionária.
Ação para a Dificuldade
Anexado ao processo o despacho da EMLUR informando que a Atramare foi compensada quando foi realocada para o Aterro Metropolitano de João Pessoa, além do Relatório de Vistoria Técnica da Defesa Civil (RVT nº 110/2023), que interditou o galpão para uso. Acompanhamento da aprovação dos Projetos junto a Concessionária de energia. As dificuldades foram superadas no final do semestre, com a demolição do galpão e aprovação do projeto elétrico na ENERGISA/PB.

Tabela 31 - Projeto e execução das Obras do Parque Socioambiental do Roger 2º Etapa

1.1.3.3.1.2 - Projeto e execução das Obras do Parque Socioambiental do Roger 2º Etapa	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 7.006.248,00
Valor Contratado	US\$ 5.050.584,19
Status	Em execução
Valor Pago	US\$ 167.095,56
Avanço	
Conclusão do processo licitatório, com assinatura de contrato no final de agosto e emissão da Ordem de Serviço em setembro de 2024.	
Dificuldades	
Iniciada a elaboração dos projetos por parte do Consórcio, sendo identificado atrasos no cronograma apresentados na proposto. Morosidade na análise conclusiva da CAGEPA no que se refere a solução proposta na Estação de Tratamento de Lixiviados, sendo enviado o Ofício (externo) nº 15.998/2024 em 25/10/2024.	

Ação para a Dificuldade

Acompanhamento da elaboração dos projetos, que também serão auxiliados pela Supervisora de Obras, contratada em novembro de 2024.

Realização de reuniões de alinhamento técnico com a CAGEPA, onde esta se voluntariou para analisar o projeto, acompanhar a execução e, posteriormente, assumir a operação a ETE.

Tabela 32 - Contratação de Empresa Especializada para Trabalho Social

II.3.3.1.1 - Contratação de Empresa Especializada para execução do trabalho social do Antigo Lixão do Roger - (Programas 4,5,14 e 15 do MGAS)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 337.000,00
Valor Contratado	US\$ 334.689,89
Status	Contrato em Execução
Valor Executado	US\$ 9.523,73
Avanço	
O processo foi finalizado e a Ordem de Serviço emitida em junho/2024, após ocorreram reuniões com a equipe da empresa e as lideranças do Antigo Lixão.	
Dificuldades	
Atraso no início da prestação de serviços.	
Ação para a Dificuldade	
Reuniões com a empresa e cobrança de celeridade.	

4.4. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL DAS OBRAS

O Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) é um instrumento que visa propor técnicas e ações operacionais para o monitoramento e controle dos impactos socioambientais identificados em cada obra do Programa João Pessoa Sustentável. Conforme as legislações trabalhistas, ambientais e salvaguardas do BID, foram descritos programas e subprogramas com respectivos indicadores de acompanhamento, apresentados nos itens a seguir.

As obras em fase de execução são: i. construção dos Conjuntos Habitacionais do CBR nos Terrenos 1, 2 e 3; ii. Recuperação Ambiental do Antigo Lixão do Roger (1ª Fase); iii. Implantação do Parque Socioambiental do Roger (2ª Fase); iv. Reforma para Implantação do CCC; e v. Contenção de encosta na Comunidade Miramar.

Cabe destacar que nesse semestre foi firmada a contratação do Consórcio Jampa Sustentável, que realizará serviços especializados de supervisão e fiscalização de obras, dos aspectos ambientais e sociais no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável. Assim, após a emissão da Ordem de Serviço (11/2024), a Supervisora iniciou a mobilização da equipe, composta por:

- **Equipe Técnica - Chave**

- Supervisor Geral;
- Supervisor Ambiental;
- Supervisor de Segurança e Saúde do Trabalho;
- Supervisor Social;
- Engenheiro Civil Pleno;
- Engenheiro Civil Pleno.

- **Equipe Técnica - Base**

- Engenheiro Civil Júnior Especialista em BIM;
- Engenheiro Sanitarista Pleno;
- Engenheiro Eletricista Pleno;
- Técnico Ambiental;
- Técnico Ambiental;
- Técnico em Edificações;
- Técnico em Edificações;
- Técnico em Edificações;
- Técnico em Segurança do Trabalho;
- Técnico em Segurança do Trabalho;

- Técnico em Segurança do Trabalho;
 - Técnico em Segurança do Trabalho;
 - Técnico em Eletrotécnica;
 - Técnico em Eletrônica;
 - Topógrafo;
 - Topógrafo;
 - Desenhista Técnico.
- **Equipe Apoio**
 - Auxiliar de Topografia;
 - Auxiliar de Topografia;
 - Estagiário de Engenharia Civil;
 - Estagiário de Engenharia Civil;
 - Auxiliar de Escritório.

Ainda em novembro foram iniciadas as atividades de alinhamento realizados entre UEP, Gerenciadora e a equipe chave da Supervisora (Figura 56), com as visitas às obras. Em consonância com os acordos firmados na ajuda memória da Missão, a equipe reavaliou, *in loco*, os cenários de risco, em atenção especial para as obras de contenção de encostas. Todos os outros acordos forma encaminhados para conhecimento da Supervisora, que no final de dezembro, enviou para UEP as versões preliminares do Plano de Supervisão e os primeiros relatórios de inspeção técnica para validação.

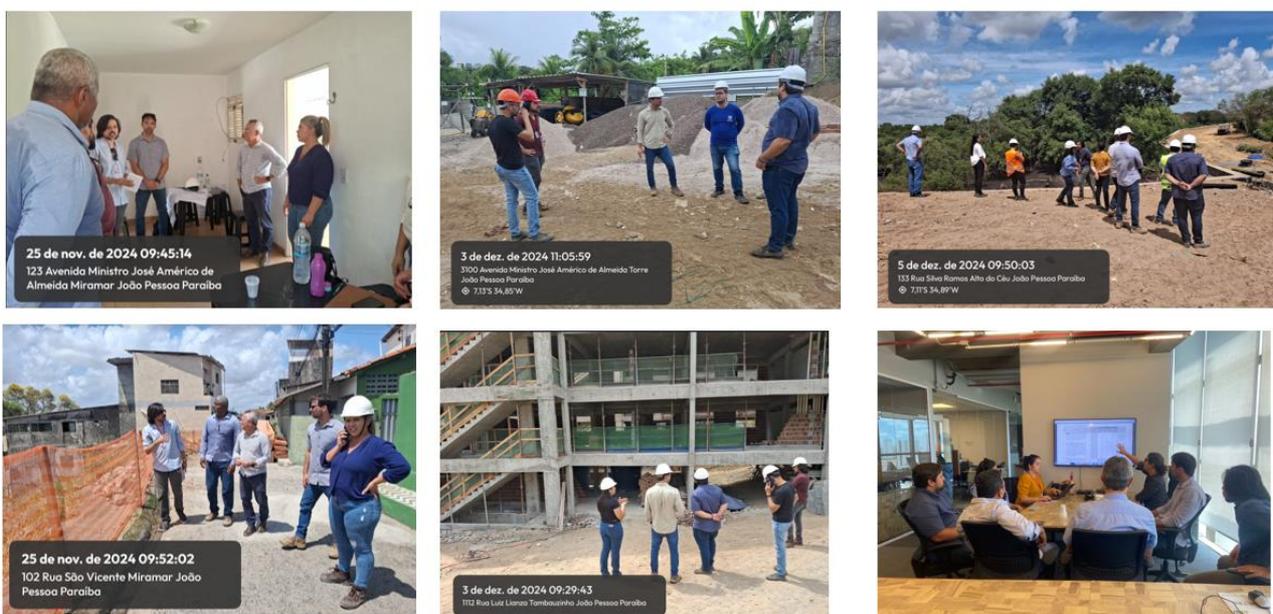


Figura 56 - Visitas e reuniões realizadas com a Supervisora de Obras
Fonte: Aquila (2024)

Concomitantemente, a UEP solicitou que as construtoras elaborassem um relatório de ações previstas no Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) como subsídio ao acompanhamento dos indicadores previstos no documento. As informações obtidas servem de base para alimentar a ferramenta *business intelligence* (BI), conceito apresentado durante a missão do BID, mas também são fundamentais para apresentação no presente capítulo. Os ajustes estão sendo trabalhados de forma sinérgica com os envolvidos, onde a equipe de supervisão terá importante participação no acompanhamento das ações.

O acompanhamento dos indicadores obtidos em cada obra, por programa, pode ser visualizado através do link: https://portal-joaopessoa.aquila.com.br/users/sign_in

4.4.1. PROGRAMA DE DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS PARA O GERENCIAMENTO AMBIENTAL DAS OBRAS

O Programa de Diretrizes e Procedimentos para o Gerenciamento Ambiental das Obras tem seus indicadores pautados na obtenção das licenças ambientais, ausência de ocorrências e passivos socioambientais e cumprimento do cronograma de implantação das obras.

Todas as obras do Programa possuem as devidas licenças ambientais vigentes, entretanto no que se refere ao cumprimento do cronograma de implantação das obras todas apresentam desvios.

4.4.2. PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL DAS OBRAS (PCAO)

O Programa de Controle Ambiental das Obras (PCAO) apresenta diversos Subprogramas a serem executados e monitorados. O primeiro deles é o Subprograma de Contratação de Mão de Obra, criado visando monitorar o impacto positivo que as obras trazem para a comunidade na geração de empregos. De um total de 463 (quatrocentos e sessenta e três) colaboradores distribuídos nas obras do Programa 27 (vinte e sete) são residentes de áreas diretamente afetadas pelo programa ou de influência direta das intervenções.

O Subprograma de Treinamento e conscientização ambiental da mão de obra visa treinar os colaboradores diretos das obras, no intuito de fortalecer a conscientização ambiental, em segurança do trabalho e introduzir conceitos relativos aos cuidados com o patrimônio histórico e arqueológico. Até o presente momento, como informado pelas construtoras, foram aplicados 3032 (três mil e trinta e dois) treinamentos com os colaboradores do Programa das obras.

O Subprograma de Controle de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho visa reduzir e monitorar os acidentes e doenças do trabalho. Para tanto, são adotados procedimentos de prevenção de acidentes previstos prioritariamente à legislação federal, estadual e municipal vigentes. O número de Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT) é o principal indicador da eficiência deste programa, ressalta-se que não foi informado pelas construtoras durante este semestre.

No que se refere ao Subprograma de Controle de Processos Erosivos, após a notificação da equipe de supervisão temporária, a construtora Uchôa atuou na contenção do talude no Terreno, com a construção de muro de arrimo como solução temporária (Figura 57). Após esta contenção, a construtora solicitou à UEP um aditivo contratual para contenção dos taludes na obra de forma definitiva, com soluções de engenharia como solos grampeados, muro de concreto entre outras intervenções.



Figura 57 - Processos erosivos solucionados nas obras do Terreno 3
Fonte: Aquila (2024).

O Subprograma de Controle de Emissões Atmosféricas visa atender o que estabelece o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar (PRONAR, instituído pela Resolução CONAMA nº 05/1989 e resoluções complementares). Após a solicitação da Missão de Salvaguardas de março de 2024, a Uchôa informou que a usina de concreto possui sistema de filtro de partículas e aspersão de água no momento da operação.

Sobre o Subprograma de Controle da emissão de Ruídos foram utilizadas medidas mitigadoras, como implantação de barreiras físicas (tapumes) para isolar o canteiro de obras, bem como respeitar o horário das atividades sugerido no PGAS. Para esse Subprograma não houve registro de queixas ou reclamações.

O Subprograma de Implantação, Operação e Encerramento de Canteiro de Obras e áreas de apoio visa minimizar impactos advindos da instalação de edificações provisórias

utilizadas durante a obra, áreas de empréstimo e bota fora, além de estabelecer procedimentos para a recomposição da área após o término das obras e o encerramento das atividades do canteiro.

As obras estão de acordo com o Subprograma, já que todas as áreas de empréstimo estão devidamente licenciadas. Cabe salientar a economicidade de recursos naturais, uma vez que o material transportado é advindo do corte de terreno de outra intervenção no município, não sendo necessária abertura de cavas.

O Subprograma de Gestão de Áreas Contaminadas visa detectar a implantação de novos empreendimentos em áreas contaminadas por atividades poluidoras. As áreas de instalação dos Conjuntos Habitacionais, SEINFRA e CCC não foram identificados registros de contaminações pretéritas, dispensando o controle do material contaminante para evitar maior poluição ambiental e risco dos trabalhadores das obras. No caso das obras do Parque Socioambiental do Roger (1ª Fase), esta refere-se especificamente a adoção de medidas necessárias para o passivo ambiental do Antigo Lixão, contemplado no Programa de Monitoramento Ambiental.

O Subprograma de Tratamento de Efluentes, visa mitigar os impactos potenciais advindos da geração de efluentes e dos resíduos. Para o caso das obras da Recuperação Ambiental do Antigo Lixão do Roger (1ª Fase), optou-se em utilizar sistema de tratamento de efluentes sanitários, com projeto do tanque séptico conforme NBR 07229 e encaminhado para a UEP.

O Subprograma de Controle do Tráfego de Veículos Pesados e de Máquinas visa reduzir os incômodos promovidos pelas obras do Programa no tráfego e trânsito de pedestres. Durante esse semestre não houve acidentes ou queixas e reclamações relacionados aos veículos ou máquinas móveis.

Já o Subprograma de proteção às áreas legalmente protegidas atualmente é aplicado apenas para os Terrenos 2 e 3, pois possuem poligonais parcialmente sobrepostas à Área de Proteção Permanente do rio Jaguaribe. As intervenções físicas na faixa de APP não estão contempladas no escopo da Construtora para implantação dos Conjuntos Habitacionais, sendo devidamente isolada do canteiro de obras.

4.4.3. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E GESTÃO DE QUEIXAS

O Programa tem como objetivo estabelecer a boa comunicação com a comunidade e também receber as sugestões de melhoria, que possam antecipar e mitigar os impactos prováveis e quando ocorrer danos à comunidade prever e mitigar as perdas com os impactos temporários provocados.

Neste sentido o programa tem atividades planejadas como o funcionamento de comissões, prevê visita às obras pela comunidade interessada, a reunião com lideranças e o atendimento à comunidade para esclarecer demandas levantadas, recepcionar queixas e reclamações e fazer a devolutiva dos pontos solicitados.

No período que compreende o segundo semestre de 2024, foram registradas queixas referentes às intervenções de obras e respectivos saneamentos, além de temas diversos, dos quais podem ser elencados pontos relevantes: i. esclarecimento sobre a retirada de material descartado incorretamente por comerciante de material reciclável, solicitando doação de material de demolição e solicitando local para colocar os resíduos coletados pelo grupo. Segundo as queixas, há um baixo número de demandas que se relacionam com a intervenção para implantar e construir o Parque Socioambiental do Roger.

Um outro instrumento eficaz para identificar a expectativa com a implantação do Parque é a Comissão de Acompanhamento Permanente que foi instituída dentro das ações previstas de comunicação social. A comissão iniciou suas atividades no segundo semestre de 2024. As reuniões ocorrem mensalmente na área de impacto indireto da implantação do Parque (Figura 58), no baixo Roger. Outro comitê instituído foi dos catadores de materiais recicláveis que também funciona mensalmente.



Figura 58 - Formação da Comissão de Acompanhamento Permanente – CAP
Fonte: 3 A Engenharia (2024)



Figura 59 - Panfleto 3A
Fonte: 3 A Engenharia (2024)

4.4.4. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA

O Programa visa sensibilizar os trabalhadores das obras e durante a execução do contrato vigente com a contratada e os temas de meio ambiente, saneamento básico, saúde e meio ambiente, trabalho e meio ambiente, cuidados para evitar ações que prejudiquem a fauna e flora e prevenção de acidentes de trabalho.

Neste sentido as atividades previstas para o Programa de Educação Ambiental e Sanitária – PEAS, são cursos de capacitação em educação ambiental e sanitária, minicursos de educação ambiental, articulação para inserção dos catadores na área de impactos direto e indireto, oficinas educativas, curso para preservação do meio ambiente, cursos de redução de riscos de acidentes e melhoria das condições de saúde.

As atividades já iniciaram com o minicurso de horticultura que foi realizado no mês de dezembro de 2024. Esta articulação teve o apoio da Unidade Básica de Saúde do município para implantação de horta medicinal dentro da UBS.

Antes de ocorrerem as atividades de capacitação se realizam mobilizações e atividades de sensibilização no sentido de motivar a comunidade para realização do evento.



Figura 60 - Atividades com a Comunidade
Fonte: 3 A Engenharia (2024)

O tema de saúde e meio ambiente é muito importante para comunidade vulneráveis que tem limitações dentro do orçamento familiar para ter acesso aos remédios e neste sentido o fomento a implantação de horta medicinal e compartilhar saberes ancestrais legitimados em pesquisa científica são fundamentais para promover a saúde e preservar o meio ambiente. O curso de plantas medicinais e seus usos foi bem aceito e uma ação de acompanhamento ao grupo terá continuidade durante a execução do trabalho social.



Figura 61 - Curso no Trabalho Social
Fonte: 3 A Engenharia (2024)

Os catadores e as atividades relacionadas com a reciclagem de resíduos, mesmo com a final do lixão do Roger, ainda são uma característica do entorno desta área, seja por estar

localização ao lado do centro da cidade e pelas características culturais da comunidade do entorno. Além destes dois pontos destacados, alguns grupos de catadores foram identificados como afetados diretos pela obra o Parque e necessitam ser apoiados nas alternativas de renda e seguridade social.

Neste sentido, os quatro catadores envolvidos diretamente com o galpão situado dentro da área do futuro parque foram atendidos e incluídos em cadastro e oportunidades nos programas sociais existentes e disponíveis na cidade. Outro ponto é que foram ofertadas vagas em empregos de carteira assinada e o resultado foi a adesão de dois catadores ao regime contratual celetista e outros dois optaram por continuar como catadores e prestando serviços para iniciativas econômicas em atividades na região.



Fonte: 3A Engenharia e Projetos Ambientais

Figura 62 - Atendimento catadores

Fonte: 3 A Engenharia (2024)

4.4.5. PROGRAMA DE READEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

No que se refere ao Programa de readequação da infraestrutura, durante este semestre não foram identificados danos a infraestruturas vizinhas.

4.4.6. PROGRAMA DE MONITORAMENTO AMBIENTAL

No caso específico das obras 1ª e 2ª Fase, além da operação do Parque Socioambiental, está previsto um Programa de Monitoramento Ambiental, embasado nos

passivos ambientais do Antigo Lixão do Roger, bem como nos estudos realizados pelo Consórcio Terra&Promon, responsável pela elaboração dos projetos.

Tabela 33 - Monitoramentos

Tipo de Monitoramento	Atividade	Metodologia	Periodicidade
<i>Águas superficiais</i>	Coleta e análise de amostras	Análises físico-químicas e microbiológicas.	Semestral no primeiro ano e anual após o início do funcionamento do parque.
<i>Lixiviados</i>	Coleta e análise de amostras	Análises de parâmetros como cor, turbidez, pH, DBO, entre outros.	Semestral no primeiro ano de funcionamento do parque e anual após um ano de operação.
<i>Geotécnico</i>	Inspeção visual e leitura de instrumentos	Placas de recalque e piezômetros.	Mensal.
<i>Gases</i>	Amostragem para análise de composição e pressão	Análise dos gases nos drenos e nos piezômetros.	Mensal nas saídas dos principais drenos verticais e na camada de cobertura. Também podem ser analisados sistematicamente nos piezômetros existentes.

O acompanhamento dos indicadores obtidos em cada obra, por programa, pode ser visualizado através do link:

https://portal-joaopessoa.aquila.com.br/users/sign_in

4.4.7. PROGRAMA DE CONTROLE E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS ECONÔMICOS TEMPORÁRIOS E SERVIÇOS

O programa terá início no primeiro semestre de 2025, quando irá iniciar as obras de implantação do parque. As atividades previstas serão o diagnóstico local de possíveis afetações pelas obras, o estudo das medidas de mitigação que irá propor ações de mitigação e prevenção dos danos e a entrega do estudo técnico.

4.4.8. MECANISMOS DE CONSULTA SIGNIFICATIVA

As Consultas Significativas são encontros com grande mobilização e sensibilização da comunidade afetada e interessada para sua participação nesta atividade que consiste em uma escuta qualificada da comunidade com objetivo de aprimorar as atividades propostas pelos projetos de implantação, neste caso, do Parque Socioambiental do Roger.

As atividades previstas para serem iniciadas serão duas Consultas Significativas que ocorrerão quando o projeto executivo das obras do Parque. O projeto deve estar pronto para sua apreciação ainda neste semestre de 2025. As reuniões informativas ocorrerão entre as duas Consultas Previstas e será um termómetro das ações em implementação e possibilitará comunicação, prevenção e otimização na realização da obra.

5. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Este componente tem como objetivo apoiar o governo municipal na modernização dos instrumentos de gestão e na prestação de serviços públicos e ampliar a arrecadação tributária. Os itens estão organizados segundo ordem do Plano de Execução Plurianual (PEP).

5.1. SUBCOMPONENTE I.2.1 – MELHORAMENTO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA

Será financiada:

- (i) a implementação de um novo modelo de gestão da arrecadação e dos contribuintes;
- (ii) a atualização do cadastro de valores imobiliários;
- (iii) a implementação de um novo modelo de gestão de contribuintes, de cobrança e um sistema de administração tributária, de programa de inteligência e de educação fiscal.

5.1.1. PLANTA GENÉRICA DE VALORES

Tabela 34 - Planta PGV atualizada

Produto - Planta PGV	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.074.750,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

São ferramentas que irão agilizar a política tributária municipal, irão otimizar e planta de valores imobiliários. Todas as entregas do Produto foram concluídas e atendidas as metas previstas na PMR em 2023, antecipando uma das metas que estava prevista para 2024.

Tabela 35 - Serviço para atualização da Planta Genérica de Valores - PGV

I.2.1.2.2 - Serviço para atualização da Planta Genérica de Valores - PGV	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 3.721.943,09
Valor Contratado	US\$ 3.721.943,09
Status	Concluído
Valor Executado	US\$ 3.721.943,09

5.1.2. NOVO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Tabela 36 - Novo sistema de administração tributária

Produto - Novo sistema de administração tributária	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.837.834,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Ao longo dos anos a Secretaria Municipal da Receita realizou diversos investimentos na área de Tecnologia da Informação - aquisição de hardwares, softwares, capacitação de pessoal, desenvolvimento de sistemas, inovação - visando elevar os níveis de prestação de serviços aos contribuintes e de eficiência e eficácia em sua missão de assegurar e gerir com transparência e efetividade os recursos financeiros para a manutenção e o desenvolvimento do Município. Em que pese o uso de tais ferramentas não faça parte do rol de atividades-fim da Secretaria Municipal da Receita, é inegável que o emprego da Tecnologia da Informação, especialmente por meio da informatização dos processos, tornou-se indispensável ao eficiente cumprimento das suas atribuições institucionais.

Desse modo, a aquisição de uma nova SOLUÇÃO DE GESTÃO TRIBUTÁRIA é indispensável e se justifica na necessidade de atualização e evolução tecnológica – haja vista o atual sistema encontra-se obsoleto utilizando-se de tecnologias defasadas, acarretando dificuldades de manutenção, além da crescente escassez e alto custo dos profissionais qualificados para operá-los e porque permitirá ao contribuinte maior facilidade no cumprimento de suas obrigações tributárias através de sistemas e aplicativos disponíveis na web, sem comprometimento da segurança e privacidade, proporcionando melhoria na relação fisco contribuinte e, conseqüentemente, na arrecadação.

A seguir podem ser observados os avanços desta intervenção.

Tabela 37 - Solução Integrada de Gestão Tributária

I.2.1.4.1 - Solução Integrada de Gestão Tributária	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.837.834,00
Valor Contratado	US\$ 3.018.867,92
Status	Contrato em Execução
Valor Executado	US\$ 119.599,18

Avanço
Superados todas as etapas do processo licitatório, a Administração Pública consagrou a empresa DSF Desenvolvimento de sistemas como a vencedora, homologou o certame em junho/2024 e a emissão da Ordem de Serviço em 03/09/2024 com prazo de conclusão até 03/09/2026. Conforme cronograma físico apresentado pela empresa DSF - Desenvolvimento de software, as entregas dos Módulos poderão ocorrerem no final do 1º semestre de 2025.
Dificuldades
Não se aplica.
Ação para a Dificuldade
Não se aplica.

5.1.3. DATA CENTER

Tabela 38 - Data Center

Produto - Data Center	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.609.658,08
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Execução de Obras, Aquisição de Infraestrutura do Data Center, de Equipamentos de Informática e Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de Tecnologia da Informação.

Conforme o envio da PMR em agosto/2023, as duas etapas previstas para 2023 referentes a Sala Segura Principal e o Sitebackup, foram concluídas, como também a meta que estava prevista para 2024 referente ao Equipamentos, foi antecipada e concluída ainda em 2023, atendendo todas as metas previstas na PMR para este Produto.

Aquisição de Infraestrutura (Sala Segura) e Equipamentos de Informática para o Data Center.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.556.250,00
Valor Contratado	US\$ 4.112.622,30
Status	Concluído
Valor Executado	US\$ 4.112.622,30

5.2. SUBCOMPONENTE I.2.2 – MELHORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Este subcomponente financiará as seguintes atividades:

- (i) apoio à reestruturação organizacional de órgãos municipais vinculados ao Programa;
- (ii) capacitação dos servidores públicos municipais, no âmbito da implementação da escola de governo;
- (iii) modernização da gestão patrimonial;
- (iv) aperfeiçoamento do sistema de gestão financeira e contábil municipal;
- (v) melhoramento da gestão das compras municipais;
- (vi) implementação de uma gestão financeira focada na melhoria dos gastos;
- (vii) melhoramento do planejamento e gestão da assistência social;
- (viii) implementação de modelo de atuação da defesa civil municipal;
- (ix) aperfeiçoamento do sistema de serviços e segurança na área da tecnologia da informação;
- (x) implantação de data center; e
- (xi) implantação de uma sala segura que cumpra com padrões de segurança internacionais.

5.2.1. SECRETARIAS COM PLANO DE REESTRUTURAÇÃO

Tabela 39 - Secretarias com plano de reestruturação

Produto - Secretarias com plano de reestruturação	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 7.031.183,99
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Execução de Obras, Aquisição de móveis e utensílios, de equipamento, de equipamentos para a Secretaria de Meio Ambiente, de equipamentos para laboratório da Secretaria de Meio Ambiente, Software para elaboração de projetos de engenharia para a Prefeitura Municipal de João Pessoa, Aquisição de móveis, utensílios e equipamentos, Serviços de adequação da rede elétrica e lógica nas secretarias da Administração e Receita, Consultoria para desenvolvimento de modelos de gestão, para atualização de processos, para desenvolvimento de banco de dados, para desenvolver modelos de gestão, para o desenvolvimento de sistema, em gestão administrativa, Capacitação de fiscais e técnicos da Secretaria de Meio Ambiente, Aquisição de equipamentos de informática e softwares, Locação de imóveis, Aquisição de equipamentos de informática e softwares para a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), para a Secretaria de Administração (SEAD), para a Secretaria de

Desenvolvimento Urbano (SEDURB), para a Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM), para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDES) e para a Defesa Civil.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 40 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA)

I.2.2.1.1 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) que permita o fluxo de veículos, máquinas e equipamentos.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 350.000,00
Valor Contratado	US\$ 304.206,90
Status	Contrato Concluído
Valor Executado	US\$ 304.206,90
Avanço	
Obras concluídas em março/2024.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

Tabela 41 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Gestão Governamental

I.2.2.1.2 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Gestão Governamental (SEGGOV).	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 400.994,76
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2025
Valor Executado	US\$ -
Avanço	
Termo de Referência e Orçamento concluídos em setembro/2024 e finalizando o semestre em análise nos órgãos de controle.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

Tabela 42 - Aquisição de equipamento para o setor de veterinária do Zooparque

I.2.2.1.30 - Aquisição de infraestrutura de fiscalização e controle para a Secretaria de Meio Ambiente - 2º Etapa.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 91.750,00
Valor Contratado	US\$ 51.552,73
Status	Contrato Concluído
Valor Executado	US\$ 46.128,95

Tabela 43 – Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque

I.2.2.1.12 - Consultoria para realizar estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque (BICA)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 207.500,00
Valor Contratado	US\$ 174.987,04
Status	Contrato em Execução
Valor Executado	US\$ -
Avanço	
Superados todas as etapas do processo licitatório, a Administração Pública consagrou a empresa Consórcio Natureza Urbana - EMAX - BRL como a vencedora, homologou o certame em junho/2024 e a emissão da Ordem de Serviço em 08/10/2024 com prazo de conclusão até 08/06/2025.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

Tabela 44 – Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque

Aquisição de Equipamentos para a Secretaria de Comunicação (SECOM) da Prefeitura Municipal de João Pessoa.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 370.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2025
Valor Executado	US\$ -

Avanço
Superados todas as etapas da fase interna, a Administração Pública está aguardando a divulgação da data para a realização do Pregão Eletrônico, com a previsibilidade para fevereiro de 2025
Dificuldades
A comissão especial de licitação pediu revisão no termo de referência, exatamente nas especificações técnicas dos objetos, diante do pedido, ocorreu a morosidade da equipe técnica da SECOM para o atendimento.
Ação para a Dificuldade
Acompanhamento junto aos servidores.

Tabela 45 – Aquisição e implementação de passivos POL

I.2.2.1.32 - Aquisição e implementação de passivos POL (Passive Optical Lan).	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.082.000,00
Valor Contratado	US\$ 2.060.000,00
Status	Contrato em Execução
Valor Executado	US\$ 779.392,52
Avanço	
Superados todas as etapas do processo licitatório, a Administração Pública consagrou as empresas Multilaser Industrial S.A. e Telsite Solutions Ltda como vencedoras, homologou o certame em agosto/2024 e a emissão da Ordem de Serviço em setembro/2024 com prazo de conclusão até setembro/2025.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

5.2.2. ESCOLA DE GOVERNO EAD (ENSINO À DISTÂNCIA)

Tabela 46 - Escola de Governo EAD

Produto - Escola de Governo EAD	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 768.750,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Consultoria para elaboração da proposta pedagógica da Escola de Governo e Gestão Pública e definição modelo de EAD, para elaboração do Plano de Capacitação do Município, Execução do Plano de Capacitação do Município, Aquisição de equipamentos de informática e softwares para a Escola de Governo (EAD).

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 47 - Consultoria para Escola de Governo e o Plano de Capacitação do Município

I.2.2.2.1 - Consultoria para elaboração da proposta pedagógica da Escola de Governo e o Plano de Capacitação do Município.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 143.750,00
Valor Contratado	US\$ 121.615,99
Status	Contrato Concluído
Valor Executado	US\$ 121.615,99

5.2.3. SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL

Tabela 48 - Sistema de Gestão financeira e contábil

Produto - Sistema de Gestão financeira e contábil	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.057.463,45
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Aquisição de equipamentos novos e modernos, como também a otimização dos processos contábeis por meio de um novo sistema orçamentário financeiro que seja eficiente à Prefeitura.

No segundo semestre de 2023 o fiscal do contrato o Sr. Clécio Nascimento emitiu um termo de aceite atestando as entregas do sistema. Desta forma, atendendo todas as metas da PMR, antecipando uma das metas que estava prevista para 2024.

5.2.4. SISTEMA DE ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL

Tabela 49 - Sistema de atuação da Defesa Civil

Produto - Sistema de atuação da Defesa Civil	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 865.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Estruturação do órgão municipal de Defesa Civil, para que esteja preparado para o trabalho quando houver necessidades emergenciais, como grandes incidentes, inundações, enchentes, incêndios etc. Assim podendo dar uma resposta mais rápida aos pedidos de auxílio e atuar na prevenção a esses incidentes.

Este item possui relação com a contratação do Consultor Individual para o Plano de Risco e Desastres, onde uma das suas atividades no plano de trabalho será o levantamento e detalhamento dos equipamentos pertinentes a este item. Adicionalmente, o consultor irá elaborar um diagnóstico das atividades e estrutura da defesa civil, além de capacitar a equipe técnica para acompanhar a execução do Plano de Riscos e Desastres.

No 2º semestre de 2023 no envio da PMR em agosto/2023, foi formalizado o atendimento parcial da aquisição dos equipamentos para a Defesa Civil, onde uma parte, como câmeras, barco, mesa touch e automóveis SUV, foram adquiridos na licitação realizada no 1º semestre de 2023 e para os equipamentos que deram errado neste certame anterior, como caminhão de carga, veículo pick-up, motocicleta, drones e computador, será realizado um novo processo, que já está com processo em andamento neste semestre.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 50 - Aquisição de equipamentos para Defesa Civil 3º Etapa

2.2.7.4 - Aquisição de equipamentos para Defesa Civil 3º Etapa	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 635.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2025
Valor Executado	US\$ -

Avanço
No início do 2º semestre, ocorreu a Revisão do Termo de referência e orçamento estimativo dos equipamentos da defesa civil, posteriormente ocorreu a confirmação do aviso de reabertura da do Pregão Eletrônico nº 71002/2024. O edital do Pregão Eletrônico nº 71002/2024 - Aquisição de Equipamentos para a Defesa Civil - 3ª Etapa, gerou diversas impugnações e a Administração Pública decidiu pela suspensão do certame. Após todos os procedimentos de revisão e ajustes do Edital finalizado, ocorreu novo aviso de reabertura da e o certame tem previsão para ocorrer em meados de fevereiro de 2025.
Dificuldades
Não se aplica.
Ação para a Dificuldade
Não se aplica.

Tabela 51 - Serviços de melhoria organizacional do sistema de atuação da Defesa Civil

I.2.2.7.2 - Serviços de melhoria organizacional do sistema de atuação da Defesa Civil.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 100.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2025
Valor Executado	
Avanço	
Durante a Missão realizada em setembro o BID em conjunto com as equipes acordaram:(i) renomear a contratação de consultoria em melhoria organizacional em Plano municipal de gestão de riscos de desastre; (ii) transferir a responsabilidade desta contratação da Coordenação de Fortalecimento Institucional à Coordenação Urbana, que já pilota os outros produtos de GRD; (iii) revisar os TDR existentes para garantir inclusão de todos os desafios atuais; (iv) confirmar o tipo de contratação, atualmente previsto como consultoria individual, porém com perfil provavelmente mais indicado para consultoria por empresa.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

5.2.5. INFRAESTRUTURA FÍSICA DE TI APERFEIÇOADA

Tabela 52 - Infraestrutura física de TI aperfeiçoada

Produto - Infraestrutura física de TI aperfeiçoada	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 212.500,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Estruturação da TI da Prefeitura, com equipamentos novos, capacitação dos colaboradores que atuam nessa área e a implantação de um cabeamento bem estruturado.

Das metas previstas na PMR, o item Lógica e elétrica site backup que estava previsto para ser feito ao longo do ano de 2024, foi concluído pela PMJP por meio de outra secretaria, conforme envio da PMR em fevereiro/2024.

Não houve evolução física nas demais aquisições deste produto no decorrer do 2º semestre de 2024.

5.2.6. MONITORAMENTO E SEGURANÇA PARA IMPLANTAÇÃO DE FIREWALL

Tabela 53 - Sistema de Serviços de monitoramento e segurança para implantação de um firewall na PMJP

Produto - Sistema de Serviços de monitoramento e segurança para implantação de um firewall na PMJP	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 238.125,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Estruturação da segurança aos servidores, programas e arquivos dos computadores da Prefeitura.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 54 - Consultor para elaboração do Plano Diretor de Informática

I.2.2.9.2 - Consultor para elaboração do Plano Diretor de Informática.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 119.375,00
Valor Contratado	US\$ 115.945,20
Status	Contrato em Execução
Valor Executado	US\$ 40.840,56



Avanço
Levantamento Histórico da UMTI/JP <ul style="list-style-type: none">• Entrevistas com os Coordenadores de Áreas• Levantamento dos Contratos Ativos• Revisão do Planejamento• Apoio na Elaboração de Plano de Comunicação• Apoio na Elaboração da Identidade Visual• Elaboração do Projeto do NOC/CCC/JP• Elaboração do PA – Plano de Ação do NOC/CCC/JP• Elaboração do Planejamento Estratégico da UMTI/JP• Relatório Mensal (6)
Dificuldades
Não se aplica.
Ação para a Dificuldade
Não se aplica.

6. COMPONENTE II – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

6.1. SUBCOMPONENTE II.1 – UEP E AUDITORIA

Trata-se da criação da Unidade Executora do Programa (UEP), seu funcionamento e a contratação de uma empresa consultoria especializada em gestão de projetos para apoiar o gerenciamento dos distintos componentes da operação, incluindo a supervisão de todas as obras de infraestrutura e equipamento urbano. Neste Subcomponente também são contratados serviços de consultoria para avaliação, assim como a auditoria externa contábil financeira e a implementação do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS). Os itens estão organizados segundo ordem do Plano de Execução Plurianual (PEP).

6.1.1. APOIO AO GERENCIAMENTO DO PROGRAMA

Este item atua no apoio técnico e gerencial à UEP e demais órgãos envolvidos na execução do Programa.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 55 - Apoio ao Gerenciamento do Programa (GERENCIADORA)

II.1.1.2 - Apoio ao Gerenciamento do Programa (GERENCIADORA)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.500.000,00
Valor Contratado	US\$ 2.184.311,11
Status	Contrato em Execução
Valor Executado	US\$ 1.910.314,25
Avanço	
A Gerenciadora tem atuado diretamente junto à UEP em reuniões com discussões sobre o andamento do Programa em todas as áreas e estratégias que melhorem o seu avanço. A Gerenciadora também trabalha na elaboração de Termos de Referência, Orçamentos, Relatórios de Progresso do Projeto, Emissão de Parecer, Participação como formador em oficinas de capacitação, Revisão de orçamentos, rituais de monitoramento do programa, entre outras atividades.	
As atividades da Gerenciadora são monitoradas por meio de relatórios mensais que relatam as atividades desenvolvidas e entregas, em conjunto com os documentos de oficialização.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

6.1.2. APOIO AO GERENCIAMENTO PJ FINANCEIRO

Tabela 56 - Apoio ao Gerenciamento PJ Financeiro

Produto - Apoio ao Gerenciamento PJ Financeiro	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.209.791,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O sistema de informação financeira permite o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e de outros relatórios relacionados com os recursos do empréstimo e de outras fontes de financiamento.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 57 - Apoio ao Gerenciamento do Programa Financeiro (SISTEMA FINANCEIRO)

II.1.2.1 - Apoio ao Gerenciamento do Programa Financeiro (SISTEMA FINANCEIRO)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 300.000,00
Valor Contratado	US\$ 388.214,53
Status	Contrato Concluído
Valor Executado	US\$ 114.993,18
Avanço	
Contrato em execução em conformidade com o previsto, em alinhamento com as ferramentas de planejamento do programa. O contrato alcançou o tempo máximo de 60 (sessenta) meses previsto na legislação nacional. Em decorrência e por orientação da Procuradoria do programa, o contrato recebeu aditivo de prazo de 6 meses, com vigência até 13/06/2025. Paralelamente, foi criada nova linha no Plano de Aquisições (BR-L1421-P243193) e o valor de US\$ 500 mil foi dividido com a nova linha, que recebeu US\$ 200 mil, conforme PA – versão 18, aprovado em janeiro/2025. O novo processo está em vias de publicação.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

6.1.3. CONSULTORES INDIVIDUAIS

Tabela 58 - Consultores individuais

Produto - Consultores individuais	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 186.350,02
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Estes consultores possuem o objetivo de prover à UEP e demais órgãos envolvidos na execução do Programa o apoio técnico e gerencial.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 59 - Consultor Individual para realizar a avaliação intermediária do Programa

II.3.1.3.2 - Consultor Individual para realizar a avaliação intermediária do Programa	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 109.104,00
Valor Contratado	US\$ 15.976,50
Status	Contrato em execução
Valor Executado	US\$ 15.976,50
Avanço	
Todos os produtos foram entregues e avaliados com a execução do Programa. O consultor sugeriu a criação de um indicador de resultado para o Produto referente a Recuperação do Antigo Lixão do Roger, a qual está em discussão para criação e implementação nas metas do Programa.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

6.1.4. EQUIPE LOCAL

Tabela 60 - Equipe local

Produto - Equipe local	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.005.468,60
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Equipe da Prefeitura Municipal de João Pessoa, responsável pela execução do programa. Equipe composta pelas Coordenações: Geral, Executiva, de Tecnologia da Informação, Administrativo e Financeiro, de Desenvolvimento Urbano Sustentável, do Centro de Cooperação da Cidade, de Aspectos Ambientais, de Aspectos Sociais e do Fortalecimento da Gestão Pública. Esta Equipe conta ainda com os Assessores Jurídico, de Comunicação e Técnica, como também da Comissão Especial de Licitação.

Tabela 61 - Equipe Local da Unidade Executora do Programa

II.3.1.4.1 - Equipe Local da Unidade Executora do Programa.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.923.000,00
Valor Reconhecido	US\$ 2.005.468,60 (valor reconhecido acumulado)
Status	Em execução
Valor Executado	US\$ 2.005.468,60
Avanço	
Realização de reuniões contínuas com demais secretarias da PMJP para planejamento das contratações e com os fornecedores já contratados, para garantir que as metas do Programa sejam alcançadas.	
No último semestre foi realizado o reconhecimento do valor para esta execução, a qual ultrapassou o valor previsto inicialmente no contrato (US\$ 1.923.000,00) em US\$ 82.468,60, desta forma, em uma próxima alteração contratual, será realizado este ajuste de valor.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

6.1.5. SUPERVISÃO DE OBRAS

Tabela 62 – Supervisão de Obras

Produto - Supervisão de Obras	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.500.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A Supervisora de Obra da Execução do Programa tem como objetivo prover à UEP e demais órgãos envolvidos na execução do Programa o apoio técnico e gerencial no âmbito da supervisão técnica, ambiental e social das obras e projetos de infraestrutura executados. Apresentar relatórios sucintos sobre o avanço das obras para serem discutidos nas reuniões programadas.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 63 - Consultoria em Supervisão de Obras e Serviços de Engenharia

II.3.1.5.2 - Consultoria em Supervisão de Obras e Serviços de Engenharia	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.500.000,00
Valor Contratado	US\$ 1.280.089,46
Status	Contrato em Execução
Valor Executado	US\$ -
Avanço	
Durante o semestre o processo recebeu a última não objeção do banco, teve assinatura de contrato e Ordem de Serviço emitidas em novembro de 2024.	
Dificuldades	
Mobilização Rápida para início imediato diante das obras já estarem em execução.	
Ação para a Dificuldade	
Alinhamento com a equipe para mobilizar prioritariamente a equipe para as obras que já necessitam de apoio, como por exemplo a contenção.	

6.2. SUBCOMPONENTE II.3 – PROGRAMA DO MGAS

Atendendo ao Marco de gestão Ambiental e Social (MGAS), este subcomponente financiará as seguintes atividades:

6.2.1. INTERVENÇÕES NO RIO JAGUARIBE

Tabela 64 - Programa de Mitigação de Acúmulo de Lixo e Sedimentos no Rio Jaguaribe

Produto - Intervenções no Rio Jaguaribe	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 993.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

As intervenções no rio Jaguaribe têm por objetivo avaliar os possíveis impactos negativos decorrentes das obras do Complexo Beira Rio sobre a qualidade da água e sobre as comunidades afetadas, além de monitorar as variações na qualidade da água face às melhorias incorporadas. Essas atividades visam tornar o ambiente compatível com o uso público, possibilitando assim a implantação do Parque Linear do Jaguaribe.

A execução do Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe encontra-se em fase de execução, com Ordem de Serviço assinada em julho de 2024. O contrato prevê trimestralmente a identificação e monitoramento das variações na qualidade da água e sedimentos do rio; de vazão; das principais fontes poluidoras; e monitoramento dos impactos decorrentes das intervenções do Programa João Pessoa Sustentável no corpo hídrico.

O Plano de trabalho foi aprovado em setembro de 2024 e, a partir desta data, realizou-se a primeira campanha de coleta de dados nos dias 02 e 03 de outubro de 2024 (Figura 63). As amostras foram enviadas para laboratórios credenciados pelo INMETRO e, após resultados, estes foram analisados e apresentados no primeiro relatório trimestral em 04 de dezembro de 2024.



Figura 63 - Execução do Diagnóstico e Monitoramento ambiental do Rio Jaguaribe

Fonte: Aquila (2024).

Na primeira campanha foram realizados o mapeamento das áreas com potencial de contaminação e pontos de efluentes lançados diretamente no rio, em uma faixa de 500m (quinhentos metros) a partir de suas margens; a coleta e análise da qualidade de água e de sedimentos, a instalação de réguas linimétricas e a medição de vazão. Todas as atividades incluíram ações de comunicação social alinhadas com a UEP.

Os resultados do 1º relatório apontaram que das 116 (cento e dezesseis) áreas analisadas, onde apenas 39 (trinta e nove) não foram consideradas contaminadas; já 26 (vinte e seis) possuem potencial de contaminação; e 51 (cinquenta e uma) foram identificadas como áreas suspeitas, principalmente em função do descarte irregular de resíduos e/ou da presença de manchas de óleo no solo.

No que se refere aos pontos de descarte de efluentes, foram identificados, em campo, 24 (vinte e quatro) locais onde águas pluviais e de esgoto são lançados em conjunto, devido à ausência ou precariedade da rede coletora. Em relação aos parâmetros de qualidade de água analisados, os dados revelaram altas concentrações de fósforo total e a presença de coliformes termotolerantes no rio Jaguaribe, o que comprova a contaminação por esgoto.

De posse desses dados, a UEP irá iniciar um diálogo com Prefeitura Municipal de João Pessoa para definir ações estratégicas, especialmente com SEINFRA e CAGEPA, no que tange às mitigações dos impactos adversos identificados. Destaca-se o Termo de Convênio assinado em 2022 entre a PMJP e CAGEPA, que prevê na cláusula quinta, item I, alínea (e) como obrigação do Município:

Fornecer à CAGEPA dados relacionados à identificação de ligações clandestinas de esgoto ou lançamento de efluentes não tratados no rio Jaguaribe, quando forem identificados por ocasião da elaboração de Projetos e Estudos no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável.

A ação de resposta da CAGEPA também é prevista no Termo de Convênio, o qual estabelece como uma das obrigações do Estado e da CAGEPA, cláusula quinta, item II, alínea (j):

Utilizar dados e análises dos estudos e projetos realizados no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável para subsidiar as adequações essenciais frente às infraestruturas necessárias à correção de interferências negativas à recuperação ambiental do rio Jaguaribe e Salubridade ambiental do Complexo Beira Rio.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2024 desta intervenção.

Tabela 65 - Consultoria para Elaboração do Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe

II.3.3.9.2 - Consultoria para Elaboração do Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe - Programa 8 do MGAS	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 390.000,00
Valor Contratado	US\$ 220.743,31
Status	Em execução
Valor Pago	US\$ 10.757,51
Avanço	
Plano de Trabalho e Primeiro relatório trimestral aprovados.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

6.2.2. PROGRAMA DE CONTROLE DE VETORES DE DOENÇAS

Tabela 66 - Programa de Controle de vetores de doenças

Produto - Programa de Controle de vetores de doenças	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 60.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Evitar e controlar pragas e vetores de doenças, principalmente mediante medidas profiláticas, nas áreas de atuação do Programa e principalmente ligadas ao CBR.

Durante este semestre a Secretaria Municipal de Saúde através da Gerência de Vigilância Ambiental e Zoonoses (GVAZ), solicitou a UEP a utilização do saldo restante de recursos do Plano de Aquisições para o Programa 12 do MGAS, para compra de equipamentos que auxiliariam na execução das ações de controle de pragas e vetores de doença, bem como no acondicionamento corretos dos insumos necessários.

Para tanto, foi elaborado um Estudo Técnico Preliminar o qual propõe a adesão a atas de fornecimento destes equipamentos constantes na região.

Tabela 67 - Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças

II.3.3.5.2 - Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças - Programa 12 do MGAS (2º etapa)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 54.000,00
Valor Contratado	US\$ 49.696,97
Status	Contrato Concluído
Valor Pago	US\$ 49.696,97
Avanço	
Definição de uso para recurso restante.	
Dificuldades	
Identificação de Atas para adesão.	
Ação para a Dificuldade	
Instrução do Processo junto a GVAZ.	

7. COMUNICAÇÃO

Este relatório fornece um resumo das atividades de comunicação conduzidas pela equipe de Comunicação do Programa João Pessoa Sustentável no último semestre, destacando as estratégias implementadas, os desafios enfrentados e os resultados obtidos.

No último semestre, intensificamos o acompanhamento das atividades dos Elos, garantindo maior integração e efetividade nas ações do Programa João Pessoa Sustentável. Foram produzidos releases, vídeos e campanhas direcionadas à Compra Assistida e demais soluções de reassentamento involuntário no Complexo Beira Rio, promovendo informação clara e acessível para as famílias envolvidas. Também foram elaborados materiais educativos e informativos para auxiliar as famílias na compreensão das etapas do processo.



Figura 64 - Reunião do Comitê Gestor do Programa
Fonte: PMJP, (2025)



Figura 65 - Exemplo de postagens nas redes sociais
Fonte: PMJP, (2025)

Realizamos um evento de balanço do Programa João Pessoa Sustentável voltado para a imprensa, destacando os avanços alcançados e os desafios superados. Esse evento, realizado em um dos conjuntos habitacionais que estão sendo construídos na Av. Beira Rio, contou com a participação de nossos especialistas, lideranças comunitárias e gestores públicos. Também concedemos entrevista para uma emissora afiliada da Record, a segunda maior audiência da capital, reforçando o compromisso com a transparência e a divulgação dos resultados do Programa.



Figura 66 - Evento para a imprensa sobre o Programa João Pessoa Sustentável

Fonte: PMJP, (2025)



Figura 67 - Entrevista para o programa Correio Debate

Fonte: PMJP, (2025)

A criação de murais com a participação das famílias beneficiadas pela Compra Assistida foi um marco na integração comunitária, fortalecendo o vínculo entre os moradores e as transformações urbanas em curso. Esses murais representam a história e a identidade das comunidades envolvidas, criando um sentido de pertencimento e memória coletiva.

Além disso, oferecemos suporte contínuo às empresas responsáveis pelos Planos de Desenvolvimento Comunitário, Desenvolvimento Urbano e Parque Socioambiental. Esse suporte incluiu a revisão e correção dos Planos de Comunicação, o atendimento a queixas e reclamações e a supervisão de todas as peças de comunicação produzidas, tanto pelas empresas contratadas quanto internamente, garantindo alinhamento com os objetivos do Programa e a qualidade das informações disseminadas.



Figura 68 - Plano de Comunicação referente ao Parque Socioambiental do Roger
Fonte: PMJP, (2025)

Para ampliar o impacto das ações, também promovemos encontros com a população para esclarecer dúvidas, fortalecer o engajamento social e ouvir sugestões para melhorias. As estratégias de comunicação seguiram um planejamento detalhado, garantindo que todas as partes envolvidas estivessem devidamente informadas e preparadas para as transformações promovidas pelo Programa.



Figura 69 - Regularização Fundiária
Fonte: PMJP, (2025)

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO PROGRAMA

No segundo semestre de 2024 ocorreram avanços nos processos de aquisição que estavam em andamento, tais como:

- 04 Processos homologados no 2º semestre de 2024:
 - Contratação integrada de projeto e execução das obras do Parque Socioambiental do Roger 2 etapa no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável;
 - Contratação de serviços especializados de supervisão de obras aspectos ambientais e sociais no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável;
 - Solução integrada de Gestão Tributária para o município de João Pessoa;
 - Contratação de serviço para aquisição e instalação de equipamentos para a implantação de rede lógica POL (Passive Optical Lan) utilizando a tecnologia GPON (Gigabit Passive Optical Network) para a Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Estas homologações realizadas no semestre representam um valor aproximado de US\$ 11,4 Milhões de dólares.

Também durante este último semestre, o Programa João Pessoa Sustentável recebeu no mês de setembro a visita da equipe de representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a supervisão técnica e de salvaguardas socioambientais.

A equipe do BID foi recebida pelo secretário de Gestão Governamental, Diego Tavares, e pelo Coordenador-Geral do Programa, Antônio Elizeu. A Missão foi realizada com o propósito de monitorar de perto o progresso das obras e das ações voltadas para o reassentamento das famílias em áreas de risco do Complexo Beira Rio, com a construção de 747 apartamentos na Avenida Beira Rio. Também foram feitas visitas ao Parque do Roger e ao prédio onde funcionará o Centro de Cooperação da Cidade (CCC). As reuniões foram realizadas na sede da Unidade Executora do Programa (UEP) e no último dia da missão, a mesma foi concluída com uma reunião junto ao Prefeito Cícero Lucena.

Em novembro ocorreu mais uma Reunião de Revisão de Carteira do Programa João Pessoa Sustentável, conduzida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O evento reforçou o compromisso da Prefeitura de João Pessoa com a promoção de um desenvolvimento urbano integral e responsável, consolidando as bases para as próximas etapas do programa. A Reunião aconteceu remotamente e contou com o acompanhamento do prefeito Cícero Lucena, o vice-prefeito Leo Bezerra, o secretário de Gestão Governamental, Diego Tavares e toda a equipe do Programa João Pessoa Sustentável. Na reunião foram

apresentados os avanços do Programa, como a evolução da Compra Assistida, as Obras dos Habitacionais, do Parque do Roger e do CCC, o início da Regularização Fundiária, a capacitação para mulheres no Complexo Beira Rio, entre outros. Também foram apresentados os status dos acordos firmados na reunião anterior realizada em abril/2024, conforme pode ser observado nas Figuras 70 e 71 a seguir:

7. ACORDOS DA ÚLTIMA REVISÃO DE CARTEIRA

Na última revisão de carteira, ocorrida em **abril de 2024**, foram estabelecidos os seguintes acordos:

	Nº	Descrição	Prazo	Previsão Para	Status
Componente I.1	1º	Intervenções no Complexo Beira Rio: publicar edital das obras de Implantação do Parque Linear no Complexo Beira Rio.	ago/2024	🟡 dez/2024	Processo revisado e será lançado em conjunto às obras de Infraestrutura
	2º	Reassentamento no Complexo Beira Rio: <ul style="list-style-type: none">Assinar contrato da nova empresa para execução.Início da operacionalização das medidas compensatórias nas Comunidades Padre Hildon Bandeira e São Rafael.	set/2024 jul/2024	✅ set/2024 ✅ jun/2024	<ul style="list-style-type: none">Realizado aditivo;1º Parte realizada.
	3º	Supervisora de Obras: assinar o contrato da Consultoria em Supervisão de Obras e Serviços de Engenharia.	ago/2024	✅ nov/2024	Assinatura de contrato
	4º	Centro de Cooperação da Cidade: assinar contrato do CCC consolidado para integração dos processos das unidades municipais.	set/2024	🟡 abr/2025	Processo judicializado

Figura 70 - Acordos da Revisão Anterior - Parte 1

Fonte: Instituto Aquila (2024)

7. ACORDOS DA ÚLTIMA REVISÃO DE CARTEIRA

Na última revisão de carteira, ocorrida em **abril de 2024**, foram estabelecidos os seguintes acordos:

	Nº	Descrição	Prazo	Previsão Para	Status
Componente I.2	5º	Plano Diretor de Tecnologia da Informação: Estabelecer o Planejamento Estratégico de Telecomunicação e Informática (Objetivos estratégicos, Planos de Ação e Metas).	set/2024	✅ set/2024	Planejamento entregue. PDTI em execução
	6º	Sistema Tributário: Implementar o módulo de cadastramento imobiliário.	set/2024	✅ out/2024	Implementado
	7º	Aquisição e implementação de bens e serviços de comunicação e tecnologia, via Wi-Fi, utilizando uma rede óptica GPON. (Integração dos Data Centers) - Reestruturação das redes locais do Centro Administrativo e do Paço Municipal, disponibilizando melhor acesso e segurança aos dados.	set/2024	✅ dez/2024	Aquisições e integração realizada. Implementação em execução.
Financeiro	8º	Comprometido: assinar novos contratos ao valor de US\$ 18 milhões.	out/2024	🟡 nov/2024	Atingido US\$ 15 Milhões

Figura 71 - Acordos da Revisão Anterior - Parte 2

Fonte: Instituto Aquila (2024)

Nesta mesma reunião de Revisão de Carteira em novembro, foram apresentados os novos acordos, que são apresentados abaixo nas Figuras 72 e 73:

8. NOVOS ACORDOS – PROPOSTA

Para a próxima revisão de carteira propõe-se **firmar os seguintes acordos**:

N°	Descrição	Prazo
Componente I.1	Intervenções no Complexo Beira Rio: A: Entrega dos primeiros títulos de regularização fundiária. B: Assinar o contrato das obras de infraestrutura e Implantação do Parque Linear no Complexo Beira Rio.	A: dez/2024 B: abr/2025
	Reassentamento no Complexo Beira Rio: A: Lançamento do edital do Vila Santa Clara (Terreno 4) B: Início das entregas das Unidades Habitacionais e comerciais	A: mar/2025 B: mai/2025
	Recuperação do Antigo Lixão (Parque Socioambiental do Roger): A: Abertura de processo administrativo para a concessão dos espaços comerciais B: Início das obras da Estação de Tratamento de Lixiviados.	A: mar/2025 B: abr/2025
	Gestão de risco de desastre: Publicar a Manifestação de Interesse (MI) do plano de risco.	jan/2025

Figura 72 - Acordos da última Revisão de Carteira - Parte 1
Fonte: Instituto Aquila (2024)

8. NOVOS ACORDOS – PROPOSTA

Para a próxima revisão de carteira propõe-se **firmar os seguintes acordos**:

N°	Descrição	Prazo
Componente I.2	REDE POLAN*: Implementar rede Lógica de alta velocidade utilizando fibra ótica para tráfego de dados, voz e imagem utilizando a tecnologia (POLAN) no centro administrativomunicipal.	mar/2025
	A: Sistema Tributário: Homologar a base de produção dos módulos do sistema tributário. B: Gestão Patrimonial: Implementar o novo modelo de Gestão Patrimonial.	abr/2025 mar/2025
Financeiro	Comprometido: Assinar novos contratos ao valor de US\$ 11,3 milhões.	abr/2025

*POLAN (Passive Optical Local Área Network)

Figura 73 - Acordos da última Revisão de Carteira - Parte 2
Fonte: Instituto Aquila (2024)

Durante o último semestre também ocorreu uma atualização no ROP (Regulamento



Operacional do Programa), devido a realização do Termo de Cooperação entre a Prefeitura de João Pessoa e a CEHAP (Companhia Estadual Habitação Popular da Paraíba), para que seja possível o avanço da regularização fundiária nas comunidades Santa Clara e São Rafael e a autorização para a construção do conjunto Vila Santa Clara.

Como aplicado em períodos anteriores, estão sendo mantidas as ações para a gestão do programa, foram instituídas ações no nível Estratégico, Tático e Operacional. A UEP em conjunto com a Gerenciadora tem buscado analisar cada entrega do Programa, para que o objetivo final de cada produto possa ser alcançado da forma mais ágil e na maior qualidade, seguindo todos fluxos necessários. Ocorrem reuniões semanais com as coordenações sobre os avanços de cada entrega que está sob sua responsabilidade, de forma mensal ocorrem as reuniões de monitoramento com o BID para apresentação dos avanços que ocorreram nas semanas e apresentação de novas ideias e planejamento para a execução.